



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**



São Cristóvão – SE
2018

KATINEI SANTOS COSTA

**TRABALHO E IDEOLOGIA: O DISCURSO DA AUTONOMIA E DA
LIBERDADE NO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-
requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição.

São Cristóvão – SE
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C837t Costa, Katinei Santos
Trabalho e ideologia : o discurso da autonomia e da liberdade no beneficiamento da castanha de caju / Katinei Santos Costa ; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, SE, 2018.
197 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Geografia humana. 2. Castanha-de-caju - Sergipe. 3. Trabalhadores autônomos. 4. Capital (Economia). 5. Trabalho – Aspectos sócio-econômicos. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:331.5:634.573(813.7)

KATINEI SANTOS COSTA

**TRABALHO E IDEOLOGIA: O DISCURSO DA AUTONOMIA E DA
LIBERDADE NO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU**

Tese aprovada pela banca examinadora em: 28 de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alexandrina Luz Conceição - UFS

1º Examinador: Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos - UESB

2º Examinador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Augusta Mundim Varga - UFS

3º Examinador: Prof.^a Dr^a. Raimunda Áurea Dias de Sousa - UPE

4º Examinador: Prof.^a Dr^a. Shiziele de Oliveira Shimada - UFS

A minha mãe Tereza, que lutou para proporcionar a sua família uma vida sempre melhor.

À Alexandrina por ser em si e para si a minha maior e real contradição.

A todos os trabalhadores precarizados pelo processo de exploração do capital no quebra-quebra da castanha.

AGRADECIMENTOS

Com a concretização e a certeza da realização dos objetivos almejados, chega o momento de refletir o quanto foi importante todo o processo de construção da referida pesquisa, que me proporcionou encontros e desencontros, amizades e inimizades, pois foram tantas decepções e tantas realizações que não cabe aqui elencar, mas agradecer a todos que fizeram parte dessa história.

Agradeço a minha amiga, orientadora, que, às vezes, fez-se mãe, psicóloga, terapeuta...enfim, foi minha âncora em todos os momentos de dor e desespero. Mesmo com as dificuldades que lhe eram peculiares nesse momento, foi guerreira, venceu a batalha da dor e não permitiu que sequer um de seus soldados fraquejasse. Pelo contrário, foi exemplo de força. A você, Alexandrina Luz Conceição, meu eterno agradecimento, admiração e amor.

Aos meus pais, **Tereza e José**, vocês são a razão da minha conquista: minha mãe, que na pureza e doçura é um anjo, e na bravura uma heroína, venceu a dor para me educar; meu pai, que será sempre o meu grande herói, com bravura e amor me educou e me preparou para a vida. AMO VOCÊS!

À **Lara Tereza**, razão da minha vida, meu amor incondicional, sinônimo de felicidade em todos os momentos. Você é a minha maior realização. MINHA PRINCESA! TE AMO!

A minha irmã, **Mayane**, minha estrelinha, que ilumina os meus sonhos e acredita sempre que eu vou chegar lá. A minha irmã **Adiane**, que, de um jeito meio torto, sempre se faz presente nas minhas conquistas. A meu irmão, **Silvio**, que sempre foi meu exemplo de sabedoria. A meu irmão **Wêndeu**, que sempre me deu força e coragem para vencer. Vocês são a certeza e o amor que me guiam na busca dos meus ideais.

A **Daniel**, meu companheiro, que em todos os momentos contribuiu para que fosse possível a realização desse sonho. Desculpe as ausências e incompreensão.

Aos meus sobrinhos amados e queridos, **Anna Luísa, Anna Shofia, Gabriel, Isis Maria, Walter e Wênia**. Desculpem a minha ausência.

A minha cunhada **Ozenir**, que esteve ao meu lado e cuidou de Lara em todos os momentos em que eu estive ausente.

A **Edevaldo**, meu grande amigo, que me acompanhou e suportou meus enjoos e insatisfação desde a pesquisa de mestrado. A minha sobrinha **Wênia** e a minha querida aluna **Katiane**, que me acompanharam e contribuíram na pesquisa de campo. Sem a ajuda de vocês, com certeza, teria sido muito mais difícil.

À **Márcia e à Shizielle**, amigas de uma vida, que o tempo nos fez amigas-irmãs. Minhas comadres, é com emoção e sem palavras para expressar o quanto foram importantes que lhes agradeço, pois cada linha escrita tem a força, o incentivo, o carinho e a amizade de vocês. MUITO OBRIGADA! AMO VOCÊS!

A **Neném**, por ser o anjo da guarda de toda a minha família.

Joelma e Francisca, obrigada pela presteza nos momentos em que mais precisei e pelos momentos de descontração. Obrigada!

Agradeço também a minha amiga e companheira **Elidayse**, com quem dividi minhas angústias. Obrigada, por cada palavra de apoio e incentivo. Você é um exemplo de coragem.

À **Lia e a sua família**, que sempre acolheram a minha com amor e estiveram presentes em todos os momentos.

Minha companheira **Áurea**, sua força de viver e vencer são exemplos a serem seguidos. Obrigada, por ter contribuído para a minha vitória.

Aos amigos e colegas, **Andreia, Rosana, Elis Regina, Sandra, Zefa, Dayse**, muito obrigada, por terem participado dessa conquista.

Ao **LEA – Laboratório de Estudos Agrários**, ao **Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Re-ordenamento Territorial (CNPq)** e a todos os seus integrantes.

Aos meus alunos do município de Campo do Brito. Em especial, a **Marquinhos**, que dividiu comigo as suas angústias enquanto trabalhador explorado pelo capital no quebra-quebra da castanha.

À **Elisângela**, que, na condição de amiga e trabalhadora precarizada, forneceu as primeiras informações e permitiu o meu primeiro contato com o cotidiano dos quebradores de castanha.

Aos trabalhadores precarizados pelo processo de exploração do capital no quebra-quebra da castanha, que me acolheram com simplicidade e humildade. Vocês foram fundamentais. OBRIGADA!

À **Áurea e à Maria Augusta**, que participaram do processo de qualificação. Suas contribuições teóricas foram muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao apoio recebido do **NPGeo** e de todos os seus funcionários.

A todos os professores que contribuíram para as reflexões desse trabalho.

“[...] bem mais do que qualquer outro sistema de produção, o sistema capitalista é um esbanjador de homens, de trabalho vivo, um dilapidador de carne e sangue, bem como dos nervos e de cérebro”.

(Karl Marx, O Capital)

RESUMO

A presente Tese de Doutorado partiu da hipótese de que a ideologia da autonomia e do não-trabalho, no processo de beneficiamento da castanha de caju no espaço agrário sergipano, mascara a exploração do trabalho. A partir do pressuposto de que a ideologia é uma falsa ideia que se perpetua para garantir os interesses da classe dominante, o discurso do não-trabalho é usado como estratégia de exploração e subordinação do trabalhador ao capital, uma vez que é na negação do trabalho, que o trabalho se realiza. A ideologia do não-trabalho é usada como forma de dominação e exploração dos trabalhadores que são explorados da forma mais perversa no processo de beneficiamento da castanha de caju. Estes não se veem como trabalhadores, alienados pela falsa ideia da autonomia e da liberdade. É necessário que o trabalhador aceite as condições que lhe são impostas, que não perceba a sua condição de subordinação e exploração, e não se oponha ao sistema. A análise da nossa Tese está sustentada no materialismo histórico dialético como método de análise, que permite uma leitura das contradições dos sujeitos que estão inseridos na cadeia produtiva da castanha de caju, possibilitando compreender as relações sociais nas suas contradições, na relação capital-trabalho, estabelecida na totalidade das relações sociais de produção e de trabalho. O confronto da teoria com a realidade foi o alicerce na construção do conhecimento teórico epistemológico que permitiu compreender as contradições da relação homem e natureza. Nossa análise foi fundamentada no entendimento do trabalho como categoria ontológica da própria condição humana histórica. Nesse sentido, foi identificado que o valor trabalho é apropriado pelo capital nas inter-relações escalares que se configuram no beneficiamento da castanha de caju, que se torna uma atividade econômica lucrativa para o capital, e se estabelece no espaço agrário sergipano como possibilidade de renda e de trabalho, produzindo e reproduzindo, contraditoriamente, a miséria e a riqueza. A sinalização da perda da centralidade do trabalho foi analisada a partir das metamorfoses do trabalho para atender às exigências de reprodução do sistema do capital que cria e recria novas/velhas relações de exploração da força de trabalho, como o trabalho informal, as cooperativas, o trabalho coletivo familiar, a terceirização e a precarização, para manter seu ciclo reprodutivo. O trabalho alienado como condição de exploração do trabalho se sustenta nos fetiches que permeiam a relação capital-trabalho, nos significados de autonomia e liberdade que são apropriados pelo capital para ocultar as condições precárias dos trabalhadores e trabalhadoras do beneficiamento da castanha de caju. O discurso do não-trabalho aliena, degrada, precariza e escraviza o trabalhador, e, cada vez mais, desumaniza o ser social. O trabalhador vive uma ilusão constante de liberdade, que cega e aliena, como se ele pudesse escolher, como se fosse ele quem escolhesse a informalidade, quando na realidade essa foi a condição imposta. O trabalhador não é livre para escolher, isto é, ele não tem escolha, há uma falsa liberdade que lhe é imposta, pois é necessário ser livre para ser ainda mais explorado.

Palavras-Chave: Capital, trabalho precarizado, trabalhador autônomo, ideologia, alienação,

ABSTRACT

This doctorate thesis stemmed from the hypothesis that the autonomy and non-work ideology in the processing of cashew nuts in the agricultural sphere in Sergipe masks the work exploitation. From the presupposition that the ideology is a fake idea that perpetuates itself to ensure the interests of the dominant class, the non-work discourse is used as a strategy of exploitation and subordination of the worker to the capital since it is in the negation of work that work is performed. The ideology of non-work is used as the most perverse way of dominating and exploiting the workers in the cashew nut processing. They do not see themselves as workers they are alienated by the false idea of autonomy and freedom. It is necessary that the worker accepts the imposed conditions, that they do not realize their condition of subordination and exploitation, and that they do not oppose to the system. The analyzing method of our thesis is sustained by the dialectical and historical, which enables a reading of the contradictions of the subjects who are inserted in the cashew nut productive chain, as well as the understanding of the social relations in their contradictions in the relationship capital-work which is established in the total of the social relationships of production and work. The confrontation between theory and reality was the foundation of the construction of the epistemological and theoretical knowledge that granted the understanding of the contradictions in the relationship between man and nature. Our analysis was based on the understanding of work as an ontological category of the human's own historical condition. In this sense, it was identified that the work value is taken by the capital in the scalar interrelationships that are set in the processing of cashew nuts, which becomes a profitable economic activity for the capital, and is established in the agricultural sphere in Sergipe as a possibility of income and work, producing and reproducing contradictorily poverty and wealth. The signaling of loss of the centrality of work was analyzed from the metamorphoses of work to meet the demands of reproduction of the system of capital which creates and recreates new/old exploitative relationships of the workforce as informal job, cooperatives, collective family work, outsourcing and precariousness, in order to keep its reproductive cycle. The alienated work as a condition of work exploitation sustains itself by the fetishes that permeate the relationship capital-work, by the meanings of autonomy and freedom that are taken by the capital so as to hide the precarious conditions of workers of the processing of cashew nuts. The non-work discourse alienates, degrades, turns into precarious, enslaves the worker, and gradually more dehumanizes the social being. The worker lives a constant illusion of freedom, which blinds and alienates, as if he could choose, as if he chose the informality, when it was actually an imposed condition. The worker is not free to choose, they do not have a choice. There is a fake freedom which is imposed on them because it is necessary to be free to be more exploited.

Keywords: Capital, precarious work, autonomous worker, ideology, alienation

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Sergipe Território da Castanha de caju 2017.....	21
Figura 02 – Cadeia produtiva do agronegócio da castanha de caju no Brasil.....	32
Figura 03 – Casa de Beneficiamento da Castanha de Caju no Povoado Carrilho.....	35
Figura 04 – Etapas do processo de beneficiamento tipo manual.....	36
Figura 05 – Equipamentos utilizados no processamento manual da castanha de caju.....	37
Figura 06 – Indústria de beneficiamento da castanha de caju.....	38
Figura 07 – Fábricas de processamento da castanha de caju.....	39
Figura 08 – Barreira CE - Localização 2017.....	42
Figura 09 – Mini-fábrica de beneficiamento da castanha de caju no município de Barreira-CE.....	43
Figura 10 – PA-Rural no município de Barreira-CE e Sociedade Beneficente de Barreira-SE.....	43
Figura 11 – Fases do processamento de beneficiamento manual da castanha de caju.....	46
Figura 12 – Cadeia produtiva da castanha de caju em Sergipe.....	53
Figura 13 – Importação da castanha de caju in natura no Nordeste 2017.....	54
Figura 14 – Exportação da castanha de caju beneficiada 2017.....	56
Figura 15 – Etapas do processo de beneficiamento tipo artesanal.....	60
Figura 16 – Casa de castanha no povoado Lagoa – Campo do Brito -SE.....	68
Figura 17 – Local de beneficiamento da castanha de caju povoado Carrilho-SE.....	71
Figura 18 – Placa da central de beneficiamento da castanha de caju.....	153
Figura 20 – Cooperativa de beneficiamento da castanha de caju no povoado Carrilho no município de Itabaiana-SE.....	154
Figura 21 – Bancada para quebrar castanha na cooperativa de beneficiamento da castanha de caju no povoado Carrilho no município de Itabaiana-SE.....	151

Figura 22 – Forno semi-industrial da cooperativa de beneficiamento da castanha de caju, povoado Carrilho, município de Itabaiana-SE.....	155
Figura 23 – Máquina manual de quebrar castanha da cooperativa de beneficiamento da castanha de caju, povoado Carrilho, município de Itabaiana SE.....	156
Figura 24 – Casa de beneficiamento da castanha de caju da cooperativa de beneficiamento da castanha de caju povoado Carrilho, município de Itabaiana - SE.....	160
Figura 25 – Casa de beneficiamento da castanha de caju da cooperativa de beneficiamento da castanha de caju, povoado Lagoa, município de Campo do Brito-SE.....	167
Figura 26 – Trabalho em domicílio, povoado Carrilho, município de Itabaiana-SE.....	172
Figura 27 –Mãos do trabalhador precarizado no beneficiamento da castanha de caju, povoado Murginga, município de Campo do Brito-SE.....	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção Mundial da Castanha de Caju.....	28
Gráfico 2 – Exportação Brasileira de Castanha de Caju.....	30
Gráfico 3 – Produção Nacional da Castanha de Caju.....	31
Gráfico 4 – Distribuição dos Ganhos da Cadeia Produtiva da Castanha de Caju.....	40
Gráfico 5 – Ganho Semanal dos Trabalhadores no Município de Barreiras - CE.....	47
Gráfico 6 – Faixa Etária dos Trabalhadores da Castanha de Caju no Município de Barreiras-CE.....	48
Gráfico 7 – Grau de Escolaridade dos Trabalhadores da Castanha de Caju no Município de Barreira-Ce.....	49
Gráfico 8 – Origem dos Beneficiadores da Castanha de Caju.....	50
Gráfico 9 – Extração Vegetal da Castanha de Caju no Brasil.....	62
Gráfico 10 – Faixa Etária dos Beneficiadores da Castanha de Caju nos Municípios de Campo do Brito e Itabaiana-SE.....	64
Gráfico 11 – Grau de Escolaridade dos Beneficiadores da Castanha de Caju nos Municípios de Campo do Brito e Itabaiana-SE.....	65
Gráfico 12 – Origem dos Beneficiadores da Castanha de Caju nos Municípios de Campo do Brito e Itabaiana-SE.....	66
Gráfico 13 – Tempo de Trabalho dos Beneficiadores da Castanha de Caju nos Municípios de Campo do Brito e Itabaiana-SE.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de processamento de beneficiamento da castanha de caju.....	33
Quadro 2: Classificação e organização das cooperativas segundo o ramo das atividades.....	150

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACC – Amêndoa da castanha de caju

ADECE – Agência de desenvolvimento do Ceará

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

COOBEC – Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha do Povoado Carrilho

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FIEST – Fundo de Investimento Setorial

FNOR – Reflorestamento e Fundo de Investimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LCC – Líquido da casca da castanha de caju

PRONESE – Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

URSS – União Soviética

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE GRÁFICOS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	13
INTRODUÇÃO	16
 CAPÍTULO I: AS TRAMAS DO CAPITAL NO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO VALOR DA CASTANHA DE CAJU EM SERGIPE.....	 26
1.1 - Castanha de Caju: A Exploração do Trabalho no Tempo e no Espaço do Capital.....	28
1.2 – A Cadeia produtiva da Castanha de Caju no Município de Barreira – CE.....	41
1.3. - No Quebra-Quebra da Castanha: As Amarras do Capital no Processo de Produção e Consumo da Castanha de Caju em Sergipe.....	50
1.3.1 – A Cadeia Produtiva da Castanha de Caju em Sergipe.....	60
1.3.2 - A Produção da Castanha de Caju Beneficiada no Município de Itabaiana – SE.....	66
1.3.3 - A Produção de Castanha de Caju Beneficiada no Município de Campo do Brito – SE.....	69
 CAPÍTULO II: A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA (DES) CENTRALIDADE DO CAPITAL	 74
2.1.– A Ontologia e a Natureza Social do Trabalho.....	76
2.2. – Complexidade e Centralidade do Trabalho.....	87

2.3 - Trabalho Alienado: Determinantes da Relação Capital-Trabalho no Desvelar do Tempo Histórico.....	98
--	----

CAPÍTULO III: A IDEOLOGIA COMO ESTRATAGEMA DO CAPITAL NA EXPLORAÇÃO E NA EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO..... 106

3.1 – O Poder da Ideologia no Desvelar do Tempo Histórico.....	107
3.2 – A Ideologia como Mediadora da Relação Capital-Trabalho.....	116
3.3 - Trabalho e Liberdade: A Alienação do Trabalho pela Ideologia do Não-Trabalho.....	122

CAPÍTULO IV: NAS TESSITURAS DO CAPITAL: OS FETICHES DA RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO NO PROCESSO DE BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU 138

4.1 – Trabalho Informal como Estratégia do Capital para Explorar o Trabalho Alienado..	139
4.1.1 – A informalidade na formalidade do cooperativismo.....	145
4.1.2 – A ideologia da cooperativa como forma de negação e exploração do trabalho	150
4.2 – Os Fetiches do Mundo do Trabalho Alienado no Processo de Beneficiamento da Castanha de Caju.....	160
4.2.1 - Autonomia e liberdade: o discurso perverso do capital na negação do trabalho.....	162
4.2.2 - A ideologia do não-trabalho: roupagens da precarização do trabalho.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
APÊNDICES	183

INTRODUÇÃO

A essência do homem está no trabalho. Ontologicamente, os homens se relacionam entre si e com a natureza na busca da realização de suas necessidades. Dessa forma, é por meio do trabalho natural que o homem, ao se apropriar da natureza, apropria-se de si mesmo, humaniza-se naturalmente para garantir a sua sobrevivência. Assevera Lessa (2012), ao analisar as reflexões de Luckács, que é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Sendo assim, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas, não podendo haver existência social sem trabalho.

É o trabalho a categoria fundante do ser social, que media a relação do homem com a natureza e com os outros homens, sendo assim, é uma atividade essencialmente humana, que diferencia o homem dos outros seres biológicos. É o trabalho, cujo objetivo é produzir o necessário para a sobrevivência, que, com o desenvolvimento da história e o surgimento do sistema capitalista, é apropriado no sentido de produzir não mais para satisfazer as necessidades do trabalhador, mas para produzir valor para garantir o lucro acumulativo do capitalismo. O trabalho continua a se apropriar da natureza, mas não para a realização da vida e sim para a realização do capital, que, por sua vez, passa a ter o controle tanto do trabalho quanto da natureza.

Nesse segundo momento, a relação homem-natureza é estabelecida para atender aos interesses do capital, para produzir valores-de-troca, mercadorias para o mercado e não para a satisfação do seu produtor, isto é, o trabalhador, que transforma a natureza em coisa. O mundo produzido pelo sistema capitalista é movido, na lógica do mercado, pela lógica do lucro. Por esse motivo, tudo se transforma em coisa para se transformar em capital para o capital. Nessas condições o trabalho se transforma em mercadoria, a mais valiosa mercadoria, uma vez que é através do trabalho que esta é produzida. Em outros termos, o trabalho é mercadoria que produz mercadoria. É o sistema capitalista que transforma a força de trabalho e os meios de produção em mercadoria. O trabalho, em sua condição natural, é definido como a ação do homem ao se apropriar da natureza para produzir as condições necessárias para a sua existência. Essa ação é livre e natural, pois, em sua condição primária, o trabalho é livre e a realização do trabalhador se dá na apropriação da coisa produzida.

A realização do trabalho dá-se na ação do homem sobre a natureza, com o objetivo de produzir os meios necessários para a sua existência. A categoria trabalho é compreendida como ação livre e natural da apropriação dos elementos da natureza, enquanto condição humana. Entretanto, no capitalismo, o trabalhador não se apropria da coisa produzida e não pode sobreviver do que produz, mas da venda da sua força de trabalho para o capital. Este, por sua vez, para adquirir o lucro, degrada e fragmenta o trabalhador a condições precárias de trabalho.

No modo de produção capitalista a força de trabalho é apropriada pelo capital, enquanto instrumento de produção de mercadorias. Mas, para se apropriar do trabalho e o transformar em mercadoria, faz-se necessário realizar a alienação do trabalhador, que, nessas condições, passa a não se reconhecer no produto do seu trabalho. Nesse sentido, quanto mais o capital se realiza na produção de mercadorias sob a lógica do lucro, mais o trabalho se desrealiza na produção de coisas e objetos que não realizam o trabalhador. Assim, o trabalho alienado é a única possibilidade do capital gerar capital, pela desrealização do trabalhador e a realização do capital, no processo de sujeição e precarização da força de trabalho.

Em face dessas múltiplas determinações buscamos estudar a atividade da castanha de caju nos municípios de Campo do Brito/SE e Itabaiana/SE: atividade tradicional da Região Nordeste, e do agreste sergipano, atividade econômica após a década de 1950, que teve o aumento de sua demanda pelo consumo da castanha no mercado nacional e internacional. Em nossa Dissertação de Mestrado, observamos que, com a ampliação e valorização do produto no contexto da crise estrutural da década de 1990, nas escalas nacional e local, e com o aumento do desemprego e a diminuição do número de trabalhadores assalariados, a atividade da castanha de caju foi apropriada pelo capital como forma de expropriar a mais-valia, a partir da exploração precária das condições da força de trabalho. Dessa forma, o beneficiamento da castanha de caju se tornou uma atividade lucrativa para o capital, que degrada e aliena o trabalhador nas casas de castanha, submetendo-o a condições sub-humanas de trabalho.

O capital se desenvolve produzindo contradições. São criadas e recriadas formas de aumentar o lucro sem aumentar os custos da produção, mantendo, de forma desigual e combinada, o trabalho informal precarizado sob a lógica da reprodução capitalista do mercado, que exige novos processos de produção, como a inserção de equipamentos e de novas formas de organização do trabalho, que são fetichizadas pelo discurso da ideologia do não-trabalho e da liberdade, mascarando, desse modo, a exploração e a alienação do trabalho.

Nesse contexto, a presente Tese partiu da seguinte hipótese: A ideologia é uma falsa ideia que se perpetua para garantir os interesses da classe dominante; é uma distorção da

realidade para mascarar a exploração e a precarização do trabalho. Nesse sentido, o discurso do não trabalho é usado como estratégia de exploração e subordinação do trabalhador ao capital, no processo de beneficiamento da castanha de caju, uma vez que é na negação do trabalho que este trabalho se realiza. A ideologia do não trabalho é usada como forma de dominação e exploração dos trabalhadores, pois eles não se veem como trabalhadores, e na ação que realizam como um trabalho. Alienados pela falsa ideia da autonomia e da liberdade são explorados da forma mais perversa.

Esta Hipótese foi compreendida por meio das seguintes dimensões epistemológicas:

- Com o capital mundializado, são estabelecidas novas relações de produção e de organização do trabalho, que, integradas aos modelos de produção, tais como o do taylorismo, do fordismo, do toyotismo e do regime de acumulação flexível, aceleram a produtividade e a exploração da força de trabalho no processo de beneficiamento da castanha de caju.
- O capital, de forma contraditória, metamorfoseia as relações de trabalho mediante o discurso de modernização, submetendo o campo aos interesses do mercado capitalista.
- O trabalho e o destrabalho, na atividade de beneficiamento da castanha, são entendidos como unidade contraditória para o capital, uma vez que é através da ideologia do não trabalho que o trabalho se realiza para o capital.
- O discurso ideológico da autonomia e da liberdade é fundamental para o capital manter o domínio das relações de produção, mascarando a intensificação do trabalho precarizado.

A partir desses fundamentos teóricos, surgiram as seguintes indagações quanto ao objeto de estudo:

- Em que medida o modelo atual de reestruturação produtiva sustenta as formas de trabalho precarizado?
- De que maneira o discurso da autonomia é usado como estratégia de subordinação do trabalhador?
- Por que o trabalhador da castanha não se reconhece como trabalhador dentro do processo de beneficiamento da castanha?
- Que relações de trabalho se estabelecem no espaço agrário sergipano?

- Por que as relações de trabalho que se estabelecem no processo de beneficiamento da castanha de caju não são consideradas trabalho pelas pessoas que realizam o trabalho?

Para comprovarmos nossa Hipótese, definimos como Objetivo Geral o seguinte: Analisar como a ideologia da autonomia e do não-trabalho mascara a exploração do trabalho no processo de beneficiamento da castanha de caju, sob a diretriz destes objetivos específicos, são eles:

- Analisar a precarização do trabalho no processo de beneficiamento da castanha de caju.
- Refletir sobre as relações de trabalho no espaço agrário sergipano.
- Distinguir as várias conceituações e contradições da categoria trabalho e suas associações na atividade de beneficiamento da castanha de caju.
- Refletir sobre o poder da ideologia do não-trabalho como estratégia de subordinação e exploração do trabalho.

A construção teórica epistemológica para comprovação da nossa Tese teve no significado da categoria trabalho o seu fundante. Desse modo, sustentamos nossa análise na concepção marxiana de que o trabalho é um processo entre o homem e a natureza. Com efeito, não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e meios de subsistência essenciais à produção e reprodução de cada sociedade. A natureza é necessária à sociedade, ou seja, a sociedade não existe sem a natureza. É a natureza que oferece à sociedade os meios de subsistência e os meios de produção. A natureza, nessa concepção, é posta como anterior à sociedade e necessária à existência humana, que a transforma através do trabalho.

O trabalho, na perspectiva da lógica do capital, para poder se reproduzir, apropria-se do trabalho para gerar e acumular lucro. O sistema do capital com o discurso “modernizante” se expande e transforma as relações de trabalho, no campo e na cidade, alterando e controlando as relações de produção com o objetivo do lucro. O capital se desenvolve de forma desigual e combinada, dialeticamente se fragmenta e se homogeneíza. Na sua dialética, o capital gera riqueza e miséria, realização e (des)realização, trabalho e (des)trabalho para garantir o seu ciclo de reprodução e acumulação.

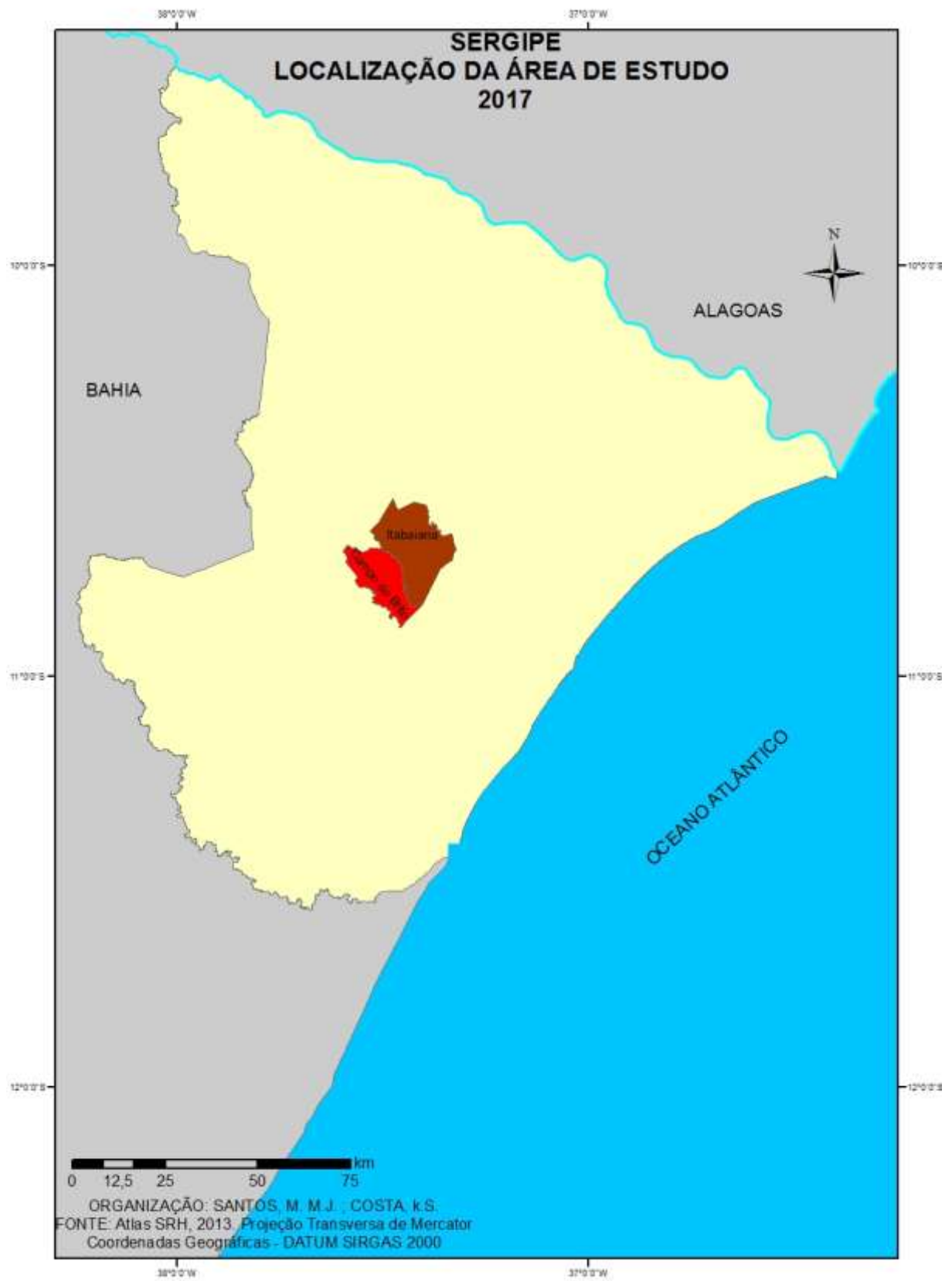
Partindo desse pressuposto, tomamos como desafio a reflexão sobre os fetiches que se instalam no processo de beneficiamento da castanha de caju, para garantir o ciclo de reprodução

do capital, uma vez que confere às relações de exploração um caráter natural, camuflando, dessa forma, as contradições sociais e as necessidades dos trabalhadores. O fetiche da castanha como possibilidade de trabalho escamoteia as contradições da relação capital-trabalho estabelecida em cada etapa do processo, que se inicia com a produção e se reinicia com o consumo. Como também mascara a exploração e a precarização do trabalho a partir da ideologia do não-trabalho e do trabalho livre, sem regras e horários a cumprir, trabalham quando querem e não veem que essa é a mais perversa forma de exploração da força de trabalho, pois, se eles não trabalharem, não recebem.

Para atender tal proposta sustentamos nossa análise a partir do método do materialismo histórico dialético. O referido método permitiu ler as contradições dos sujeitos que estão inseridos na cadeia produtiva da castanha, possibilitando compreender as relações sociais nas suas contradições, na unidade da luta dos contrários capital-trabalho, que se estabelece na totalidade das relações, onde os contrários tentam realizar a superação, ou seja, é o movimento dos pares dialéticos que conduzirá a mudança. Na unidade dos contrários, um está no outro, um não nega a existência do outro, e a afirmativa se dá pela negação da negação. É a lei da negatividade em que se destrói para construir o novo sem destruir o velho; novo-velho em movimento para se chegar à superação.

O refletir teoricamente se estabeleceu na pesquisa empírica pela observação da área de estudo (figura 1). Como a teoria e a prática estão encadeadas em uma mesma relação, uma vez que não se pode ler o real sem a teoria e a teoria não se produz sem a prática, refletir no ciclo teoria-prática-teoria foi fundamental para a construção dessa Tese. Não o real pelo real, mas o real na/pela teoria e a teoria no/pelo real. O confronto da teoria com a realidade foi o alicerce para a construção do conhecimento teórico epistemológico que permitiu compreender as contradições da relação homem e natureza. Essa leitura é realizada a partir da unidade da contradição capital-trabalho, entendendo trabalho como a própria condição de toda a história humana. É a própria condição de existência do homem que se transforma para poder ser apropriada pelo capital.

Figura 1



A compreensão teórica para o desenvolvimento da tese se deu com a leitura de autores como Lukács (2005, 2013), Lessa (2012), Marx (1983, 2008, 2013), Mészáros (2006, 2002), Engels (1876, 2004), Antunes (2008), Smith (1984), que nos possibilitam compreender o trabalho como fundante do ser social. A leitura da centralidade do trabalho tiveram como principais fontes Antunes (2005, 2007, 2008, 2009), Marx (1983, 2003, 2004, 2008, 2010, 2013), Harvey (2009), Pinto (2010) Alves (2000,1999), Lessa (2012).

A relação capital e trabalho e o entendimento do conceito de trabalho aliado foram analisados segundo os ensinamentos de Antunes (2005, 2007, 2008, 2009), Lukács (2013), Marx (1983, 2003, 2004, 2008, 2010, 2013). A concepção da ideologia como instrumento de dominação foi evidenciada em: Chauí (2012), Eagleton (1997), Engels e Marx (2007), Lowy (2010), Konder (2002), Mészáros (2004). A concepção de liberdade e autonomia como forma de mascaramento das desigualdades sociais foi refletida nas obras dos seguintes autores: Marx (2004), Lukács (2013), Mészáros (2006, 2016). Quanto ao trabalho informal e à precarização no processo de beneficiamento da castanha de caju, eles foram compreendidos com as obras de Antunes (2007), Alves (2006), Tavares (2004).

Para o aprofundamento teórico e empírico dos estudos, foram primordiais as reuniões com a orientadora e os debates no Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e Políticas de Reordenamentos Territoriais GEPECT/PPGEO – UFS, vinculado ao CNPQ, além da participação em eventos realizados pelo próprio grupo, em simpósios, em encontros e fóruns locais, nacionais e internacionais. Além disso, foi realizada a pesquisa documental a partir de informações quantitativas e qualitativas em instituições como o IBGE, o INCRA, e a Secretaria Municipal de Agricultura, como também nas leituras de livros, monografias, dissertações, teses, revistas, periódicos e jornais, objetivando adquirir maior aprofundamento teórico/epistemológico sobre a circularidade: produção/distribuição/circulação e consumo do capital na atividade da castanha de caju, na dimensão local/regional/nacional.

Como já foi afirmado, ao entender que teoria e prática estão inter-relacionadas, não se pode ler a realidade sem a teoria. Compreendendo que a teoria é resultante da prática, o pensar na circularidade do ir e vir (teoria-prática) foi fundamental para a construção dessa Tese. A observação empírica do lugar de trabalho na “casa” da castanha possibilitou a análise crítica reflexiva das relações estabelecidas no cotidiano dos trabalhadores. As entrevistas e os questionários foram elaborados de forma aberta e fechada com os vários sujeitos que estão inseridos na cadeia produtiva da castanha de caju em Sergipe e no Ceará. Os questionários

foram aplicados 79 no período de 2015 e 2016 aos trabalhadores da castanha. Sendo que, foram aplicados 40 questionários aos trabalhadores nas casas e barracas de produção da castanha, submetidos a condições precárias de produção, no município de Itabaiana, mais especificamente no povoado Carrilho, localizado no município de Itabaiana, assim como nos povoados Lagoa, Serra das Minas e Poço Cumprido, localizados no município de Campo do Brito; 10 questionários aos cooperados da Cooperativa de Beneficiamento da Castanha de Caju, no povoado Carrilho, em Itabaiana; 11 questionários foram realizados com os trabalhadores da cooperativa não cooperados; 18 questionários aos trabalhadores das mini fábricas *Dayane Amêndoas* e *Castanha Canaã*, no município de Barreira no Ceará, que possibilitaram a compreensão das relações de trabalho estabelecidas no processo de beneficiamento da castanha de caju em escalas local, regional e mundial.

Além disso, foram realizadas entrevistas estruturadas e abertas com os sujeitos envolvidos na cadeia produtiva da castanha: chefes da produção, atravessadores ou fornecedores, líderes comunitários, presidente de associação, comerciantes e consumidores da castanha de caju. Foram também realizadas diversas visitas, com a aplicação de entrevistas abertas, devido às dificuldades de coletar informações, principalmente com os atravessadores, mas que permitiram observar, vivenciar o cotidiano dos trabalhadores e analisar os diversos discursos e estratégias do capital para camuflar a exploração da força de trabalho no objetivo da superextração do lucro.

Para apresentar os resultados da nossa pesquisa, estruturamos nossa Tese em quatro capítulos, além dessa Introdução e das Considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado *As Tramas do Capital no Processo de Apropriação do Valor da Castanha de Caju em Sergipe*, são apresentados estudos das formas de realização da cadeia produtiva da castanha de caju no estado de Sergipe, principalmente sobre o processo de beneficiamento da castanha de caju, que se torna uma atividade econômica, e surge no espaço agrário sergipano como possibilidade de renda e de trabalho, produzindo e reproduzindo, contraditoriamente, a miséria e a riqueza no agreste sergipano, sobretudo nos municípios de Campo do Brito-SE e Itabaiana-SE. Nesse mesmo capítulo, ainda são apresentados estudos sobre o processo de beneficiamento da castanha de caju no município de Barreiras, situado no estado do Ceará, que possibilitam compreender como se estabelecem as relações entre capital e trabalho em escalas local, regional e nacional.

No segundo capítulo, isto é, em *A Centralidade do Trabalho na (Des) Centralidade do Capital*, foram aprofundadas reflexões sobre a categoria trabalho como condição básica e

fundamental da existência humana. Entendemos, como mencionado anteriormente, que é através do trabalho que o homem (re)produz as condições necessárias para a sua existência. Só por meio do trabalho é que se pode produzir riqueza, fato este que leva a mercadorização do trabalho para permitir a apropriação de mercadoria, e assim reproduzir o capital. Para se reproduzir o capital, faz-se necessário apropriar-se do trabalho, não como condição para a realização da vida, mas como condição de mercadoria, explorando o trabalhador até ele atingir o estado de miséria via precarização dos instrumentos de trabalho, da própria força de trabalho.

O terceiro capítulo, intitulado *A Ideologia Como Estratagema do Capital na Exploração e Expropriação do Trabalho*, aborda a análise de como a ideologia sustenta os interesses da classe dominante e cria a falsa consciência de que, se não há um patrão presente para exigir o cumprimento de regras, se não há registro de trabalho, o trabalhador é livre para trabalhar quando e onde pretender. A ideia do trabalho livre e a negação da realização do trabalho é uma estratégia, utilizada pelos donos dos meios de produção, para garantir a extração do lucro a partir da exploração e da precarização do trabalhador da castanha.

No quarto capítulo, denominado *Nas Tessituras do Capital: Os Fetiches da Relação Capital-Trabalho*, desenvolvemos a análise de como o capital, de forma contraditória, metamorfoseia as relações de trabalho. Trata-se da reflexão de como se inscreve a relação capital-trabalho na cadeia produtiva da castanha de caju, sobretudo no seu processo de beneficiamento, no agreste sergipano. O trabalho e o destrabalho na atividade de beneficiamento da castanha são entendidos como unidade contraditória para o capital, tendo como fundamento a concepção de trabalho como condição histórica social. O desenvolvimento desse debate possibilitou a constatação de como ocorre a precarização e desumanização do trabalho no quebra-quebra da castanha de caju.

Nas *Considerações Finais*, ressaltamos que, em todas as fases e formas de organização do trabalho no beneficiamento da castanha de caju, pode-se observar a não compreensão dos trabalhadores quanto à sua condição de explorado e à dimensão da riqueza material da castanha de caju. A superexploração e a precarização da força de trabalho são necessárias para aumentar o domínio e o controle do capital que se apropria do produto e do trabalho exteriorizado. Comprovando nossa Hipótese de Tese, verificamos que a ideologia do não-trabalho é usada como forma de dominação e exploração dos trabalhadores, pois eles não se veem dessa forma, e na ação que realizam como um trabalho. Alienados pela falsa ideia da autonomia e da liberdade são explorados da forma mais perversa.

CAPÍTULO I

AS TRAMAS DO CAPITAL NO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO VALOR DA CASTANHA DE CAJU EM SERGIPE

*[...] a castanha é a riqueza dos ricos e a miséria dos
pobres que dorme e acorda para quebrar castanha...
enquanto eles fazem suas fortunas, a gente mal come.*

(Trabalhadora da castanha, 40 anos, Campo do Brito - SE)

CAPÍTULO I

AS TRAMAS DO CAPITAL NO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO VALOR DA CASTANHA DE CAJU EM SERGIPE

O sistema capitalista em sua essência se desenvolve por meio da acumulação de mais-valia, que se configura na forma de lucro e sempre está em constante processo de expansão. Com a diminuição da mais-valia, o capital não se valoriza, é sempre crescente a exploração do capital em relação ao trabalho. O capital se valoriza pela desvalorização do trabalho, seu processo de acumulação é também um processo de acumulação de suas contradições e a busca incontida do capital por novos produtos e mercados cria/recria formas contraditórias de produção e de exploração da força de trabalho.

O capital se apropria de atividades tradicionais, como o beneficiamento da castanha de caju na Região Nordeste, e as insere no seu ciclo reprodutivo como fonte de lucro para alimentar o ciclo do capital. O beneficiamento da castanha de caju é uma atividade tradicional, realizada depois do período da safra do caju em que o fruto é retirado e colocado para secar ao sol, para depois passar pelo processo de torrefação. Esse momento se constituía uma festa: reuniam-se, nos terreiros dos sítios familiares, vizinhos, e principalmente crianças, que ajudavam a quebrar e limpar o fruto depois de assado. Era um momento de descontração e entretenimento, que ocorria geralmente nos finais das tardes. A produção da castanha era simbólica e destinada apenas para o consumo. Os pés de cajueiros eram encontrados em sítios ou até mesmo nas beiras das estradas; o fruto não era vendido

O produto resultante da atividade desenvolvida pelo grupo era dividido entre eles e/ou distribuído entre vizinhos, parentes e amigos. Essa era uma forma de agradar e presentear o outro. A castanha de caju era apropriada pelos sujeitos envolvidos no trabalho de beneficiamento e lhe era agregado o valor de uso, ou seja, não se estabelecia nenhum tipo de troca comercial. A produção acontecia para atender à necessidade familiar, destinada à alimentação: não se produzia excedente. Dessa forma, a tradição se perpetuava entre as gerações, como afirma uma das trabalhadoras da castanha de caju:

[...] era uma festa assar a castanha, todo mundo se reunia e acendia o fogo, uma alegria, todo mundo reunido, prosando e cantando até assar, depois sentávamos no

chão e começava a quebrar e limpar, no final juntava tudo e dividia, fazia doce, bolo, mandava para os filhos que mora em outra cidade e para os parentes em Santos, era uma farra, mas hoje é cara, só come no dinheiro, quase ninguém dar mais castanha, só vende, minha filha (Entrevistado DM, Povoado Murginga - Campo do Brito-SE, 2016).

A atividade da castanha se insere na economia local do agreste sergipano, principalmente nos municípios de Campo do Brito e Itabaiana, associada à agricultura, à pecuária e ao comércio. Com uma produção pequena, o produto era destinado ao comércio local e às feiras livres dos municípios. Até a década de 1950, a castanha *in natura* não tinha valor de mercado e era adquirida nos sítios das áreas circunvizinhas, onde existiam pés de cajueiros. O fruto era catado debaixo das árvores, beneficiado e depois vendido nas feiras locais da capital e de outros municípios. Os cajueiros eram encontrados em sítios ou até mesmo nas beiras das estradas.

Com a crescente demanda da castanha no mercado nacional e internacional, e com a procura desse produto tanto para alimentação direta como para a fabricação de doces, a castanha passa a ser apropriada pelo capital, que, por sua vez, atribui-lhe um valor no mercado. Ou seja, para a castanha ser adquirida, ela agora tem que ser comprada. A atividade é apropriada pelo capital que passa a controlar e explorar todo o processo de beneficiamento da castanha de caju. Consequentemente, as famílias passaram a se dedicar mais a essa atividade, que acabou se tornando complemento da renda familiar. De acordo com um dos entrevistados,

Esse era um tempo bom, o momento de rir, de jogar conversa fora, cantar, brincar, e até falar do vizinho. Era muita prosa e risada, tempo bom, era o tempo de torrar castanha, os meninos correndo telheiro, tudo sujo de carvão e a cantoria rolando solta (Entrevistado CM, Povoado Lagoa - Campo do Brito -SE, 2016).

Com a agregação de valor ao produto, a castanha deixa de ser um produto de uso para ser de troca: é-lhe atribuído um valor no mercado. A expansão do comércio do produto para a feira da capital sergipana, Aracaju, atraiu novos mercados consumidores e expandiu o comércio da castanha para várias regiões do país, obtendo maior destaque nos estados de São Paulo, de Pernambuco, bem como no Distrito Federal. Com a crescente demanda da castanha no mercado, outras famílias começam a se dedicar à atividade e a castanha *in natura* também passa a ser comercializada. Com o aumento da demanda, a atividade da castanha deixa de ser uma atividade complementar e passa a ser a única fonte de trabalho e de renda.

1.1 - Castanha de Caju: A Exploração do Trabalho no Tempo e no Espaço do Capital

Nas últimas décadas a castanha de caju tem se constituído um produto de forte valor e aceitação no mercado mundial e nacional. Com o objetivo de fortalecer sua produção e comercialização, a EMBRAPA, as Universidades, os Ministérios e as Secretarias Estaduais e Municipais, junto às instituições promovedoras do desenvolvimento rural, vêm investindo no processo agroindustrial do caju, através de pesquisas, para garantir a melhoria da qualidade do produto e o aumento da produtividade, como também de projetos financiadores nas regiões produtoras e beneficiadoras da castanha de caju. No cenário mundial, o Brasil, de acordo com os dados da FAO (2015), insere-se como o quinto maior produtor de castanha de caju (gráfico 1).

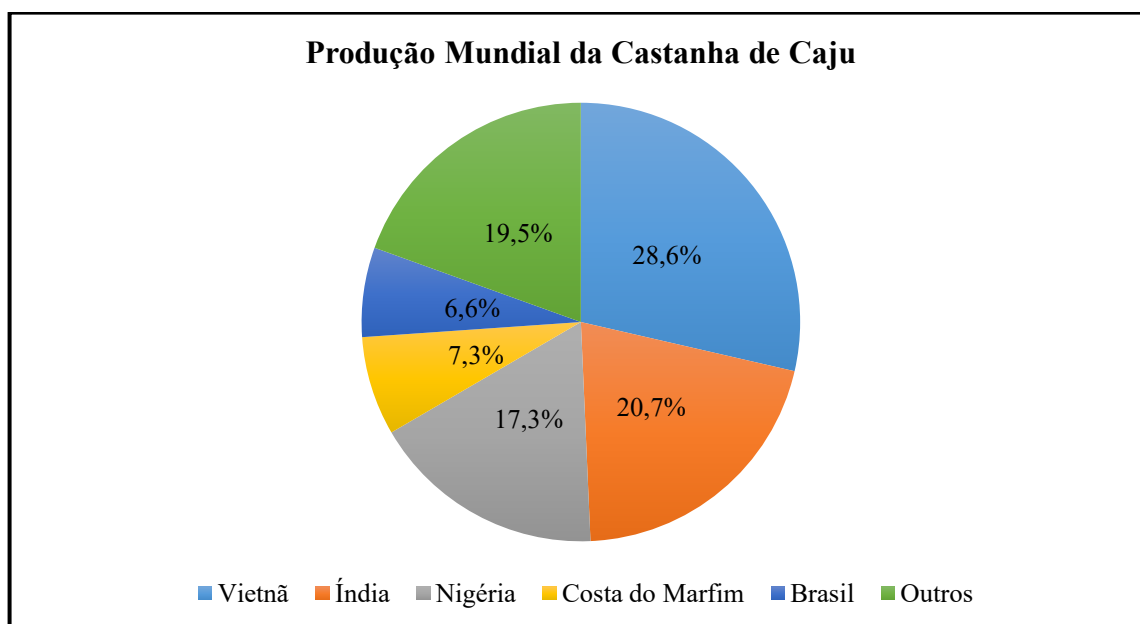


Gráfico 1: Produção Mundial da Castanha de Caju

Fonte: FAO, 2015

Org. COSTA, Katinei Santos

No Brasil, a Região Nordeste domina a produção e o beneficiamento da castanha de caju, produto de forte valor econômico, e o terceiro mais lucrativo da região. A atividade de beneficiamento da castanha de caju, no Nordeste brasileiro, surgiu no período da Segunda Guerra Mundial para atender à demanda dos Estados Unidos quanto ao líquido da casca da castanha de caju – LCC. No referido período, esse líquido era utilizado como insumo na fabricação de tintas, vernizes, pós de fricção, lubrificantes e isolantes térmicos. Com o fim da

Guerra, o país continuou a exportar o produto para os Estados Unidos, mas o interesse não foi mais pelo líquido e sim pela amêndoa da castanha de caju – ACC. Enquanto a Índia comercializava para a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, esse quadro permaneceu até 1982, período em que a URSS praticamente deixou de comprar a castanha, e a Índia, por conseguinte, passou a disputar com o Brasil o mercado norte-americano.

A base da agroindústria da castanha de caju surgiu desde o período da Segunda Guerra, quando a produção do caju passa a ser destinada para exportação, mas ainda de forma simples, sem a inserção de tecnologia. Segundo Pessoa (2004), a inserção de tecnologia na atividade, embora ainda pequena, dá-se após 1978, com o emprego de processos mecanizados de corte de castanha, que, apesar de ainda serem utilizados, até hoje apresentam limitações e garantem o baixo rendimento das castanhas inteiras, como é exigido no mercado para adquirir os maiores preços.

Entre as décadas de 80 e 90 do século XX, foram criadas as primeiras associações de produtores e beneficiadores da castanha de caju, com o objetivo de anular a presença do atravessador no processo de beneficiamento e comercialização da castanha. Essas associações reuniam agricultores produtores de castanha, que se organizaram para adquirir maior visibilidade e angariarem recursos de instituições como a Fundação Banco do Brasil, a SEBRAE e a Embrapa, em parceria com o Governo.

Segundo Pessoa e Leite (2004), a cultura do cajueiro foi considerada por algum tempo uma atividade extrativa. Entretanto, a existência de um mercado promissor, para as exportações dos seus derivados e a instituição dos incentivos fiscais e subsídios creditícios, por meio da SUDENE (Art 34 e 18), do Banco do Brasil (PROTERRA), e, posteriormente, do Fundo de Investimento Setorial - FIEST – Reflorestamento e Fundo de Investimento do Nordeste – FNOR, foram os principais mecanismos indutores do estabelecimento de plantios organizados e da rápida expansão na área cultivada.

É a partir de 1990 que o setor exportador da castanha de caju se destaca, não só pelo valor das exportações, como também pelo seu crescimento no comércio mundial. O Brasil é um dos grandes produtores de castanha no mundo e a exporta em casca e/ou beneficiada. No ano de 2015, o país produziu 12.957 toneladas de castanha de caju, que correspondeu a mais de 6,6% da produção mundial. Desse montante, 9.495 toneladas foram exportadas na casca ou semiprocessadas. Os principais importadores da castanha de caju brasileira são os Estados Unidos, seguido de Países Baixos e Canadá (FAO, 2015). Esses são os grandes importadores

da castanha de caju brasileira, para a fabricação de sorvetes, sobremesas, chocolates e bebidas alcoólicas (gráfico 2).

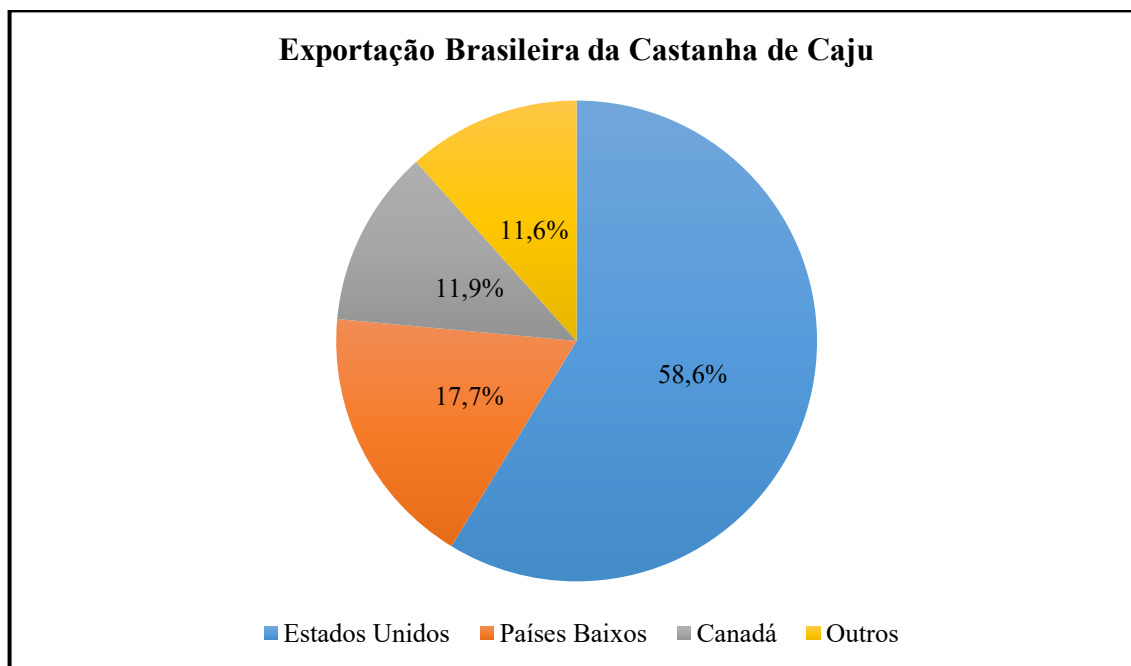


Gráfico 2: Exportação Brasileira de Castanha de Caju

Fonte: FAO, 2015

Org.: COSTA. Katinei Santos

O agronegócio¹ da castanha de caju no Brasil concentra-se na região Nordeste, onde gera divisas, empregos e rendas para a população expropriada do trabalho na cidade e no campo. A agroindústria do caju é constituída, em média, por 30 mini-fábricas que formam o Parque Industrial de Beneficiamento da Castanha, localizado nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. O Ceará se destaca como o maior produtor e beneficiador do produto no país. Outras áreas, como o estado de Sergipe, têm destaque, no cenário nacional, no processo artesanal de beneficiamento da castanha, e assim se constituem áreas de interesse e se inserem estrategicamente na cadeia produtiva do agronegócio.

O cajueiro representa uma cultura agrícola de grande importância cultural e econômica para o Nordeste brasileiro, em que os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Maranhão e Pernambuco, destacam-se como aqueles que concentram cerca de 670 mil hectares

¹ “O agronegócio são todas as relações que envolvem a produção e comercialização dos produtos agrícolas até o consumo, é o domínio e exploração do capital no campo. O avanço dessas relações capitalistas se estabelece a partir da apropriação da produção agrícola pela indústria, uma vez que o agronegócio tem sido associado à tecnologia, que garante o aumento da produtividade e da renda no campo, mas não para o campo” (COSTA, 2011, p.43).

de área plantada. Nesse contexto, 99% da área destinada ao cultivo do caju no país “promove a ocupação de mais de 200 mil pessoas no campo por ocasião da colheita (sendo o equivalente emprego durante todo o ano de 40 mil pessoas no campo) e mais de 15 mil de empregos na indústria” (LEITE e PESSOA, 2004).

Segundo dados do IBGE, o Ceará concentrou 41% da produção nacional da castanha de caju, que equivale a 30.968 toneladas de castanha, no ano de 2016. Quanto aos demais estados, eles totalizaram 59% da produção, sendo o Rio Grande do Norte o segundo maior produtor, seguido do Piauí, do Maranhão e da Bahia (gráfico 3).

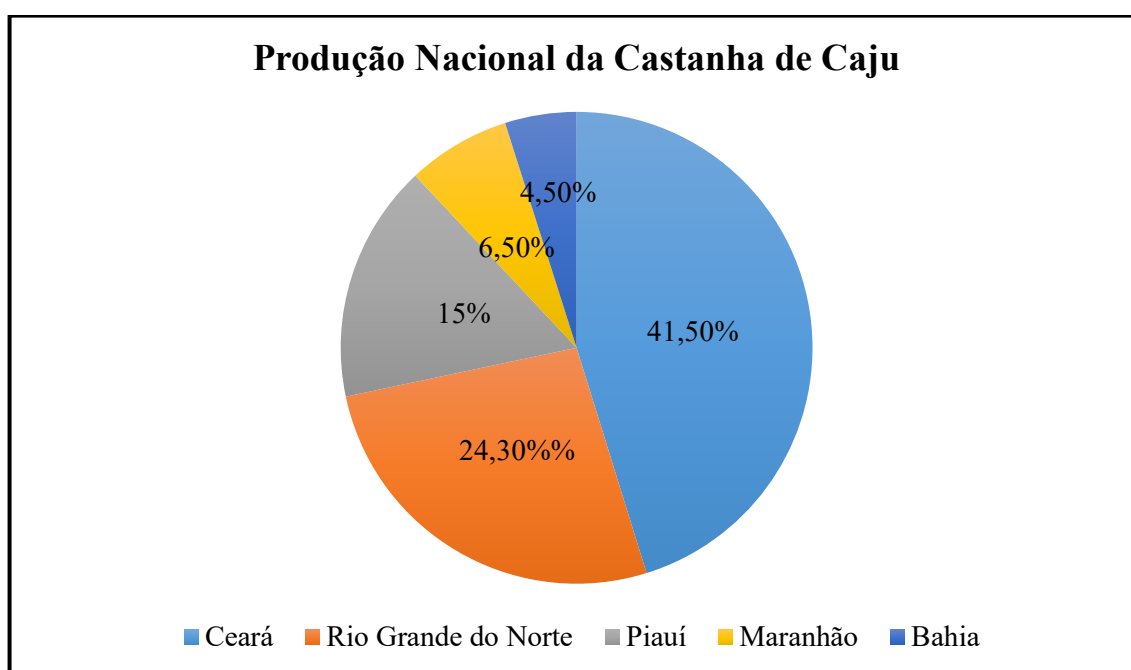


Gráfico 3: Produção Nacional de Caju

Fonte: IBGE, 2016

Org.: COSTA. Katinei Santos

A cadeia produtiva do agronegócio da castanha de caju no Brasil se inicia com o processo de coleta nas áreas de cultivo do cajueiro, nos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Maranhão e Pernambuco, onde o fruto da castanha é retirado do pseudofruto, isto é, o caju, para ser transportado até as minifábricas de beneficiamento e indústrias de processamento. Paralelamente, o pseudofruto é destinado às indústrias de processamentos para a obtenção de bebidas, cajuína, doces secos e em calda, geleias, caju seco e polpas. Quanto à castanha de caju, ela passa pelo processo de beneficiamento nas minifábricas que obtêm como produtos a amêndoa, o óleo LCC (Líquido da Castanha de Caju), a película e a casca. O principal interesse econômico é pela amêndoa, em que o maior montante é exportado e um

menor percentual é destinado para a fabricação de doces, sorvetes, bebidas e farinha. A película e a casca são utilizadas na fabricação de ração animal (figura 2).

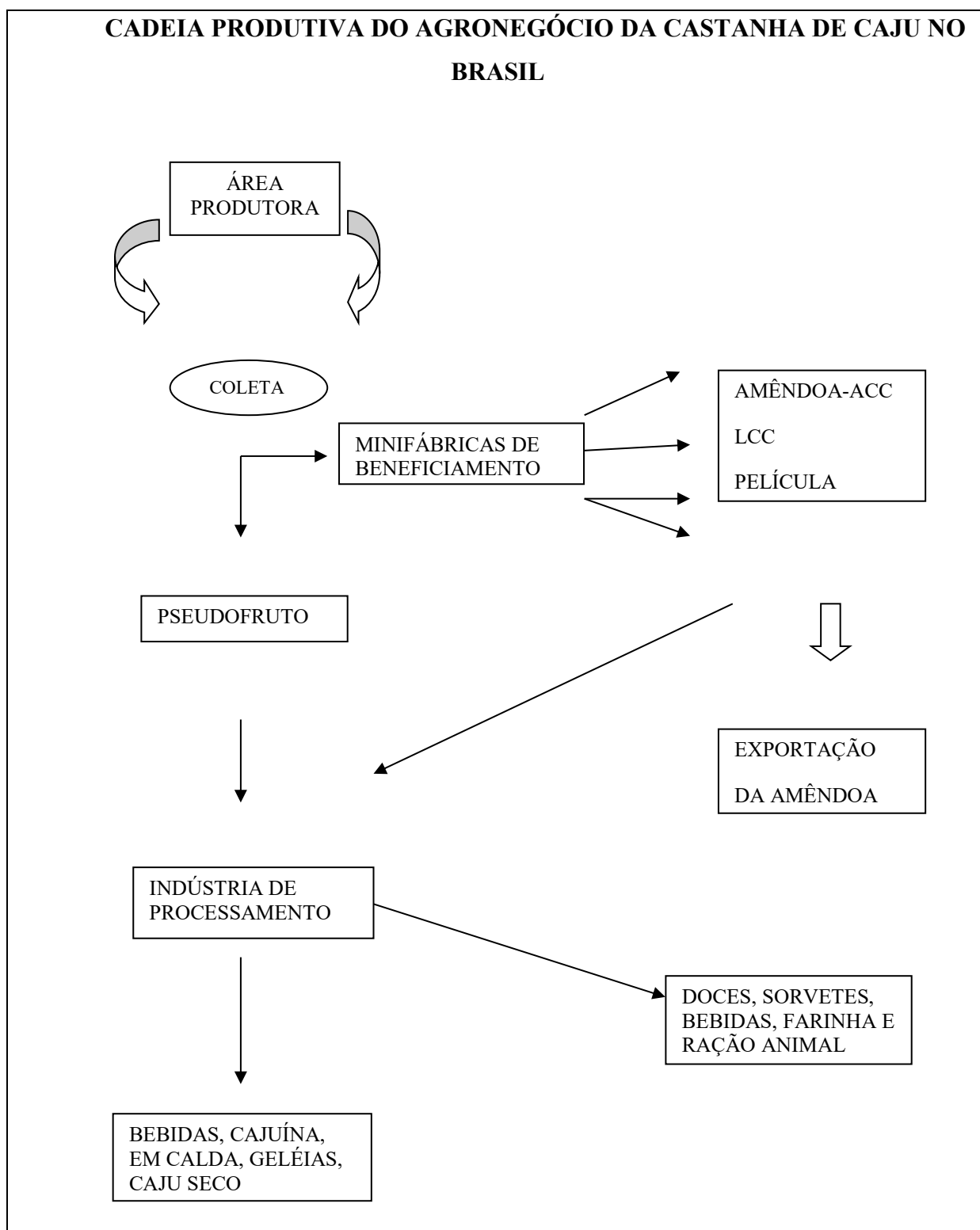


Figura 2 – Cadeia Produtiva da Castanha de Caju no Brasil.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

A base do agronegócio da castanha de caju no Brasil está vinculada ao beneficiamento da castanha de caju nas minifábricas localizadas na região Nordeste. As minifábricas instaladas pela EMBRAPA surgiram como uma estratégia de “desenvolvimento” e “melhoria” para os pequenos produtores, com o objetivo de acabar com a dependência entre produtor e indústria, bem como alternativa de trabalho e melhoria de renda para o pequeno produtor. Segundo o informativo do Nordeste Rural, de 18 de março de 2005, a adoção das minifábricas aumentou a renda do pequeno produtor para R\$ 654,00 por tonelada. Antes dessa implantação, a renda era estimada em R\$ 423,00 por tonelada. Com a inserção das minifábricas, essa quantia subiu para R\$ 1.077,00 por tonelada, representando um aumento de 155%, o que promoveu cerca de 1.220 empregos diretos e 6.100 empregos indiretos na Região Nordeste.

Constata-se que o agronegócio da castanha de caju está alicerçado basicamente no processo de produção e beneficiamento da castanha de caju. O processamento da castanha de caju é realizado a partir de três sistemas, são eles: o sistema artesanal, que é utilizado nos sítios; o sistema manual; e o sistema mecanizado (quadro 1).

Etapas do processamento	Tipos de Processamento do Beneficiamento da Castanha de Caju		
	Artesanal	Manual	Mecanizado
Classificação da Castanha	Faz a separação manual das castanhas sãs e avariadas	O classificador rotativo com retenção de malhas de diferentes calibres.	O classificador rotativo com retenção de malhas de diferentes calibres
Umidificação da castanha	Não faz	Não faz	Imersão em água por até 10 min. e repouso em até 72 horas.
Cozimento da castanha	Torrefação direta da castanha em uma chapa de ferro para liberação do LCC	Cozimento em vapor úmido a 160°C por 20 a 30 minutos.	Cozimento em imersão no líquido da casca a 210°C por 3 min.
Corte da castanha	Quebra individual e manual da castanha com pedaços de madeira	Máquina de corte manual com uso de navalhas.	Máquina centrífuga em alta rotação
Estufagem da castanha	Quando necessário faz ao sol.	Estufas com vapor seco ou estufas a gás de cozinha ou lenha	Estufas de um estágio com vapor seco ou em estufas contínuas.

Umidificação da amêndoa	Não faz.	Vapor úmido por 2 a 5 min.	Não faz
Despeliculagem	Manual	Vapor úmido por 2 a 5 min.	Ar comprimido
Seleção e classificação	Inteiras e quebradas	Pelo padrão da <i>Association of food industries</i> – AFL.	Pelo padrão da <i>Association of food industries</i> – AFL.
Embalagem	Sacos plásticos	Latas sanitárias, sacos aluminizados, vácuo e inertizantes	

Quadro 1: Tipos de Processamento do Beneficiamento da Castanha de Caju

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA. Katinei Santos.

O sistema artesanal é utilizado nas pequenas propriedades em sítios. Para a realização do processo de torrefação nesse sistema, a castanha é colocada em uma chapa metálica sobre o fogo intenso. Este é obtido com a queima das cascas da castanha. Durante esse processo, o fruto é mexido com uma vara até ocorrer a queima total da LCC. Após a queima, espera-se o resfriamento natural para, em seguida, ocorrer a quebra, que é feita individualmente com pedaços de madeira. Depois da quebra, ocorre a despeliculagem, que consiste na retirada da pele, seguida da separação das castanhas quebradas e inteiras, que, por sua vez, são ensacadas para serem comercializadas. Esse processo se dá em condições e instrumentos precários de produção, que trazem prejuízos ao ambiente e à saúde do trabalhador (figura 3).



Figura 3: Casa de beneficiamento da Castanha de Caju, povoado Carrilho, no município de Itabaiana - SE
Fonte: Trabalho de campo 2016.
Org.: COSTA, Katinei Santos.

O processo manual ou semimecanizado é bastante utilizado em minifábricas que compõem os arranjos produtivos² de castanha de caju no Nordeste (Figura 4).

² Segundo a REDESIST (Rede de Pesquisa do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) os arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que insipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (REDESIST, 2003, p. 3).

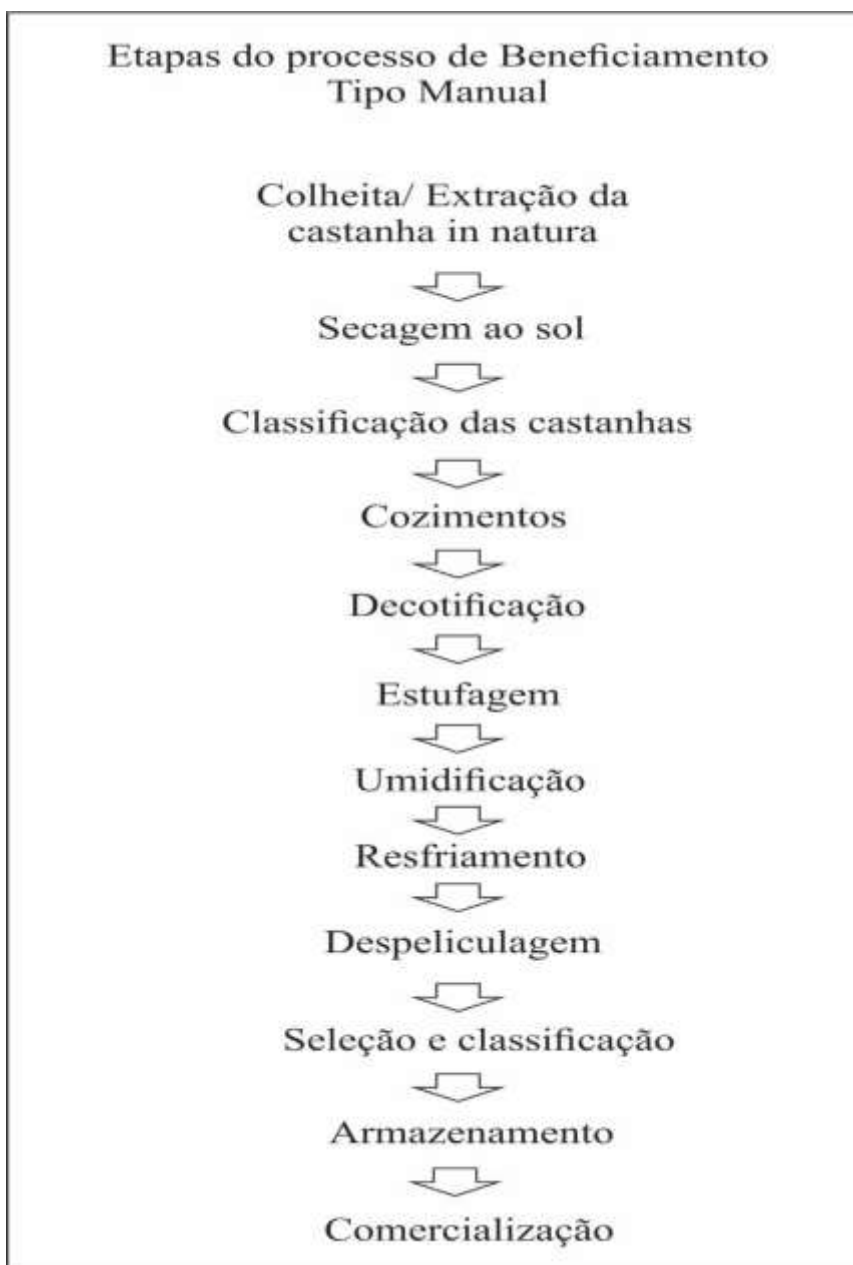


Figura 4 – Etapas do Processo de Beneficiamento do Tipo Manual

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA. Katinei Santos Costa.

Nesse processo, a castanha não é assada, ela é cozida no autoclave, em um processo de autolavagem, em vapor úmido, a 160°C, por 20 a 30 minutos. Em seguida, as castanhas são retiradas e submetidas a um procedimento de resfriamento, para, posteriormente, serem cortadas uma a uma em uma máquina de corte individual. Essa técnica garante o maior rendimento das castanhas inteiras. O processo seguinte é a depelículagem, que, como mencionado anteriormente, consiste na retirada da pele: nesse caso, as castanhas são colocadas em uma estufa para secar e soltar a pele, depois são umidificadas, por meio do banho a vapor,

a fim de retirar a pele restante. Depois disso, elas são finalmente embaladas para a comercialização (figuras 5).



Figura 5: –Equipamentos Utilizados no Processamento Manual da Castanha de Caju, Barreiras -CE
 Fonte: Trabalho de Campo, 2016.
 Org.: COSTA. Katinei Santos.

O último tipo de processamento da castanha de caju é o mecanizado, utilizado nas grandes indústrias, em que as castanhas são pré-selecionadas e armazenadas para, em seguida, serem submetidas à umidificação. Depois de pré-selecionadas e armazenadas, as amêndoas são submetidas à imersão em água, depois em banho líquido de casca a 210°C, por 3 minutos, a fim de facilitar a sua soltura. O processo seguinte é o corte em máquina centrífuga em alta rotação. Nesse processo automático para abertura parcial, muitas amêndoas são quebradas devido ao

impacto automático. Ao fim desse processo, inicia-se o procedimento da estufagem, seleção, classificação e embalagem das castanhas (figura 6).



Figura 6 – Indústria de Beneficiamento da Castanha de Caju.

Fotos: Embrapa Agroindústria Tropical, 2015.

Fonte: Informativo Nordeste Rural.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

A tecnologia inserida nas minifábricas é desenvolvida e passada aos produtores pela Embrapa Agroindústria Tropical. Antes da implantação das minifábricas, os pequenos produtores exerciam o papel de fornecedores de castanha *in natura* para as grandes indústrias. Mas, com as minifábricas, o produtor realiza o beneficiamento agregando maior valor ao produto que será exportado ou/e processado nas indústrias de doces e bebidas (figura 7).



Figura 7 – Fábrica de Processamento da Castanha de Caju
Fotos: Embrapa Agroindústria Tropical, 2015.
FONTE: Nordeste Rural. Foto: NOROES, Claudio.
Org.: COSTA, Katinei Santos.

O processo agroindustrial transformou a realidade dos trabalhadores e produtores da castanha de caju, agregando valor ao produto, aumentando a produção, mas não garantiu a autonomia nem a melhoria dos produtores e trabalhadores, uma vez que se observa uma dependência cada vez maior da produção com a indústria, que é controlada pelas empresas responsáveis pela comercialização do produto. Sendo assim, os ganhos da produção são distribuídos de forma desigual e diferenciada entre os sujeitos envolvidos na cadeia produtiva do fruto em questão. Em todos os tipos de processamento, tem-se a exploração da força de trabalho como garantidora do lucro, o que diferencia é a produtividade, as condições e os instrumentos de trabalho. Segundo Leite (1994), dos ganhos gerados no agronegócio do caju no Brasil, 71% é apropriado pelo capital (gráfico 4).

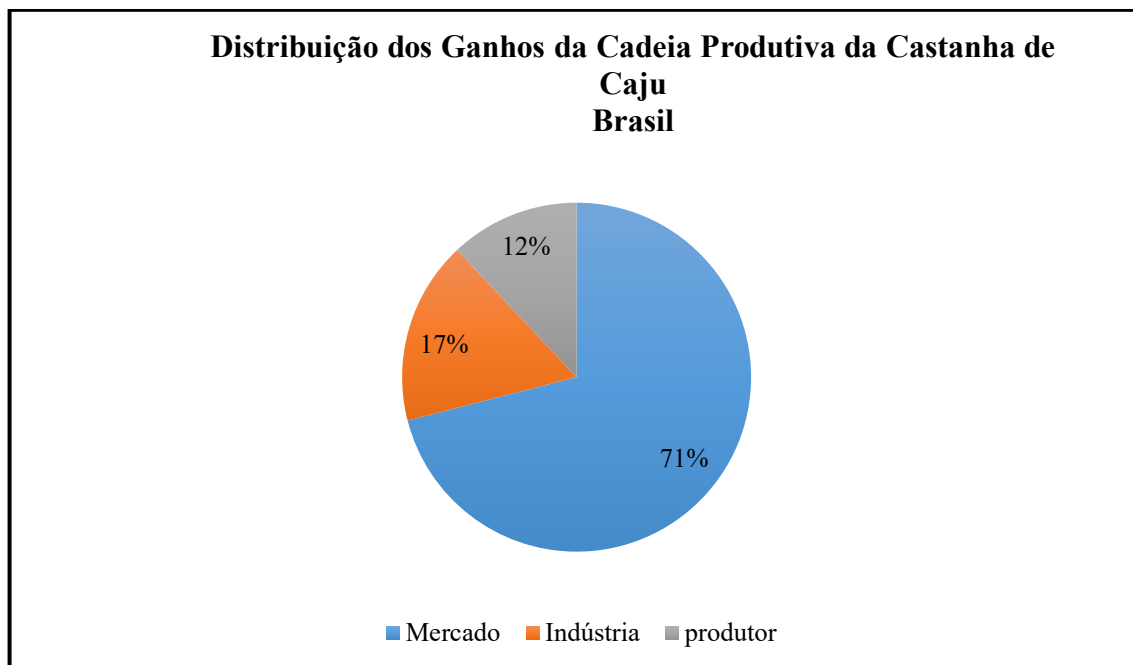


Gráfico 4 – Distribuição dos Ganhos da Cadeia Produtiva da Castanha de Caju.

Fonte: NETO, Júlio César Andrade, 2006.

Org.: COSTA, Katinei Santos, 2015.

Os números e as imagens atrelados ao agronegócio da castanha de caju mascaram as desigualdades e a miséria, estabelecidas nas áreas de apropriação do sistema capitalista, que, ao se inserir na produção, atua de forma desigual e combinada para garantir o seu ciclo acumulativo do capital. A produção e o beneficiamento da castanha de caju se desenvolvem sob a lógica do agronegócio, que surge como perspectiva de desenvolvimento a partir da inserção tecnológica em uma atividade agrícola artesanal, considerada “tradicional” e “atrasada”, por não garantir a (re)produção capitalista, em uma atividade econômica, sob os moldes do sistema vigente, no processo de extração do lucro.

Com o discurso do novo como possibilidade de progresso e desenvolvimento para os produtores da castanha de caju, o sistema de produção capitalista, por meio da junção da produção agrícola com a indústria, mascara as estratégias de dominação e exploração utilizadas sobre os produtores e trabalhadores das minifábricas de beneficiamento.

1.2 – A Cadeia produtiva da Castanha de Caju no Município de Barreira – CE

O estado do Ceará se destaca na cadeia produtiva da castanha de caju por ser um dos maiores produtores de caju do mundo. São mais de 376 mil hectares de área plantada de cajueiros, conforme dados do IBGE de 2016, tendo uma produção de cerca de 30.968 mil toneladas neste ano, abastecendo o mercado mundial. O estado do Ceará é o maior produtor gerando cerca de 30 mil empregos diretos e mais de 1000 mil indiretos (ADECE, 2013).

Esse estado também se destaca no cenário nacional e mundial como um dos maiores beneficiadores da castanha da região Nordeste, concentrando cerca de 90% da capacidade industrial, o que representa mais de 10% das exportações do Ceará (ADECE, 2013). São dezenas de fábricas e minifábricas distribuídas nos municípios de Aquiraz, Barreira, Chorozinho, Icapuí, Fortim, Tururu, Granja, Aracati, Ocara, Pacajus, Morrinhos e Macaíba. O município de Barreira (figura 8), localizado a 75,5 Km de Fortaleza, com uma área de 245,95 km² e 21.520 habitantes, segundo dados do IBGE 2016, destaca-se no processamento e no comércio do produto, impulsionados por pequenos produtores e dezenas de minifábricas (figura 8), em sua maioria localizadas nos sítios e nos fundos das casas, onde ocorre a apropriação e exploração do trabalho pelo capital.

Figura 8

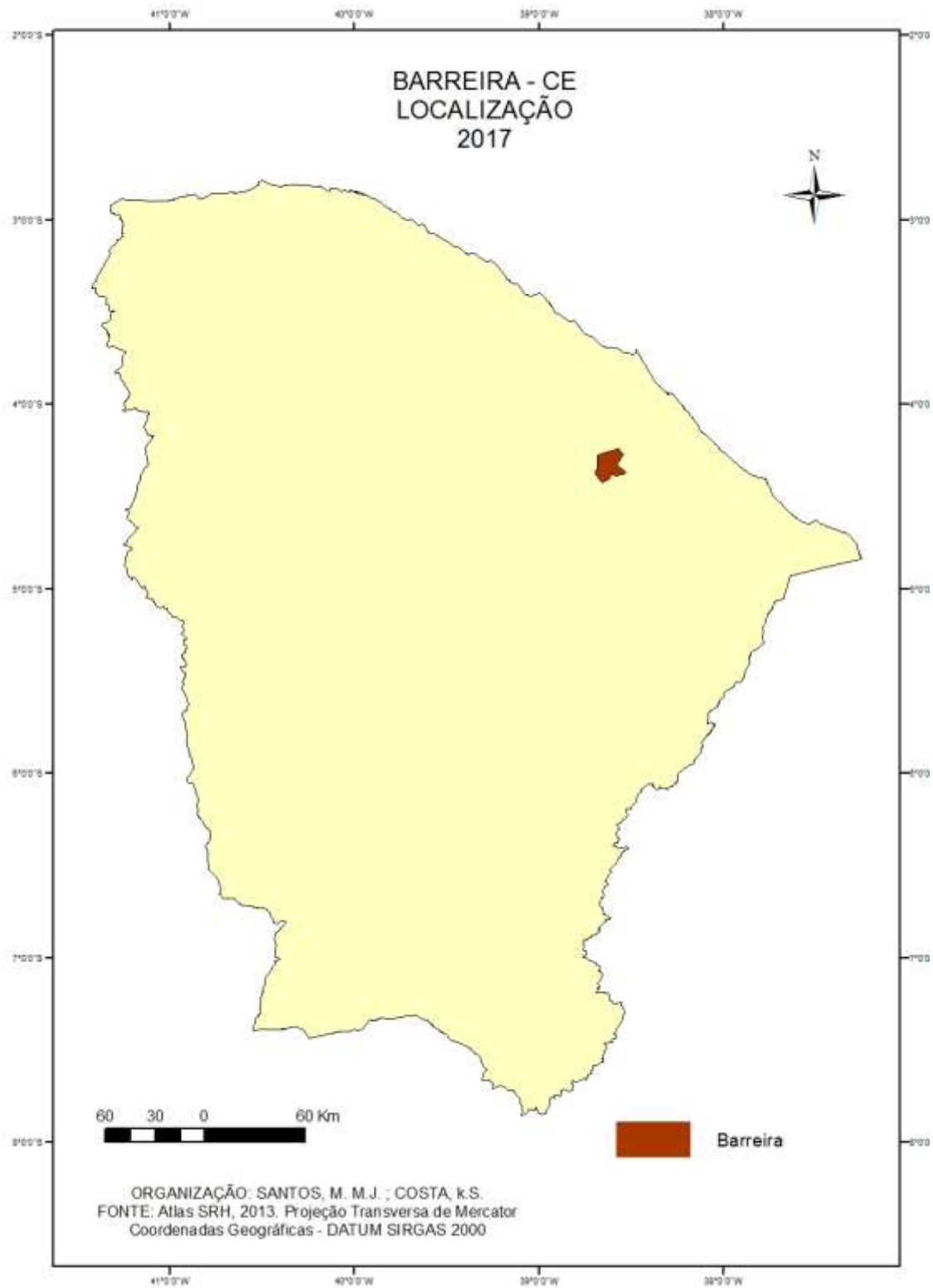




Figura 8: Minifábrica Canaã de Beneficiamento da Castanha de Caju, Município de Barreira - CE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

O município de Barreira é historicamente um grande produtor de caju no Ceará. A princípio, a castanha era vendida *in natura*, por meio de atravessadores, que repassavam o produto para empresas e indústrias localizadas em municípios próximos, assim como para a capital Fortaleza, onde havia o processo de beneficiamento. Na década de 1989, a atividade de beneficiamento da castanha de caju foi estimulada no município com a criação dos Centros Comunitários Rurais, incentivados pelo Governo Federal, e o município foi contemplado com um centro denominado PA-Rural – Programa de Apoio Rural (figura 9).



Figura 9: PA-Rural, Município de Barreira - CE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

O PA-Rural passou a ser constituído de uma Associação de Produtores, composta pela unidade de beneficiamento da castanha de caju, uma rádio comunitária, um hospital e uma área de eventos. Esse programa procurava reunir pequenos produtores rurais, em regime de associação, com o objetivo de fazer com que os mesmos agregassem valor à castanha, por meio do beneficiamento, ao invés de vendê-la *in natura* aos atravessadores (figura 10).



Figura 10: Associação Comunitária de Barreira PA-Rural e Sociedade Beneficente de Barreira, Município de Barreira - CE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

Dessa forma, foi criada uma rede de pequenos produtores que passaram a vender o produto beneficiado. Além disso, foi estimulada, pelo PA-Rural, a criação de minifábricas, a partir da iniciativa dos próprios associados e funcionários que formaram um aglomerado de empresas formais e informais de beneficiamento da castanha de caju. Em entrevista, a presidente do PA-Rural afirmou que todo o processo de beneficiamento da castanha de caju teve início no município de Barreira, mas há 3 anos a sociedade beneficente parou de funcionar, devido à falta de matéria-prima. Em outra entrevista, dessa vez na Secretaria de Agricultura do Município, verificamos que existem em média 270 minifábricas no município, sendo que a maioria é informal, ou seja, não tem registro. Nessas condições, há uma média de 2.600 pessoas trabalhando diretamente e mais de 600.00 kg de castanha são beneficiados semanalmente.

A cadeia produtiva se inicia no município com o cultivo do caju. Em seguida, é realizada a coleta, para depois ser beneficiada nas minifábricas, principal atividade do município. 60% da castanha processada é exportada, o que acontece principalmente por meio de uma empresa chamada Universal Única do Caju. Dessa produção, 90% é exportado para os Estados Unidos, e os outros 10% para o Oriente Médio e Canadá. Os atravessadores, as

minifábricas independentes e a Associação de Beneficiadores fornecem para o mercado interno, sendo 40% para o estado de São Paulo e os outros 60% é distribuído para os estados do Rio de Janeiro, de Fortaleza, de Salvador e de Manaus.

O processo de beneficiamento se caracteriza como manual (figura 11): ocorre a secagem da castanha ao sol entre 3 e 4 dias, depois há uma classificação por tamanho e qualidade (separação das castanhas ruins, furadas, chochas), para, em seguida, ser cozida no autoclave, máquina de cozimento a vapor. Depois desse processo, inicia-se a fase do repouso. Posteriormente, realiza-se o corte da casca em máquinas manuais. As castanhas são, então, levadas para a estufa para serem pré-cozidas durante uma média de 7 horas. Depois do pré-cozimento, há a umidificação por meio do choque a vapor para soltar a película. Finalmente, elas são classificadas de acordo com o tamanho e a cor, para serem embaladas.



Figura 11: Fases do Processo de Beneficiamento Manual, Município de Barreira -CE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

Na pesquisa realizada, constatamos que, em todas as etapas, a contratação do trabalho é realizada por acordos verbais. O pagamento se dá mediante produção: quem realiza o cozimento e a seleção recebe R\$ 50,00 por diária; o cortador recebe R\$ 2,00 por Kg de castanha quebrada. As demais atividades são, geralmente, organizadas e realizadas pelo dono da minifábrica e seus familiares (trabalho de campo, 2016). Sem nenhum vínculo empregatício, dos trabalhadores entrevistados, 92% disseram que nunca tiveram a carteira de trabalho registrada; apenas 8% já exerceram atividades formais e tiveram seus direitos trabalhistas garantidos. Os trabalhadores obtêm, em média, um ganho semanal de R\$150,00. No entanto, 24% das famílias revelaram ter uma renda inferior a essa quantia (gráfico 5).

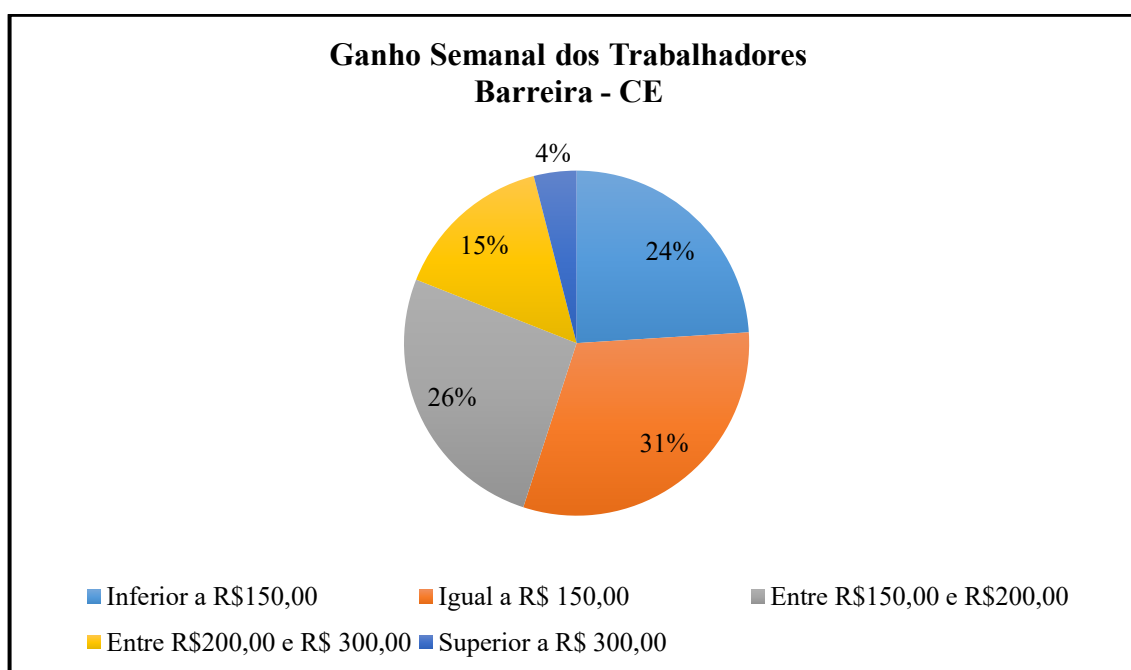


Gráfico 5: Ganho Semanal dos Trabalhadores no Município de Barreira - CE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

Apesar de a produção da castanha estar inserida na economia local há quase um século, o beneficiamento da castanha só foi inserido há aproximadamente 30 anos, com o objetivo de agregar mais valor ao produto. O trabalho é realizado pela família nas minifábricas construídas em locais improvisados nos fundos das casas ou nas propriedades rurais. Todos os membros da família participam das atividades seja no beneficiamento, seja na comercialização dos produtos. Em entrevista, constatamos que 35% dos trabalhadores entrevistados já trabalhavam na produção da castanha de caju antes de realizarem a atividade de beneficiamento, 28% são

pequenos produtores de caju e 47% declararam que nunca realizaram outra atividade ligada ao fruto em questão.

No processo de beneficiamento da castanha, todas as etapas da produção são realizadas por membros da família: 22% dos trabalhadores são membros familiares; 37% são parentes e 41% são trabalhadores contratados. Dentre os trabalhadores entrevistados, observamos o predomínio de jovens: 22% tem entre 15 e 20 anos; 41% tem idade entre 21 e 30 anos. São jovens com perspectiva de encontrar outras oportunidades de trabalho e se dedicam à atividade da castanha temporariamente. Apenas 30% dos trabalhadores são adultos entre 30 e 40 anos de idade e somente 8% possuem mais de 40 anos (gráfico 6).

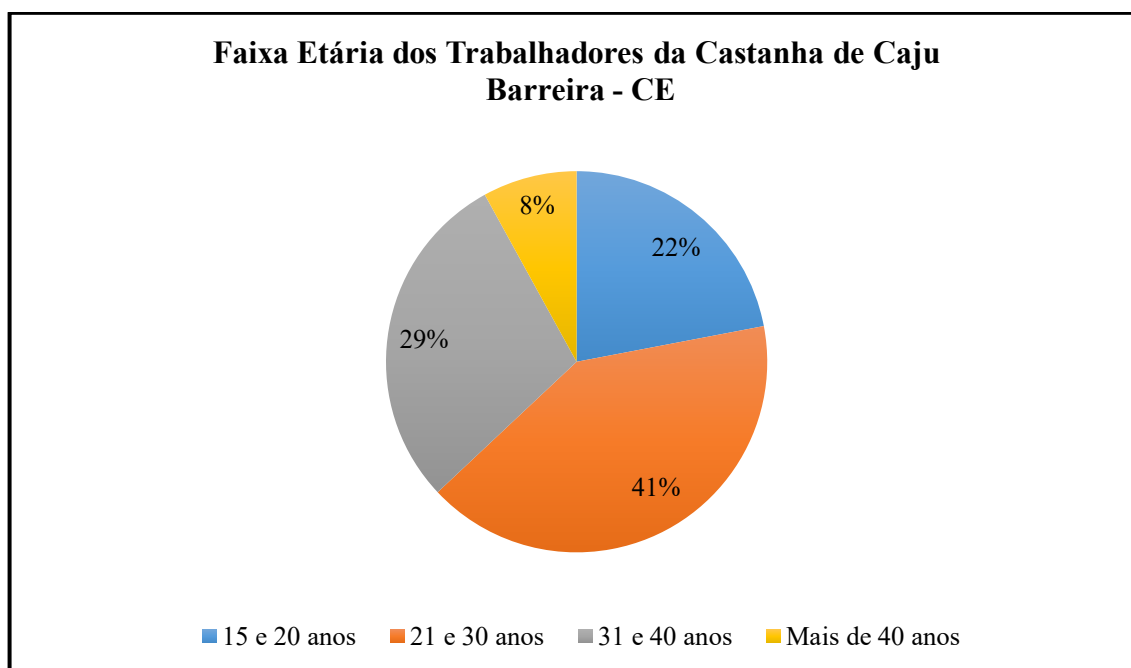


Gráfico 6: Faixa Etária dos Trabalhadores no Município de Barreira - CE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

Como há o predomínio de jovens que, sem oportunidade de trabalho, veem o beneficiamento da castanha como única possibilidade de renda, constatamos que, dentre os entrevistados, apenas 2% possuem como grau de escolaridade o nível médio completo e que 8% declararam não saber assinar o nome. Além disso, 53% declararam possuir o ensino fundamental incompleto, mas, dentre eles, 27% afirmaram que só sabem assinar o nome, reconhecer letras e números e que, por esse motivo, não tiveram outra oportunidade de trabalho (gráfico 7).

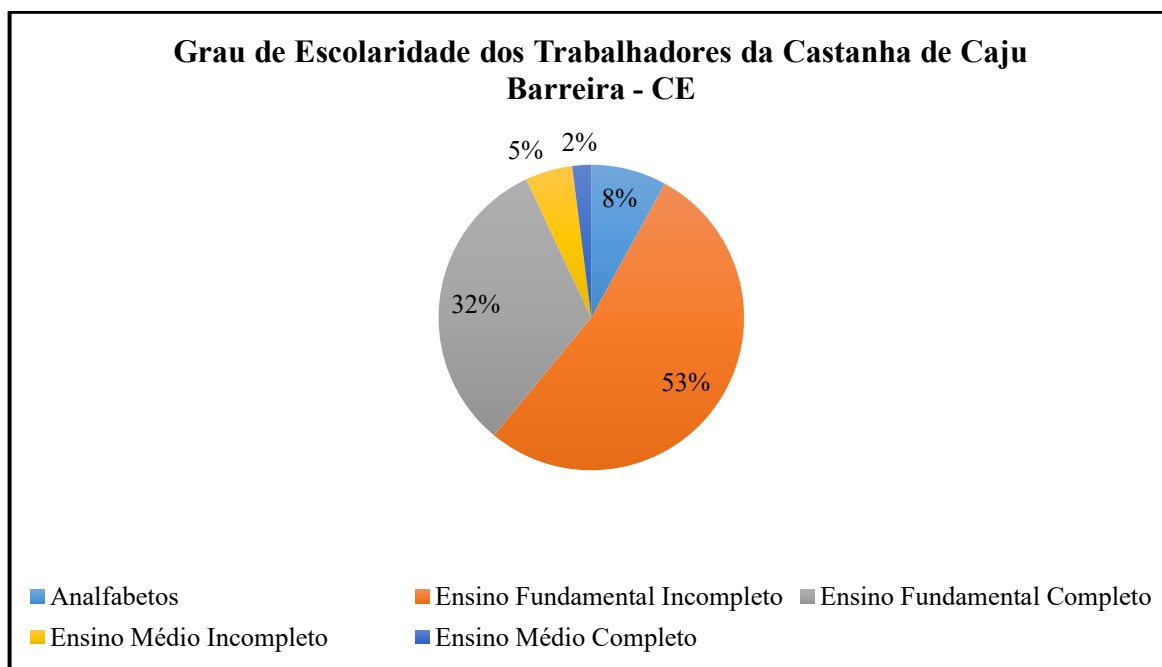


Gráfico 7: Grau de Escolaridade dos Trabalhadores Beneficiadores da Castanha de Caju, Município de Barreira - CE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

Entre os beneficiadores da castanha não foi observada a presença de trabalhadores com o ensino técnico ou superior, logo, explica-se a origem desses trabalhadores quando lhes é perguntado que atividades exerciam antes de serem beneficiadores. 48% deles exerciam atividades rurais, dentre essas se destaca o cultivo do caju; 27% eram comerciantes e/ou fornecedores da castanha *in natura*; 55% do quantitativo das mulheres afirmaram que exerciam atividades domésticas como possibilidade de obter renda para complementar a da família ou como única fonte de sustento (gráfico 8).

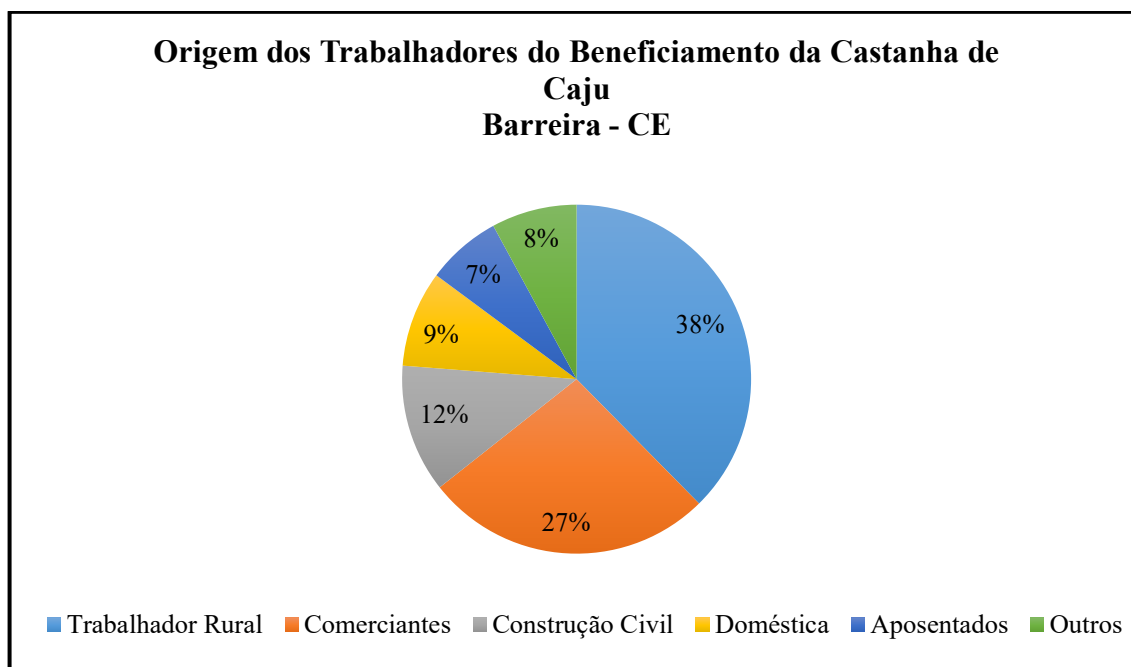


Gráfico 8: Origem dos Trabalhadores Beneficiadores da Castanha de Caju no Município de Barreira - CE.
 Fonte: Trabalho de Campo, 2016.
 Org.: COSTA, Katinei Santos.

O que se observa é que a atividade de beneficiamento da castanha de caju é predominante no município, como possibilidade de trabalho e de renda para a economia local. Dessa forma, ao se apropriar dos meios de produção, inclusive da força de trabalho, o capital impõe uma reorganização no modo de produção, uma nova divisão social e territorial do trabalho. Além da castanha beneficiada são produzidos, em Barreira, a rapadura de caju, a rapadura de castanha, a compota de caju, o caju passa, o doce de caju cristalizado, a cajuína e os sucos.

1.3. - No Quebra-Quebra da Castanha: As Amarras do Capital no Processo de Produção e Consumo da Castanha de Caju em Sergipe

Na análise de Marx (2003), toda produção é social. É a produção social de indivíduos vivendo em sociedade a responsável pela evolução da humanidade, uma vez que toda e qualquer produção é resultado da apropriação da natureza pelo homem. De acordo com o autor,

(...) não há produção possível sem um instrumento de produção; esse instrumento será a mão. Não há produção possível sem trabalho passado acumulado; esse trabalho será a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem: Entre outras coisas, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho

passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural universal e eterna; sim, mas com a condição de negligenciar precisamente o elemento específico, o único que transforma em capital o “instrumento de produção”, o “trabalho acumulado” (MARX, 2003, p. 228).

A produção dá-se a partir do trabalho humano sobre os produtos da natureza, que se apropria e dá forma aos produtos da natureza, de acordo ou não, com as necessidades humanas. Mas, em geral, a produção se dá conforme o consumo de indivíduos particulares e estranhos à produção, uma vez que é a distribuição que determina o que, o quanto e para quem produzir. A distribuição é a etapa intermediária da cadeia produtiva que tem origem com a produção e se concretiza com o consumo.

Para Marx (2003), a estrutura da distribuição é inteiramente determinada pela estrutura da produção, uma vez que a própria distribuição é um produto da produção, não só no que se refere ao objeto produzido, apenas por poder ser distribuído o resultado da produção, mas também no que se refere à forma, determinando o modo preciso de participação na produção, as formas particulares de distribuição, isto é, determinando de que forma o produtor participará na distribuição. Logo a distribuição precede a produção e a determina. Para o referido filósofo,

A produção surge como ponto de partida, o consumo como o ponto de chegada, a distribuição e a troca como o meio-termo que, por seu lado, tem um duplo caráter, sendo a distribuição o momento que tem por origem a sociedade e a troca, o momento que tem por origem o indivíduo (MARX, 2003, p.229).

Ao analisar a totalidade do ciclo do capital, produção, distribuição, circulação e consumo, observa-se que eles se inter-relacionam para manter o ciclo reprodutivo. Cada etapa da reprodução do capital é, ao mesmo tempo, a outra, pois uma não existe sem a outra. Sendo assim, produção é distribuição, é circulação, é troca e é consumo, da mesma forma que distribuição é produção, é circulação, é troca e é consumo, uma vez que um não existe sem o outro. Ao mesmo tempo em que ocorre a produção, ocorre a distribuição, a circulação, a troca e o consumo. Na ausência da distribuição não ocorrerá a circulação, a troca e o consumo, ou seja, o capital não se reproduz.

O capital se produz-reproduz-produz a partir da produção, momento social de apropriação da natureza, da distribuição, quando ocorre a distribuição dos produtos da etapa anterior, da circulação, da troca e do consumo do objeto produzido, que se concretiza com o reinício da cadeia produtiva com uma nova produção, distribuição, circulação, troca e consumo, estão determinados pela produção e consumo anterior que determinará a produção, a distribuição, a circulação, a troca e o consumo precedente, uma vez que “a produção constitui

o geral, a distribuição e a troca, o particular, o consumo, o singular para onde tende o conjunto” (MARX, 2003), mas ambos constituem a totalidade do ciclo reprodutivo do capital.

A produção é imediatamente o consumo, pois sem produção não há consumo e sem consumo não há produção, porque sem consumo, a produção não tem sentido, nem objetivo. O consumo produz, duplamente, consumo e produção, e a produção produz, duplamente, consumo e produção, haja vista ser somente pelo consumo que o produto se torna realmente produto. Uma casa que não seja habitada não é, de fato, uma verdadeira casa. Do mesmo modo, o produto, ao contrário do simples objeto natural, não se afirma como produto, não se torna produto, senão pelo consumo que cria a necessidade de uma nova produção. Sendo assim, a produção produz o consumo e o consumo produz a produção (MARX, 2003). Logo,

A produção não é apenas imediatamente consumo, nem consumo imediatamente produção; igualmente a produção não é apenas um meio para o consumo, nem o consumo um fim para a produção, no sentido em que cada um dá ao outro o seu objeto, a produção o objeto exterior do consumo, o consumo o objeto figurado da produção. De fato, cada um não é apenas imediatamente o outro, nem apenas intermediário do outro. É o consumo que realiza plenamente o ato da produção ao dar ao produto o seu caráter acabado de produto, ao dissolvê-lo consumindo a forma objetiva independente que ele reveste, ao elevar à destreza, pela necessidade de repetição, a aptidão desenvolvida no primeiro ato da produção; ele não é somente o ato último pelo qual o produto se torna realmente produto, mas o ato pelo qual o produtor se torna também verdadeiramente produtor. Por outro lado, a produção motiva o consumo ao criar o modo determinado do consumo, e originando em seguida o apetite do consumo, a faculdade de consumo sob a forma de necessidade (MARX, 2003, p.238).

O processo de reprodução do capital se estabelece em etapas que se iniciam com a produção. Em seguida, tem-se a distribuição dos produtos que vão circular determinando o momento da troca, que, por sua vez, é determinada pelo consumo, pois é a troca que leva ao consumo. É o momento da apropriação do produto, mas não na sua totalidade. O produto é consumido por um determinado grupo social. É a partir da produção que se (re)inicia a cadeia produtiva do capital sem cessar com o consumo, ou seja, são unidades dialéticas em uma etapa que não cessa com a outra, mas estabelecem relações recíprocas nos diferentes momentos de reprodução do capital, em sua totalidade social e econômica.

Dessa forma, o ciclo produtivo da castanha de caju se estabelece, no estado de Sergipe, a partir de cadeias produtivas que estão interligadas, desde a produção até o consumo, e sustentadas na unidade de produção familiar. A cadeia produtiva da castanha de caju em Sergipe se caracteriza pela produção e comercialização artesanal, em que a figura do intermediário aparece em todas as etapas da cadeia produtiva. Esses fatores justificam a pouca expressividade do Estado na comercialização do produto no cenário nacional (figura 12).

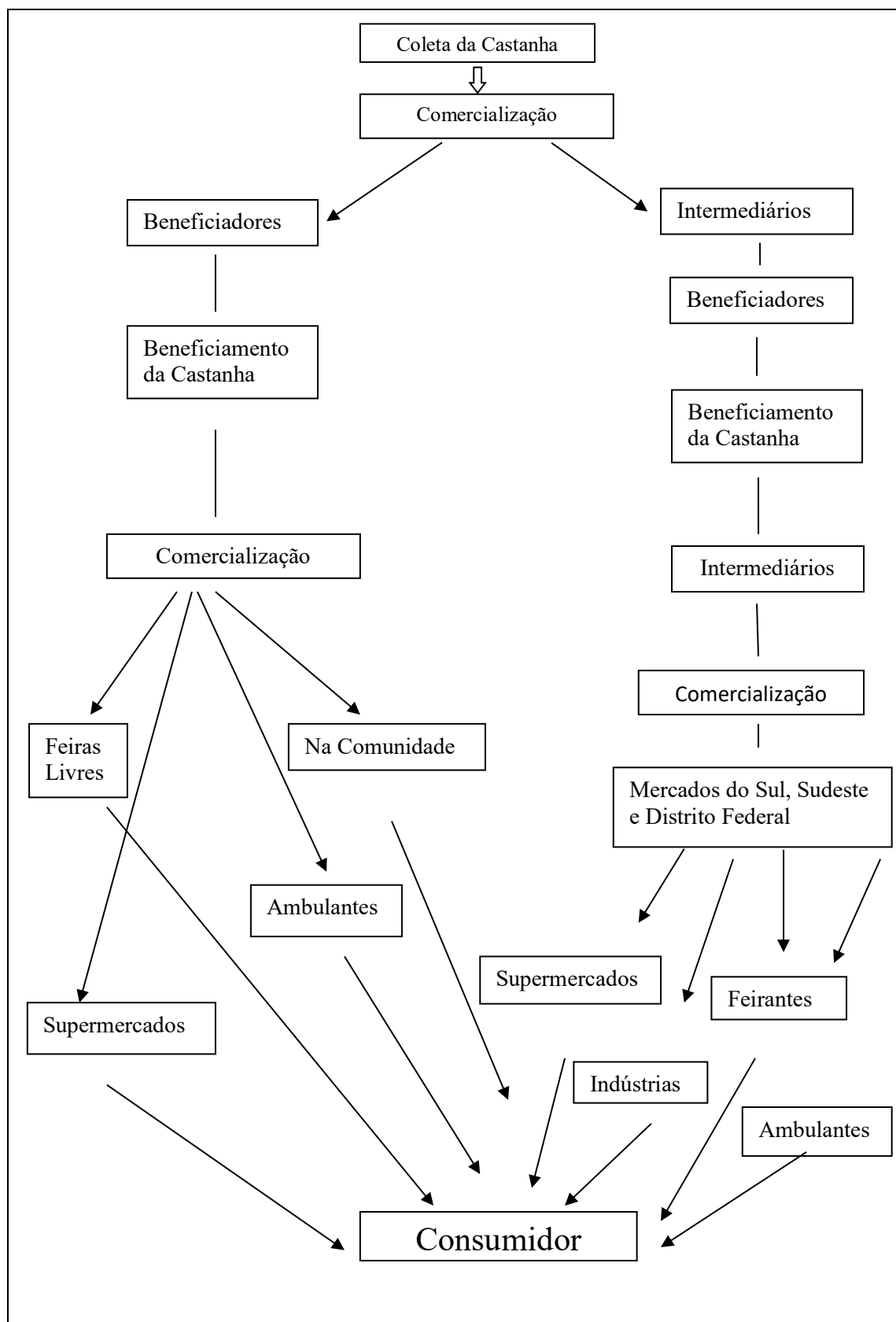


Figura 12 - Cadeia Produtiva da Castanha de Caju em Sergipe.
Elaboração: COSTA, Katinei Santos, 2016.

A cadeia produtiva da castanha de caju se estrutura a partir da produção, que se dá imediatamente ao consumo e a uma nova produção com a apropriação natural desse fruto, com o beneficiamento e a comercialização do produto. Cada etapa da cadeia se articula na figura dos sujeitos que exploram e são explorados pelo capital, que reproduz contraditoriamente a miséria e a riqueza. Dessa forma, cada etapa da cadeia produtiva da castanha de caju se articula na realização do capital, desde a produção até o beneficiamento e consumo da castanha, que perpassa na ação do trabalhador e do intermediário.

A atividade de beneficiamento da castanha de caju se insere na região agreste do estado do Sergipe, para atender à demanda do crescente comércio do produto nos mercados internacional, nacional e local. O processo de beneficiamento da castanha de caju em Sergipe se diferencia dos demais estados nordestinos, pois a atividade é realizada de forma artesanal, sem o uso de máquinas ou equipamentos no processo produtivo. Ao contrário dos estados do Ceará, do Piauí e do Rio Grande do Norte, que se inscrevem no agronegócio da castanha de caju, com a produção voltada para a exportação, a produção sergipana é direcionada para o consumo no mercado nacional, fator que “explica” a ausência de tecnologia³ no processo de produção da castanha de caju, que é complexa e se articula a partir da figura do atravessador, o responsável pelo intermédio de todas as relações estabelecidas entre a produção e o consumo. No estado de Sergipe todo o processo de produção da castanha é precário e contraditoriamente se fragmenta com o objetivo de acumular lucro.

O atravessador ou fornecedor é a pessoa que medeia toda a cadeia produtiva da castanha de caju; é o responsável pela compra e a venda da castanha *in natura* e beneficiada. Na presente pesquisa, o atravessador ou fornecedor é compreendido como pequeno capitalista, sujeito que explora o trabalho familiar para produzir riqueza, ou seja, acumular capital para aumentar cada vez mais o lucro e a exploração do trabalho.

Durante a pesquisa, foi possível observar que, em muitos casos, o atravessador ou o fornecedor assumem o papel de pequenos capitalistas, por se apropriarem de maneira fetichizada da mão de obra dos trabalhadores da castanha. Estes compram a castanha *in natura*

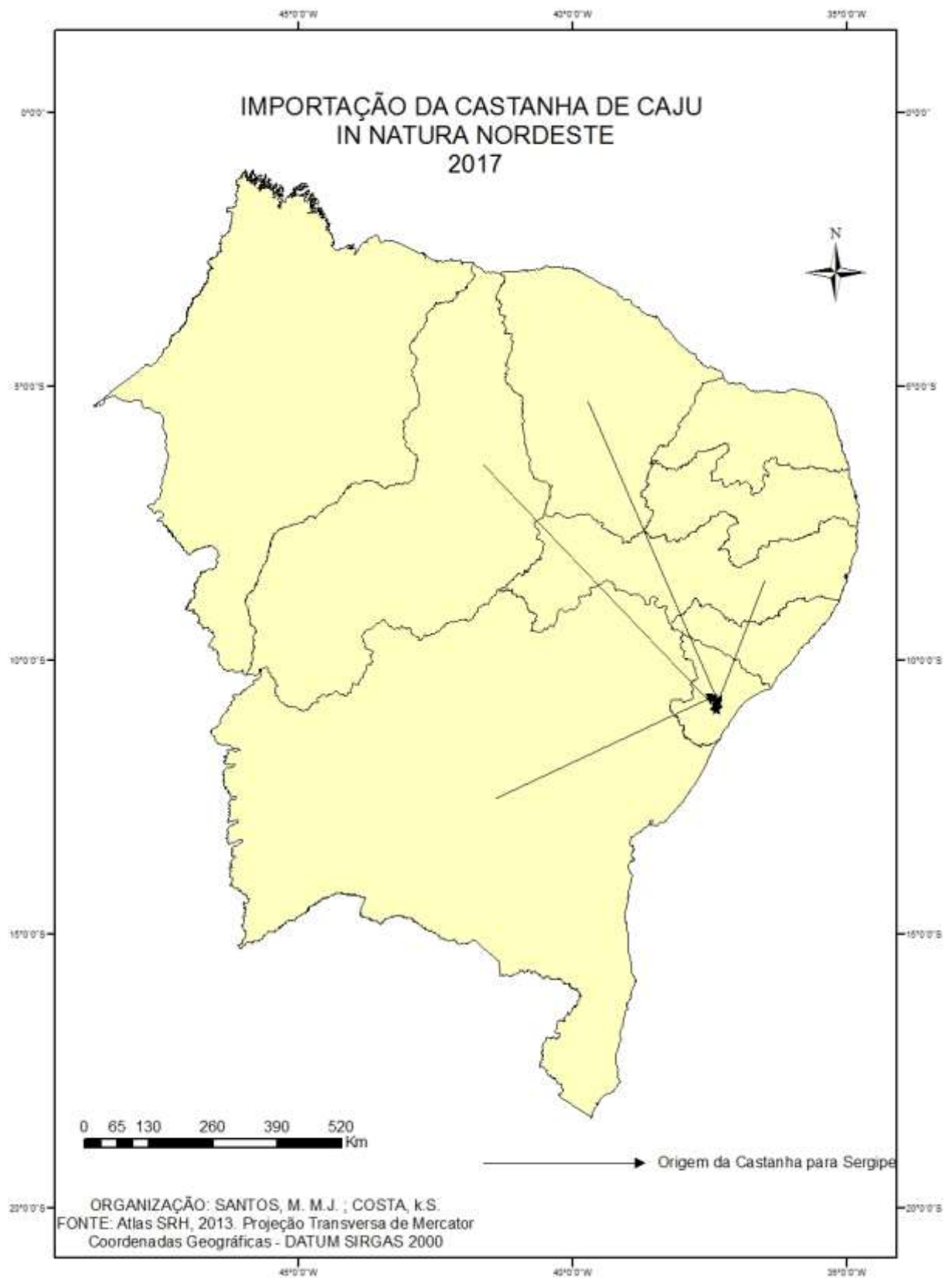
³ Tecnologia é a aplicação da ciência na produção com o objetivo de melhorar e aumentar a produção sem, no entanto aumentar a força de trabalho, na análise dos marxistas a inserção da tecnologia representa o total controle do trabalho e da natureza pelo capital, ou seja, é a total apropriação e exploração do trabalho que passa agora a ser substituído por máquinas, de acordo com Marx nos Manuscritos Filosóficos Econômicos que “o instrumental do trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais, e da rotina empírica, pela aplicação consciente da ciência. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da sua produção MARX (2004, p.442)”.

e a vendem beneficiada. O valor dos sacos da castanha equivale a um valor maior ao gasto com a compra, com o transporte e com a força de trabalho, garantindo, assim, o lucro.

A cadeia produtiva da castanha de caju é iniciada com a produção vegetal do cajueiro, em que a castanha *in natura* é coletada e separada do pseudofruto. O fruto é catado ou retirado do pseudofruto, denominado caju, manualmente, sem nenhum tipo de proteção contra o azeite que integra a castanha. Esse processo é realizado por crianças e trabalhadores, que se veem sem alternativa de trabalho e se submetem à exploração dos donos de sítios, de fazendas e de pequenas propriedades.

A comercialização da castanha *in natura* para os beneficiadores ou/e intermediários do produto é realizada nas propriedades produtoras, ou em pontos controlados por intermediários que compram a castanha *in natura*, diretamente ao produtor, e comercializam com outros intermediários ou beneficiadores, que, por sua vez, transportam a castanha até o agreste sergipano para o beneficiamento. Quase o total da castanha *in natura* que chega às áreas beneficiadoras do estado de Sergipe advém dos estados da Bahia, do Ceará, de Pernambuco e do Piauí, áreas produtoras de caju (figura 13). Apenas uma pequena quantidade é obtida no interior do próprio estado.

Figura 13



De forma precária, o fruto *in natura* é extraído e empacotado nas áreas produtoras da castanha de caju, a fim de ser vendido e distribuído nos territórios de beneficiamento, dentre eles o agreste sergipano, onde a castanha é beneficiada e redistribuída para a circulação, para o consumo. A castanha é distribuída para as casas de castanha onde será beneficiada. O processo de beneficiamento ocorre desde a torrefação, limpeza, quebra e pela, para depois voltar ao ciclo do comércio, uma vez que a condição de mercadoria lhe é inerente, desde o momento em que é comercializada de forma *in natura*.

A circulação da castanha beneficiada é realizada por capitalista, que, no final da cadeia produtiva, extrai a mais-valia acumulada em todo o processo de beneficiamento da castanha de caju, que é transportada e comercializada em outros estados brasileiros, principalmente o Distrito Federal e os estados das regiões Sul e Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro, como também para estados nordestinos da Bahia, de Pernambuco e de Alagoas (figura 14), onde a castanha será comercializada nas feiras livres, em supermercados, em pontos turísticos, principalmente nas praias, e/ou distribuídas para indústrias alimentícias. Apenas uma proporção menor do produto é distribuída no próprio estado para supermercados, feirantes e vendedores ambulantes.

Figura 14



O trabalhador que também exerce a condição de chefe⁴, uma vez que tem recursos financeiros para a compra da castanha *in natura* ao atravessador, e pela organização e pagamento do trabalho, realiza a distribuição e circulação da castanha. Nesse caso, a castanha beneficiada não retorna para o intermediário, pois é o beneficiador/proprietário quem realiza o processo de comercialização com os donos de supermercados, com os vendedores ambulantes, bem como com os das feiras livres. Esse processo ocorre tanto na própria localidade como nos municípios vizinhos e na capital do estado. Com o consumo da castanha, a cadeia produtiva se reinicia junto com todo o processo de exploração do trabalhador, que se dá com a compra da castanha ou dos produtos resultantes do seu processamento em indústrias alimentícias.

Os vendedores ambulantes que comercializam o produto nos mercados, feiras livres e principalmente nas praias, adquirem o produto nas localidades de beneficiamento ou com os atravessadores. De acordo com os resultados da pesquisa de campo realizada no período de outubro a dezembro de 2017, o quilo do produto, quando adquirido nas casas de castanha, é comprado em média por R\$ 50,00 (cinquenta reais). No entanto, quando adquirido por meio do atravessador, o preço, por quilo de produto, varia entre R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) e R\$ 60,00 (sessenta reais). Os vendedores ambulantes improvisam pequenas medidas para facilitar a venda da mercadoria, pois a castanha de caju é consumida a um preço muito alto. Nesse caso, verificamos que pequenos copos de castanha, com capacidade média de 100 ml, são oferecidos por R\$ 5,00 (cinco reais) nas praias do litoral sergipano, no mercado, nas feiras livres, nas praças e pontos turísticos (trabalho de campo, 2017). Nas feiras livres, o comércio da castanha é concorrido, devido à venda do produto ser realizada tanto pelos feirantes quanto pelos vendedores ambulantes. Os feirantes geralmente adquirem a castanha a um preço inferior, o que lhes permite vendê-la também a um preço menor do que a do ambulante, pelo fato de a castanha ser adquirida em maior quantidade, ou/e em alguns casos, devido ao feirante também exercer a função de beneficiador da castanha.

Nos supermercados a castanha é vendida em média por R\$ 70,00 (setenta reais); já nas feiras livres o preço da castanha é menor, variando de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) a R\$ 60,00 (sessenta reais)⁵. Quando comparamos os preços da castanha vendida nos supermercados aos da castanha vendida por ambulantes e comerciantes, observamos que no supermercado a castanha tem um valor superior. Nas feiras livres, no entanto, obtém-se a castanha por um menor

⁴ Chefe é a expressão comumente utilizada nas áreas de beneficiamento nos município de Campo do Brito e Itabaiana, referenciando-se ao responsável pela atividade.

⁵ Dados obtidos em fevereiro de 2017.

preço, devido à presença do comerciante, que se concentra principalmente na feira de Itabaiana, e também é beneficiador da castanha. Mas há feirantes que adquirem o produto dos intermediários, ou compram a castanha diretamente ao beneficiador, fato que explica a variação de preços da castanha tanto entre as feiras livres quanto numa mesma feira.

A castanha beneficiada volta para as mãos do capitalista. Ele é o responsável pela distribuição da castanha nos pontos comerciais que permitirão a circulação do produto para a efetivação do consumo. O lucro é novamente absorvido pelo capitalista que vai vender a castanha com um valor maior do que a soma da quantia paga com a compra e o transporte dela. Cabe então ressaltar que o pequeno capitalista é denominado, pelos beneficiadores, de atravessadores, mas não se nega a presença forte do atravessador, enquanto mediador e articulador de toda a cadeia produtiva da castanha. No entanto, o atravessador não se inscreve como explorador da força de trabalho e acumulador de riqueza em detrimento da precarização dos instrumentos e da força de trabalho, uma vez que ele é, também, explorado pelo capitalista.

1.3.1 – A Cadeia Produtiva da Castanha de Caju em Sergipe

Nas duas últimas décadas o estado de Sergipe tem se destacado no mercado nacional da castanha de caju como beneficiador do produto. Essa atividade, tão intensa na região Nordeste, líder na produção da castanha no mercado nacional, tem se expandido no campo sergipano. A região Nordeste domina a produção da castanha de caju no país, principalmente nas áreas semiáridas dos estados do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Bahia, do Maranhão e de Pernambuco. Além disso, é também nessa região que se concentra a agroindústria do caju, mais especificamente nos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e do Piauí.

A atividade de beneficiamento da castanha surge no agreste sergipano, no município de Itabaiana, na década de 1960, como atividade econômica, cuja finalidade era complementar a renda da unidade de produção familiar. Tal atividade ainda era restrita a poucas famílias que realizavam o beneficiamento e a comercialização da castanha nas feiras locais, e nas da capital do estado. Após a década de 1990, essa atividade passou a se expandir para o município de Campo do Brito, que ainda apresenta baixa produção, haja vista se restringir a apenas uma única família. Esses dois municípios citados formam o território da castanha em Sergipe.

A produção da castanha de caju em Sergipe é insuficiente para suprir, no cenário nacional, a demanda do crescente comércio da castanha beneficiada, fator responsável pela importação da castanha *in natura* de outros estados nordestinos, principalmente da Bahia, para ser beneficiada no estado de Sergipe. A atividade da castanha é inserida na economia local desses municípios como fonte de renda e de trabalho para a população local, pois é no quebra-quebra da castanha que centenas de famílias do agreste sergipano garantem o sustento da família, assim como a acumulação do capital.

A castanha beneficiada no estado de Sergipe advém, principalmente, do estado da Bahia, uma vez que Sergipe não produz castanha de caju. De acordo com o IBGE, há a extração vegetal do fruto em pequena quantidade, mas, mesmo assim, essa extração não atende à demanda do mercado. Por esse motivo, faz-se necessária a importação do produto *in natura* para o beneficiamento no agreste sergipano. A extração vegetal do produto dá-se de forma manual nos sítios e fazendas que conservam os pés de cajueiro, mas não há interesse pela produção do produto em larga escala, já que, dentro da cadeia produtiva da castanha de caju, Sergipe tem o papel de beneficiar a castanha a ser comercializada no mercado interno nacional.

Nesse contexto, Sergipe se destaca como um dos estados extratores do produto no país. De acordo com o IBGE (2016), o referido estado extraiu 5 toneladas de castanha de caju, destacando-se como o 6º (sexto) na extração vegetal do produto. Quanto aos maiores extratores, destacam-se os estados da Bahia, de Pernambuco e da Paraíba. No total, a produção da extração da castanha de caju na região Nordeste é de 1.692 toneladas, sendo Pernambuco o responsável pela extração de 768 toneladas (gráfico 9).

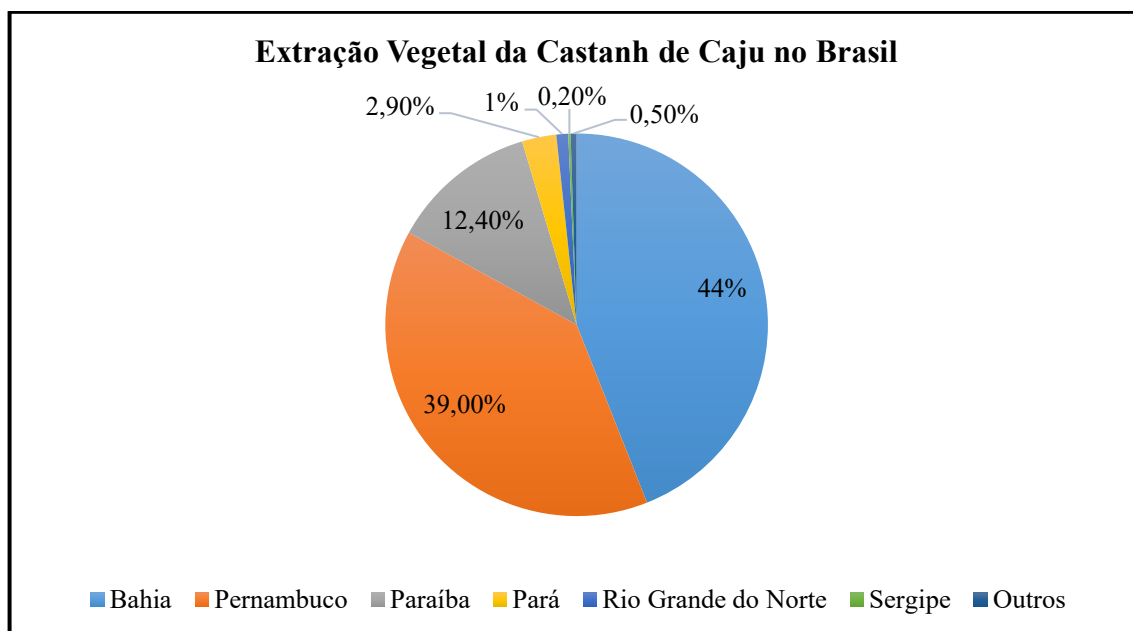


Gráfico 9 – Extração Vegetal da Castanha de Caju No Brasil

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2016.

Org. COSTA, Katinei Santos.

A produção anual da castanha de caju em Sergipe, no ano de 2016, foi beneficiada em apenas um dia, 5 toneladas, já que semanalmente em média 65 toneladas de castanha são beneficiadas no espaço agrário dos municípios de Campo do Brito e Itabaiana. Este último município é o principal produtor de castanha beneficiada, por ser responsável pelo beneficiamento semanal de 40 toneladas de castanha *in natura*, que rendem em média 8.800 quilos da castanha beneficiada e, Campo do Brito, por 15 toneladas, que rendem em média 3.300 quilos semanais do produto.

O processo de beneficiamento da castanha em Sergipe envolve direta ou indiretamente o trabalho de, aproximadamente, 500 trabalhadores. Eles realizam a atividade no município de Campo do Brito e/ou Itabaiana. O processo de beneficiamento da castanha é do tipo artesanal (figura 15) e dá-se em diversas etapas, desde a torrefação até o ensacamento para ser comercializada. Em cada grupo de trabalhadores, verifica-se uma divisão das funções em: torrador (geralmente um homem exerce essa função), descascadores e despeladeiras, em números variados.

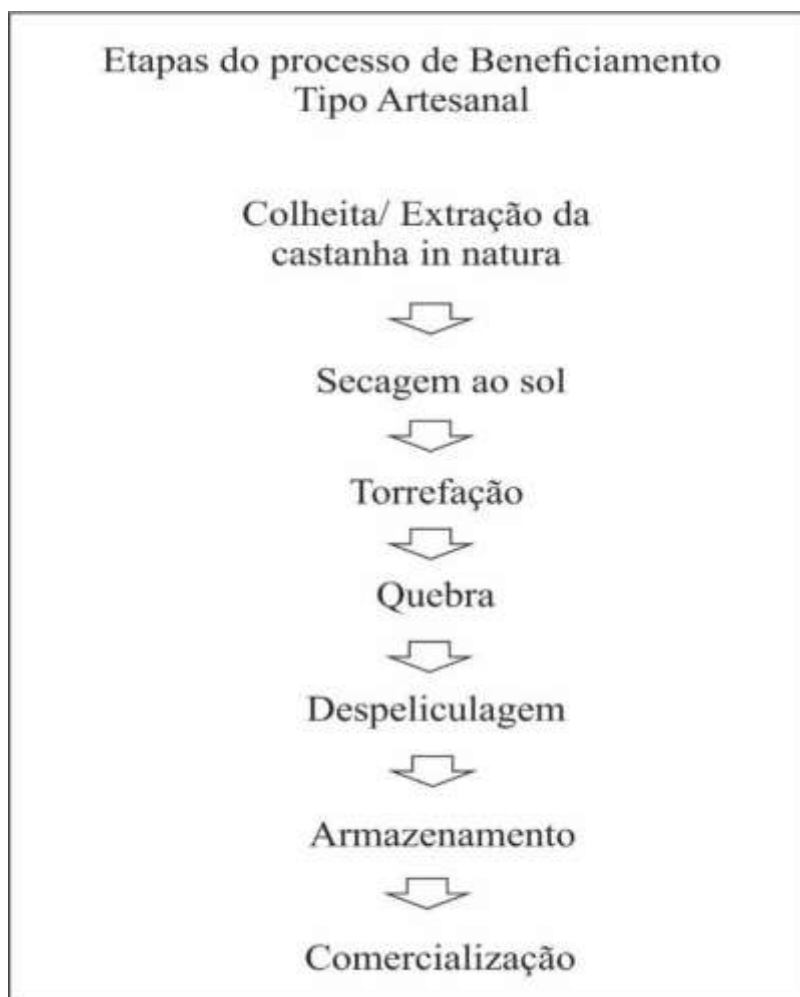


Figura 15: - Etapas do Processo de Beneficiamento – Tipo Artesanal.
Elaboração: COSTA, Katinei Santos, 2016.

A torrefação da castanha *in natura* é a etapa inicial. Em seguida, ocorre o quebra-quebra da castanha, que é a retirada da casca, a despeliculagem ou a pela, isto é, a retirada da pele que dá um gosto amargo ao fruto. As etapas seguintes são a limpeza, a seleção e o empacotamento da castanha. As etapas iniciais do beneficiamento da castanha, a torrefação e a quebra, ocorrem em barracas construídas em terrenos de terceiros ou ao lado das residências. Já as etapas finais, a despeliculagem, a limpeza, a seleção e o ensacamento, ocorrem nas calçadas das residências ou nos galpões que armazenam o produto beneficiado.

A organização se estabelece baseada na unidade de produção familiar. Os trabalhadores explorados veem a atividade da castanha como a única possibilidade de atividade. Há o predomínio de jovens, uma vez que 42% dos trabalhadores têm entre 20 e 30 anos, e 18% entre 15 e 20 anos. São jovens com perspectiva de encontrar outras oportunidades de trabalho e se dedicam à atividade da castanha temporariamente (gráfico 10).

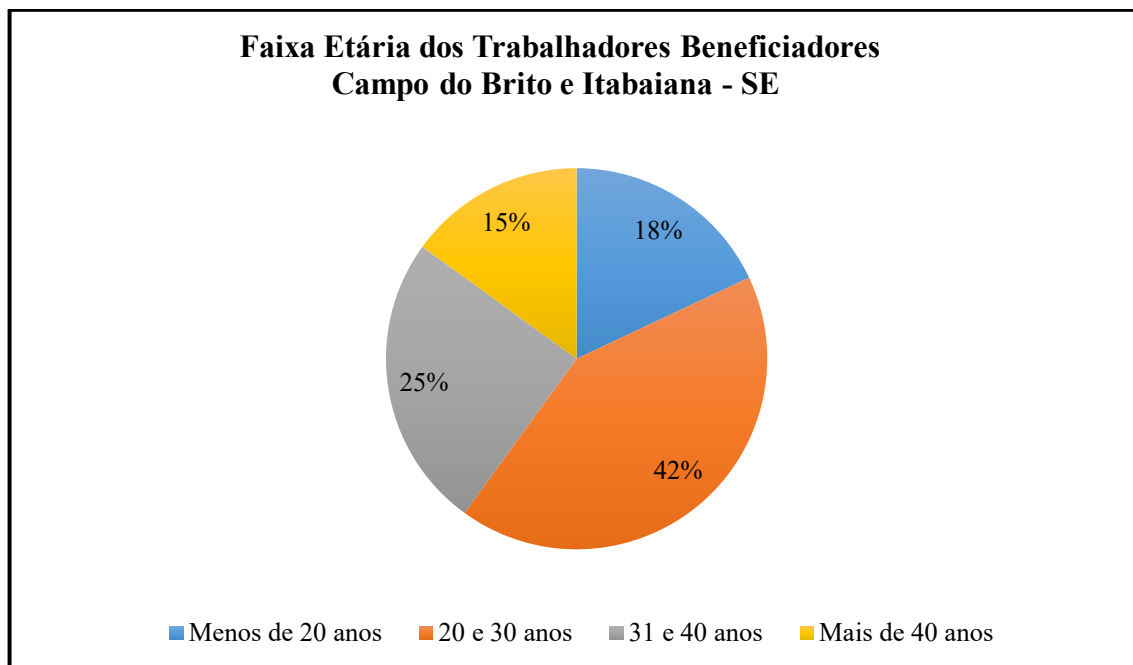


Gráfico 10: Faixa Etária dos Trabalhadores dos Municípios de Campo do Brito e Itabaiana - SE

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

Os trabalhadores da castanha são os sujeitos expropriados do trabalho que tem no quebra-quebra da castanha a única possibilidade de adquirir o sustento da família. Dos entrevistados, 88% dos trabalhadores possuem baixo grau de escolaridade; 31,5% são analfabetos; 20,5% sabem assinar o nome e reconhecem as letras e os números; 36% possuem o ensino fundamental incompleto, fator que dificulta a inserção dos mesmos no mercado de trabalho e, quando se inserem, realizam atividades de baixa remuneração (gráfico 11).

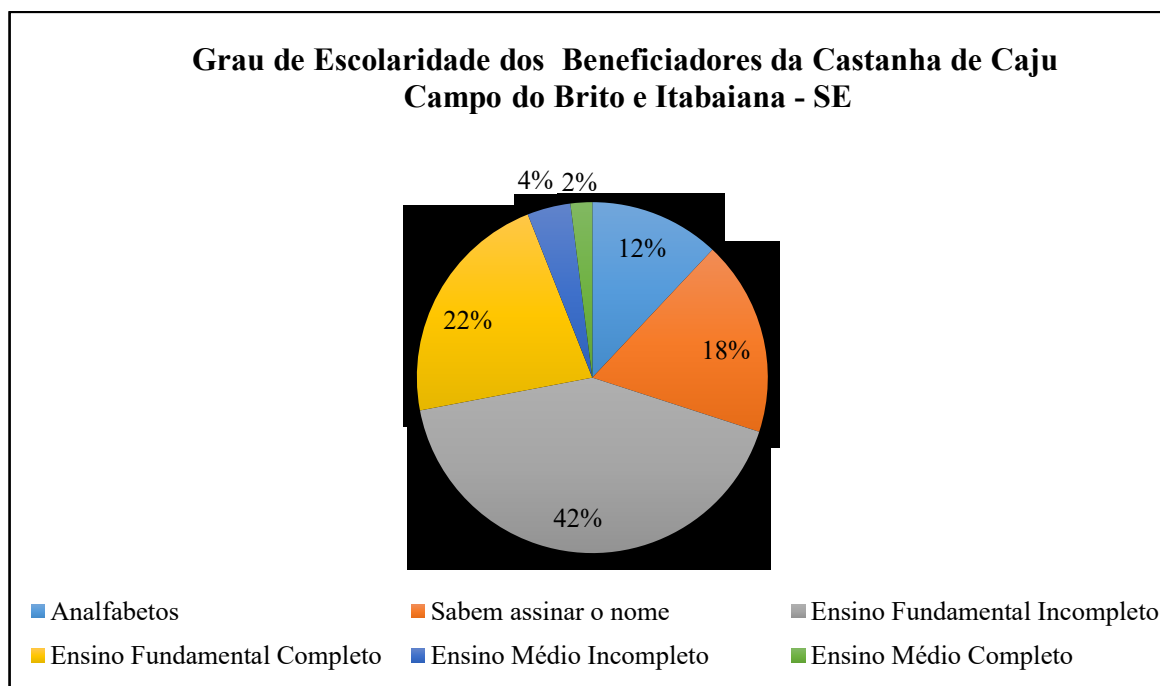


Gráfico 11: Grau de Escolaridade dos Beneficiadores dos Municípios de Campo do Brito e Itabaiana - SE
 Fonte: Trabalho de Campo, 2016.
 Org.: COSTA, Katinei Santos

Entre os beneficiadores da castanha, não constatamos a presença de trabalhadores com o ensino técnico ou superior. Quando lhes foi perguntado que atividades exerciam antes de serem beneficiadores, 35% afirmaram que exerciam atividades rurais, sendo que, deste quantitativo, 60% são moradores de Campo do Brito; 42% eram comerciantes. 90% destes são moradores do Povoado Carrilho, no município de Itabaiana, e 83% deles afirmaram ainda exercer a atividade junto ao beneficiamento da castanha (gráfico 12).

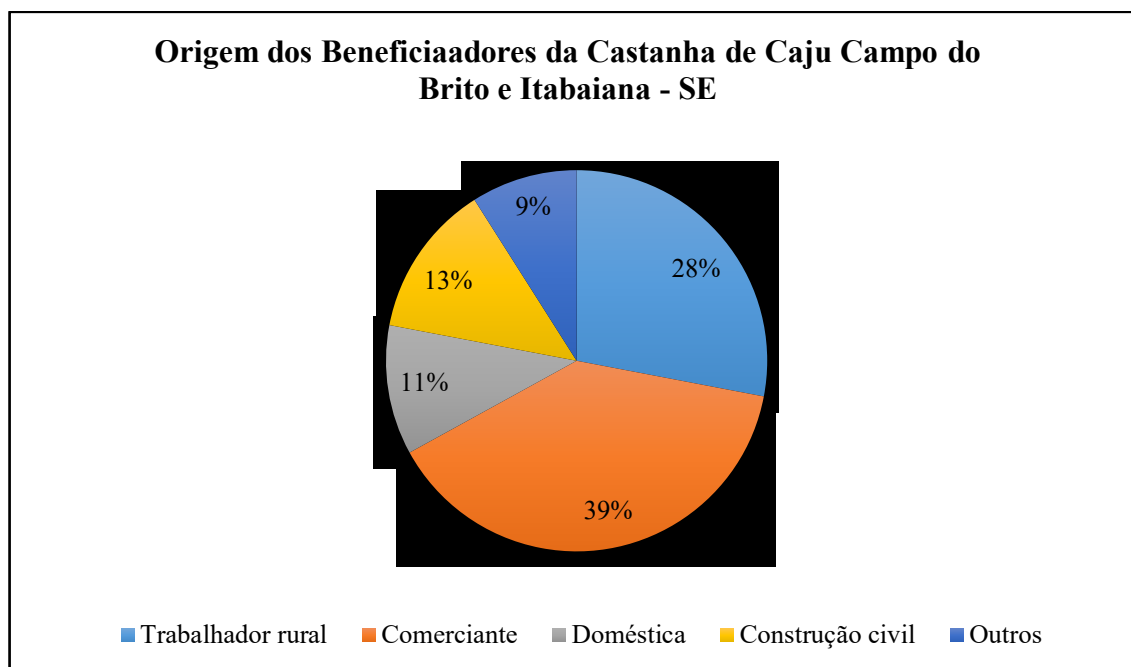


Gráfico 12: Origem Beneficiadores dos Municípios de Campo do Brito e Itabaiana – SE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

O trabalhador da castanha é o camponês, é o trabalhador rural, o porteiro, a doméstica, o comerciante, o aposentado etc., que, sem alternativas de trabalho, são submetidos à exploração do capital no beneficiamento da castanha; é também o jovem sem experiência profissional e sem oportunidade de trabalho. Nessas condições, a necessidade se torna o motor dos sujeitos que são assujeitados à precarização do trabalho no processo de beneficiamento da castanha de caju, no agreste sergipano, justamente por não se verem como trabalhadores, haja vista não conceberem a atividade com a castanha como trabalho.

1.3.2 - A Produção da Castanha de Caju Beneficiada no Município de Itabaiana -SE

O município de Itabaiana constitui-se um subcentro regional devido à disponibilidade de funções e serviços para atender à população local e a dos municípios vizinhos. Embora seu crescimento e desenvolvimento estejam vinculados à agricultura, hoje Itabaiana é um centro comercial e grande distribuidor de produtos agrícolas do estado de Sergipe. Foi após as últimas três décadas do século XX que a atividade comercial se intensificou com a construção de centros industriais no município, tendência nacional, via políticas que estimulam investimentos

em infraestrutura, para possibilitar a organização, a produção e a distribuição dos produtos agrícolas. Essas políticas têm como foco a comercialização agrícola no Brasil.

Seguindo a tendência histórica do município de Itabaiana, a principal atividade econômica do Povoado Carrilho, localizado no referido município, era o comércio. Os comerciantes realizavam suas atividades na feira local, na capital e/ou nas feiras dos municípios vizinhos. Nos anos de 1970 aproximadamente, a atividade da castanha foi inserida na economia local, atrelada ao comércio; o beneficiamento da castanha era realizado por algumas famílias, dentre elas a família da Senhora Pretila, uma das iniciantes no trabalho da castanha, no Povoado Carrilho, por volta da década de 1960. Nesse período a castanha *in natura* não tinha valor de mercado e era adquirida nos sítios das áreas circunvizinhas, onde existiam pés de cajueiros. As castanhas eram catadas debaixo das árvores, depois beneficiadas, e, por fim, vendidas nas feiras locais da capital e de outros municípios.

A atividade de beneficiamento da castanha é realizada no Povoado Carrilho há mais de 50 anos. No início a produção era em pequena quantidade e destinada ao comércio na feira local do município de Itabaiana. Com a expansão do comércio do produto para a feira da capital, Aracaju, o produto atraiu novos mercados consumidores e se expandiu para várias regiões do país, obtendo maior destaque nos estados de São Paulo, de Pernambuco, bem como no Distrito Federal. Este último tem apresentado uma expressiva comercialização, ao ponto de atrair comerciantes do Povoado Carrilho a migrarem para realizar o comércio da castanha.

Com a crescente demanda da castanha no mercado nacional e internacional na década de 1990, aumenta o valor de troca da amêndoa e a atividade se intensifica no Povoado Carrilho. Nesse período, outras famílias começam a se dedicar à atividade, e a castanha *in natura* também passa a ser comercializada. Como a castanha local não é suficiente para manter a atividade durante todo o ano, surge a figura dos atravessadores que vão buscar a castanha *in natura* em outros estados e passam a fornecê-la para os trabalhadores, dando início ao processo de exploração do trabalho na cadeia produtiva da castanha.

Atualmente, todos os habitantes do Carrilho trabalham ou dependem da atividade da castanha. Em sua construção histórico-social, o referido povoado teve sua origem atrelada ao comércio, com uma estrutura fundiária marcada por pequenas propriedades destinadas à moradia. Segundo os moradores, “*nada se cria ou se produz no povoado, pois eles vivem é da castanha*”, que, atrelada ao comércio, tornou-se a principal atividade desenvolvida. Em outros termos, a atividade da castanha predomina, de modo paralelo ao comércio, que, por seu turno, intensifica-se, preservando a tradição econômica do Povoado. Essas atividades realizam-se nas

calçadas. De forma rústica, a castanha passa pelo processo da pela, da limpeza e do empacotamento, para, em seguida, ser comercializada.

O processo de beneficiamento da castanha é realizado artesanalmente e quase não sofreu alterações significativas ao longo do tempo, mas cabe salientar algumas mudanças, dentre elas, a da fonte de energia. A primeira fonte de energia utilizada para gerar o calor e a energia necessários para assar a castanha foi a borracha, substituída, em seguida, pela lenha. Atualmente, a própria casca da castanha é utilizada como fonte de energia. A borracha queimada emitia muitos gases poluentes que prejudicavam a saúde dos trabalhadores e moradores. A casca possui um menor valor energético e precisa de uma maior quantidade para gerar a mesma quantidade de energia. O seu uso diminui o custo da produção, já que a casca é matéria-prima fornecida sem gasto, e seria jogada fora no final do processo de beneficiamento.



Figura 16 - Casa da Castanha. Povoado Lagoa – Campo do Brito – SE.
Fonte: Trabalho de Campo, 2017.
Org.: COSTA, Katinei Santos.

Além disso, o uso da estufa para secar a castanha foi outra mudança significativa no processo de beneficiamento da castanha. Ao secá-la na estufa, fica mais fácil realizar o processo de pelagem que garante uma melhor qualidade e maior produtividade do produto, mas nem todas as propriedades adquirem o equipamento e aqueles que não possuem a estufa secam a castanha ao sol ou no forno do fogão doméstico. Ainda em relação às mudanças, houve também

o acréscimo do uso de luvas para proteger as mãos do azeite. Essas mudanças ocorreram devido à formação da Associação dos Vendedores e Beneficiadores da Castanha de Caju do Povoado Carrilho, que adquiriu alguns investimentos e novas técnicas para melhorar e aumentar a produção da castanha de caju beneficiada, além de ter contribuído para a formação da Cooperativa.

1.3.3 - A Produção de Castanha de Caju Beneficiada no Município de Campo do Brito - SE

Na primeira década do século XXI a produção da castanha beneficiada aumentou consideravelmente no país, e houve uma expansão da atividade para outras áreas, com a finalidade de atender à demanda do produto nos mercados nacional e internacional. A expansão da produção da castanha se estabelece a partir da inserção contraditória do capital que vai criar e recriar relações de trabalho e de produção no processo de beneficiamento da castanha, com a agroindustrialização, que organiza a produção e agrega maior valor ao produto, levando à expansão precarizada para novas áreas de exploração.

Nesse contexto, o município de Campo do Brito, no agreste sergipano, insere-se dentro das áreas de espacialização do capital com a expansão da produção. Campo do Brito é um dos 75 municípios do estado de Sergipe; tem uma população de 16.442 habitantes, segundo o censo do IBGE, realizado em 2010. Segundo França (2007), é uma sede municipal, pois se constitui como um aglomerado rural/urbano e dispõe de algumas funções comerciais e de serviços destinados à população local.

A atividade da castanha vem se desenvolvendo nesse município há aproximadamente três décadas, período em que surgiu a primeira família beneficiadora de castanha de caju. A atividade era isolada e tinha pouca importância para a economia local. Com a crescente demanda do consumo da castanha nos mercados externo e interno, a produção se expandiu para atender à demanda do mercado consumidor, e, atualmente, em média, 200 pessoas trabalham com o beneficiamento da castanha, nos povoados Riacho Estaleiro, Lagoa, Murginga, Poço Comprido e Serra das Minas, assim como no Bairro periférico do Mutirão, com uma produção semanal de aproximadamente 3.300 quilos (o equivalente a 66 sacos de 50 kg cada) de castanha limpa, que é distribuída por todo o Brasil.

O processo de beneficiamento da castanha de caju é realizado manualmente e de forma artesanal em casas de castanha⁶. No referido município era uma tradição assar a castanha logo após a safra do caju. Ela era acumulada e levada para ser secada ao sol, para, em seguida, ser torrada, ou seja, beneficiada, consumida pela família e presenteada aos vizinhos. Os pés de cajueiros eram encontrados em sítios ou até mesmo nas beiras das estradas. A produção da castanha era simbólica e destinada apenas para o consumo. Com a agregação de valor ao produto, a castanha deixa de ser um produto de uso para ser de troca, passando a ganhar valor no mercado. A atividade de beneficiamento da castanha então se expande no espaço agrário do município de Campo do Brito, enquanto alternativa de trabalho e de sobrevivência, e é inserida na economia local a partir da década 1990, como atividade complementar e realizada em consonância com outras atividades agrícolas. Mas, com a expansão da produção da castanha no mercado nacional devido à intensa procura pelo produto, houve a necessidade de aumentar a produção local.

Com o aumento da demanda, a atividade da castanha deixa de ser uma atividade complementar e passa a ser a única fonte de trabalho e de renda. O processo de beneficiamento da castanha é minucioso, desde o assar até a seleção, que se dá sem nenhum instrumento especializado. O trabalho ocorre em barracas (figura 17), com material rústico produzido pelos próprios trabalhadores. Cada barraca pertence a um grupo familiar, e tem um chefe que é responsável pela realização do trabalho.

⁶ Casa de castanha é a denominação dada pelos trabalhadores da castanha às barracas construídas com pedaços de madeira, lonas e plásticos sob o chão batido, sem nenhuma estrutura física, tampouco condições de higiene, mas são nas casas de castanha que o trabalho de beneficiamento se realiza.



Figura 17: – Local de Beneficiamento da Castanha de Caju. Povoado Carrilho – Campo do Brito–SE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

Todos os membros da família participam do processo de beneficiamento da castanha, desde a torrefação até a pela. Nesse processo, um chefe que é responsável pela compra e venda da castanha, e também pelo pagamento de cada membro da produção. Geralmente, ele exerce a função de torrador, que é o principal sujeito no processo em questão. O trabalho é realizado por todos os membros da família, e todos realizam todas as funções, se necessário, mas comumente se estabelece a divisão do trabalho de acordo com a idade e o sexo. Desse modo, os homens geralmente assam e quebram, enquanto as mulheres e as crianças pelam e limpam a castanha.

A tarefa mais importante, segundo os trabalhadores, e que se comprova quando se comparam as diferenças salariais, é a de assar a castanha. Ela é realizada por homens, pois dificilmente a mulher a faz. É o homem, o chefe da família e do trabalho, quem é o assador ou torrador. A atividade da castanha constitui a principal renda familiar, complementada por outras atividades informais, os “bicos”, no campo, nas feiras livres, em transportadoras de pessoas e mercadorias, e em serviços de mototáxi.

Apesar de a atividade da castanha estar inserida na economia local há aproximadamente 30 anos, 45% dos trabalhadores estão trabalhando há menos de 5 anos no beneficiamento da castanha e somente 6% trabalham há mais de 20 anos (gráfico 13). Estes,

por sua vez, são os trabalhadores que permanecem na atividade desde o início: geralmente são membros da família do atravessador local que domina a cadeia produtiva desde a sua cerne.

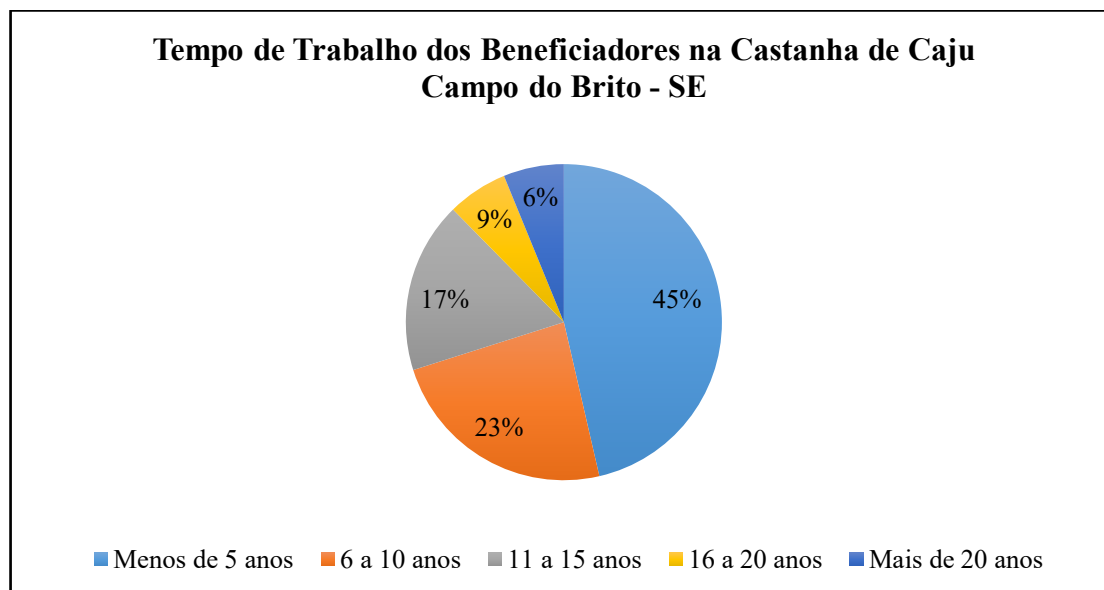


Gráfico 13: Tempo de Trabalho dos Beneficiadores do Município de Campo do Brito - SE

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

Observa-se que a atividade da castanha se expande nas áreas rurais do município de Campo do Brito, como possibilidade de trabalho não somente para o trabalhador rural, como também é perceptível a presença de trabalhadores que foram expropriados de atividades urbanas e tem o beneficiamento da castanha como a única possibilidade de realização do trabalho. A presença do intermediário é marcante no processo de distribuição e comercialização da castanha no município de Campo do Brito. Todo o fornecimento da castanha *in natura* para os beneficiadores depende dos intermediários que percorrem longas distâncias para adquirir a castanha de outros intermediários nas localidades produtoras. Os intermediários controlam todas as relações comerciais, promovendo a importação e exportação, em caráter regional e nacional, da castanha de caju, auferindo, assim, os maiores lucros.

Os beneficiadores ficam submissos aos intermediários e à sua complexa ação dentro da cadeia da produção de castanha de caju. Constata-se que 95% da produção está concentrada na ação dos intermediários que fornecem a castanha *in natura* para, posteriormente, comprarem-na beneficiada, ou subordinam o trabalhador em sua totalidade, ao dominar todo o processo de beneficiamento, distribuindo a castanha *in natura* e “pagando” ao responsável pela casa de castanha o suficiente para manter todos os trabalhadores em condições de explorados.

No município toda a cadeia produtiva da castanha de caju é controlada pelo atravessador, uma vez que, em média, 95% do fornecimento da castanha *in natura* e 95% da comercialização da castanha beneficiada são realizados pelo atravessador, que vai auferir quase toda a riqueza produzida na atividade, desde a produção até o consumo, pois é o referido sujeito quem vai acumular o lucro produzido em todas as etapas da cadeia produtiva da castanha, isto é, a produção, o beneficiamento e a comercialização nos supermercados, no comércio ambulante em feiras, bares e restaurantes. A relação com o atravessador se estabelece de duas formas. Na primeira, o atravessador distribui (coloca) a castanha no início da semana para os trabalhadores realizarem o beneficiamento e, no final, na quinta-feira, recolhe a castanha beneficiada e realiza o pagamento de acordo com o que foi produzido coletivamente. O chefe da casa de castanha, por seu turno, realiza a divisão individual dos ganhos. Essa divisão é de acordo com o que foi produzido e com a função do trabalhador. Outra forma é quando o atravessador vende a castanha *in natura* ao chefe da casa de castanha e a compra beneficiada para realizar a comercialização. Nos dois casos, é o atravessador quem controla o preço e a comercialização do produto, obtendo todo o lucro da cadeia produtiva.

Os trabalhadores são subordinados ao atravessador por não terem outra oportunidade de trabalho e de renda para sustentarem a família. Todos trabalham e são explorados pelo atravessador, que acumula a riqueza em detrimento da miséria a que estão submetidos os sujeitos envolvidos no processo de beneficiamento da castanha, que sem perspectiva de trabalho se assujeitam a trabalhar durante longas jornadas nas casas de castanha. Os trabalhadores iniciam as atividades diárias a partir das doze horas (meia noite) e só encerram as atividades quando atingem uma determinada meta de produção. Eles geralmente tentam superar essa meta para ganhar um pouco mais no final da semana.

CAPÍTULO II

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA (DES) CENTRALIDADE DO CAPITAL

[...] bem mais do que qualquer outro sistema de produção, o sistema capitalista é um esbanjador de homens, de trabalho vivo, um dilapidador de carne e sangue, bem como dos nervos e de cérebro.

Karl Marx

CAPÍTULO II

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA (DES) CENTRALIDADE DO CAPITAL

O trabalho é a categoria fundante do ser social, é a condição para a sua existência no intercâmbio com a natureza. O trabalho é o ponto de partida para a humanização, é o que diferencia o homem dos demais elementos da natureza. Nesse sentido Marx (2004) afirma que como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, a eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e portanto, da vida humana.

O trabalho que Marx (2004) se refere é o trabalho enquanto condição da mediação entre homem e natureza, que se caracteriza pela produção de valores de uso, em que o homem se apropria da natureza para satisfazer suas necessidades humanas; é a condição natural da vida humana que nos marcos da sociedade capitalista é apropriada com a finalidade de expropriar o trabalhador dos meios de produção e transformar sua força de trabalho em mercadoria.

O trabalho não mais se realiza na necessidade, mas nos interesses do capital, que desconfigura o sentido do trabalho, cuja finalidade não é mais a sobrevivência do trabalhador, e sim a criação de mercadorias que têm como objetivo a desrealização do ser social e a realização do capital. Esse processo se dá na alienação e no estranhamento do trabalhador diante do produto de seu trabalho e do próprio processo de produção, em que o trabalhador não se reconhece nem no produto e nem no processo de trabalho. Assim,

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2004, p.82).

A submissão do trabalho ao capital nada mais é do que um sistema incontrollável de produção de mercadorias para gerar e acumular riqueza. Nesse sentido, o capital explora e degrada o trabalhador de diferentes formas para atender aos anseios de cada tempo histórico. Com o avanço da tecnologia nos meios de produção, as relações capital-trabalho se tornaram complexas e o trabalhador passou a ser submetido a condições precárias e sub-humanas de trabalho para garantir a acumulação ampliada do ciclo do capital, que, por sua vez, quando é

interrompido, cria e recria novas formas de organização e de exploração da força de trabalho e dos meios de produção.

Nesse sentido, para assegurar a acumulação da riqueza, que é a célula originária do modo de produção capitalista, o capital se reveste de diferentes formas e metamorfoseia as relações de produção, sem, no entanto, eliminar o trabalho, como defendem algumas teses, que surgem com o advento da reestruturação produtiva em resposta à atual crise estrutural do capitalismo.

A crise é um desdobramento inerente ao processo desigual e contraditório de expansão do capital. Em resposta à crise, para recuperar seu ciclo produtivo, o capital transforma o mundo do trabalho. A reestruturação produtiva deflagrou novas formas de intensificar a exploração e a subordinação do trabalho ao capital, contraditoriamente diminui o trabalho assalariado, mas aumenta as formas de trabalho precário, terceirizado e informal.

A classe trabalhadora fragmentou-se, heterogenizou-se e complexificou-se ainda mais, tornou-se mais qualificada em vários setores, mas se desqualificou e se precarizou em diversos ramos. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador polivalente e multifuncional; de outro, uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, de emprego temporário, parcial, precarizado, ou mesmo vivenciando o desemprego estrutural. Portanto, essa é a nova morfologia que permite compreender como vive a classe trabalhadora e fortalecer a tese da centralidade do trabalho (ANTUNES, 2005).

2.1. – A Ontologia e a Natureza Social do Trabalho

A essência do ser está no trabalho. Como mencionado anteriormente, é no trabalho que se dá a relação do homem com a natureza e com os outros homens; que se dá a história. O trabalho é a categoria fundante do ser social, é uma atividade essencialmente humana. Para Lukács (2013), o trabalho funda o ser social, dando origem a um complexo, cuja essência o distinguia dos complexos naturais. Com efeito, é o trabalho o responsável pelo salto do ser biológico para o natural.

A gênese da prática social humana se dá a partir da relação complexa do homem com a natureza. O trabalho é o cerne do homem social, é o que diferencia o ser social do natural. É

a partir do complexo do trabalho que ocorre o processo de autoconstrução do ser social. O complexo do trabalho vai além da acepção da ação humana sobre a natureza para adquirir os meios necessários à sua sobrevivência. A sua essência de ser está no trabalho, na relação complexa com a natureza e com os outros homens.

Lukács (2013) realiza uma análise das complexas relações entre trabalho e o ser social. Para este autor, o trabalho funda o ser social, dando origem a um complexo de complexo, que o diferencia dos complexos naturais. Na acepção do autor, existem três esferas ontológicas distintas, são elas: a inorgânica, cuja essência é tornar-se outro; a biológica, cuja essência é o repor, ou seja, é a reprodução da vida que assegura a continuidade da espécie; a última esfera é o ser social, que se especifica por ser capaz de produzir o novo, mediante a relação e a articulação com a esfera inorgânica e biológica, transformando o mundo que o cerca de maneira consciente. Para este autor, a articulação se dá pela própria processualidade evolutiva, pois sem o inorgânico não existiria vida e sem vida não há ser social. Para compreender a ontologia do ser social, faz-se necessário compreender a articulação entre as outras esferas, bem como o salto ontológico que transforma o ser biológico em ser social.

O salto ontológico implica uma mudança qualitativa e estrutural de ser, em que a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir da simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída pela ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa no tempo, da nova forma de ser (LUCÁKS, 2013).

A questão central desse salto que permite a transição ontológica do homem enquanto ser biológico para o homem ser social é o trabalho. A categoria fundante do mundo dos homens é o trabalho, atividade humana que transforma a natureza nos elementos necessários à sobrevivência humana e à reprodução social. Nesse sentido, de acordo com o filósofo, “[...] a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio a luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade” (LUCÁKS, 2013, p. 43).

É no trabalho que se efetiva o salto ontológico do ser social. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição do homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. O trabalho é uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica (LUCÁKS, 2013).

Lessa assevera que:

A existência social, todavia, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade (o conjunto das relações sociais). A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, da relação entre os homens. Por isso, além dos atos de trabalho, a vida social contém enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si (LESSA, 2012, p.25).

O homem, mediante o trabalho, transforma a natureza nos bens necessários à sua reprodução. Nessa perspectiva, ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo. Com efeito, é o trabalho o responsável pela transição do homem ser biológico em ser social, cujas determinantes não são apenas biológicas, objetivando ações de sobrevivência, mas sociais.

Segundo Lessa (2012), é o trabalho que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social, ele é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho (LESSA, 2012)

É o trabalho que diferencia o homem dos demais seres biológicos, que o torna ser social, pois o trabalho humano só pode ser realizado pelo ser social dotado de consciência para planejar e executar o que foi planejado, de tal maneira que o resultado de sua ação possa ser idealizado antes de ser executado, antes de ser transformado em objeto. Sem essa ideia inicial, o objeto não poderia existir. Essa é a essência do trabalho que não tem qualquer relação com as atividades que possam ser desenvolvidas por outros animais para se adaptarem ao meio.

O trabalho é exclusivamente humano, e não se assemelha a nenhuma atividade desenvolvida pelos animais. Segundo Marx (2013), uma abelha vai executar operações semelhantes às do tecelão. Ela supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia, mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele idealiza sua construção antes de transformá-la em objeto. Dessa forma, no fim do processo de trabalho, o que aparece como resultado já existia antes na mente do trabalhador, ou seja, o objeto foi idealizado antes de tornar realidade (MARX, 2013).

O trabalho é uma atividade orientada para um determinado fim, para um objetivo que foi idealizado pelo homem antes da sua execução. Por essa razão, o trabalho é exclusivamente humano, é uma relação do homem com a natureza. O processo de trabalho humano em nada se

compara às atividades instintivas. É um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças e põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, com a finalidade de apropriar-se dos recursos da natureza externa: modificando-a, ao mesmo tempo, modifica-se sua própria natureza (MARX, 2013).

Na leitura marxiana, não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e nos meios de subsistência essenciais à produção e à reprodução de cada sociedade. A natureza é necessária à sociedade, ou seja, esta não existe sem aquela. É a natureza que oferece à sociedade os meios de subsistência e os meios de produção. Desse modo, a natureza é posta como anterior à sociedade e necessária à existência humana, que a transforma através do trabalho.

O trabalho, ao criar valores-de-uso, é útil e indispensável à existência do homem. Em qualquer forma de sociedade, a necessidade de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza é natural e eterna, ou seja, trata-se da necessidade de manter a vida (MARX, 2008). Nesse sentido, não existe trabalho sem natureza, tampouco natureza sem trabalho. A unidade trabalho-natureza é necessária para a existência do trabalho e da natureza. Sobre essa questão, Mészáros (2006, p.19) defende o seguinte:

O homem não é nem “humano” nem “natural” apenas, mas ambas as coisas; isto é, “humanamente natural” e “naturalmente humano”, ao mesmo tempo. O homem é o “ser universal da natureza” somente porque ele é o “ser específico da natureza” cuja especificidade singular consiste precisamente em sua universalidade singular, em oposição à parcialidade limitada de todos os outros seres da natureza.

Os seres humanos são uma parte da natureza e devem satisfazer suas necessidades elementares por meio do constante intercâmbio com ela; são constituídos de tal maneira que não podem sobreviver como indivíduos da espécie a que pertencem, num intercâmbio não mediado com a natureza – como fazem os animais – regulado por um comportamento instintivo diretamente determinado pela natureza, por mais complexo que seja esse comportamento instintivo com os animais (MÉSZÁROS, 2002).

Enquanto condição de existência humana, que se dá na relação homem-natureza, o trabalhador se apropria do objeto de seu trabalho. Em sua condição natural o trabalho é entendido como atividade existencial, isto é, atividade necessária para a produção e realização humana. Nessa concepção,

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2008, p.211).

Marx (2008) salienta que tal processo se refere ao trabalho em seus elementos simples, na sua essência natural, sendo então uma atividade dirigida com a finalidade de criar valores-de-uso, cujo objetivo é apropriar-se dos elementos naturais para suprir as necessidades humanas; refere-se ao ato laborativo pelo qual os objetos apropriados da natureza são transformados em coisas úteis para o homem. Nesse contexto, a categoria trabalho traz implícita a ideia de uma ação humana desempenhada para adquirir determinado objeto; trata-se do ato de fazer algo para alcançar alguma coisa que satisfaça sua necessidade. Esse conceito se refere ao trabalho natural, que o homem desempenha para sobreviver – é a ação livre do homem sobre a natureza.

A relação homem-natureza é uma produção histórica. Como afirma Smith (1984), a ciência positivista, ao colocar a natureza como sendo exterior à sociedade, é absurdo, uma vez que o próprio ato de se colocar a natureza exige que se entre numa certa relação com ela, uma vez que, por mais ideal que esta relação possa ser, é uma relação com a natureza.

Mészáros (2002) compreende a realização do homem a partir da mediação homem-natureza. A relação homem-natureza, mediada pelo trabalho – ação pela qual o homem retira da natureza os elementos necessários à sua sobrevivência –, faz parte de um sistema de mediações. Para o autor, o sistema do capital é um sistema sociometabólico, que nasce das relações primárias do homem com a subordinação estrutural do trabalho ao capital; é um sistema de mediações de primeira e de segunda ordem. Nas mediações de primeira ordem, o homem é parte da natureza e se reproduz por meio de suas funções primárias para satisfazer às suas necessidades. Nesse sentido o trabalho se realiza para produzir valores úteis e necessários ao homem. Quanto às mediações de segunda ordem, elas se caracterizam não pela produção de valores úteis ao homem, mas úteis ao capital, pois tais mediações são fundamentadas no processo de alienação do homem em relação ao trabalho: há a subordinação e separação do trabalho dos meios de produção. O controle sociometabólico do capital se dá a partir de elementos feitichizantes e alienantes.

É a partir do trabalho que os homens se relacionam tanto entre si quanto com a natureza. O trabalho é compreendido enquanto condição humana. Engels (1876), refletindo

sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem, faz uma análise de como o processo do trabalho contribui em alto grau para a humanização. Para esse autor é através do trabalho que há o aperfeiçoamento do homem. Ao desenvolver movimentos repetitivos a cada nova atividade, o macaco se transforma em homem para se apropriar da natureza.

O trabalho é a fonte de toda a riqueza. A natureza é, por sua vez, a encarregada de fornecer os materiais que o homem transforma em riqueza, é condição básica e fundamental de toda a vida humana. Como afirma o autor, o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 2004). O trabalho é a única forma de produzir riqueza, é a condição de existência humana. Por meio do trabalho, o homem se apropria da natureza, transforma as relações sociais. Dessa forma, a vida se realiza historicamente. São as formas e os meios de produção da riqueza que caracterizam a política, a cultura e a economia de um dado período. Quando se alteram os instrumentos e as relações de trabalho, concomitantemente todas as relações se alteram na sociedade.

O trabalho é uma atividade orientada e tem como finalidade produzir valores de uso, em que o homem se apropria da natureza para satisfazer às suas necessidades. Ele é a condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e independente de qualquer forma de vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1983).

O trabalho é o foco central da história da humanidade, que se estabelece quando o homem se apropria da natureza para sobreviver. Na concepção de Marx (1983, p.36), “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. O homem modifica e transforma a natureza para atender aos seus objetivos que foram anteriormente planejados. Nesse sentido, a história do homem enquanto ser social se realiza através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho que se desenvolve pelos laços da cooperação social existente no processo de produção material. Em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana se realiza pelo trabalho, é a partir dele que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas (ANTUNES, 2008).

Lukács (2005) compreende que, ontologicamente, o trabalho em sua essência, ou seja, na sua relação com a natureza inorgânica e orgânica, caracteriza-se pela passagem do homem, enquanto ser biológico, para o ser social. Ou seja, é o trabalho que possibilita tal salto

ontológico que vai das formas pré-humanas para o ser social; é o trabalho que permite e é responsável pelo processo de humanização do homem.

O trabalho natural e livre é necessário para a sobrevivência, é uma mediação por meio da qual o homem se apropria da natureza para alcançar a realização humana, e é através dessa ação que o homem se diferencia dos demais animais. Isso porque “[...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a” (ENGELS, 2004, p.28).

Engels (2004) afirma que advém da relação entre o homem e a natureza a explicação para a própria existência do homem. O trabalho foi o meio de humanização e diferenciação dele (o homem) dos demais animais, uma vez que o animal apenas utiliza a natureza e as modificações que produz se dá somente por sua presença nela; já o homem submete-a aos seus interesses, imprimindo-lhe as modificações que julga necessárias. Essa é a diferença essencial entre o homem e os animais, e é justamente o trabalho que determina essa diferença. É por meio do trabalho na natureza que o homem produz os meios necessários à sua subsistência, que o homem se reproduz enquanto ser social. Em suma, nenhuma sociedade existiria sem a relação dialética homem-natureza.

Ontologicamente, os homens se relacionam entre si e com a natureza na busca da realização de suas diversas necessidades: para se alimentar ou para os desejos do espírito. Com efeito, as necessidades estimulam a produção e o consumo de seus produtos. Nesse sentido, o homem é sujeito que produz sua própria natureza na coletividade social e na apropriação coletiva da natureza imediata, da natureza exterior à sua (MENEZES, 2007).

No primeiro momento, é o trabalho natural que, ao se apropriar da natureza, apropria-se de si próprio, humaniza-se naturalmente, e naturalmente se humaniza para garantir a sobrevivência da espécie. No entanto, apesar de a natureza do trabalho estar fundamentada na relação homem-natureza, cujo objetivo é produzir nada além do necessário, com o surgimento do capitalismo⁷ o trabalho continua a se apropriar da natureza, mas não para a realização da vida e sim para a realização do capital, que passa a ter o controle do trabalho e da natureza.

⁷ Os termos capital e capitalismo são comumente associados e colocados de forma errônea como sinônimos. O capital surgiu antes do sistema capitalista enquanto processo de assalariamento. O processo de acumulação é posterior e advém do sistema capitalista. Como afirma Mészáros (2002), o capital é anterior ao sistema capitalista, pois já estava presente no feudalismo, no mercantilismo, mas o capital aí existente é apenas formal e ainda não adquiriu o caráter predominante. O capital se manifesta plenamente a partir do capitalismo, surge historicamente como uma estrutura totalizadora na qual todos os seres humanos devem se ajustar e provar sua viabilidade produtiva. O capitalismo é, desta forma, uma das variantes históricas do capital que se realiza plenamente com a subsunção do trabalho ao capital.

Nesse segundo momento, a relação homem-natureza dá-se para atender aos interesses do capital, para produzir valores-de-troca, mercadorias para o mercado e não para a satisfação do seu produtor, isto é, o trabalhador, que transforma a natureza em coisa. Sendo assim,

A natureza produzida pelo trabalho tão somente não corresponde à natureza produzida livremente pelo homem e pelo seu trabalho como também o nega. O que antes era a realização da atividade humana, a condição do homem ser livre (livre porque produz a natureza segundo suas necessidades e produz sua própria natureza segundo a contemplação de suas necessidades pelo trabalho), transforma-se em sua antítese: o capital, que nasce do trabalho e dele se apodera para apropriar-se do mundo por ele criado (MENEZES, 2007, p.81).

O capital domina o trabalho e a natureza, para escamotear e justificar a sua soberania social e econômica. O capital quebra a relação homem-natureza como se a natureza fosse exterior ao homem; separa e coloca o homem e a natureza em partes diferenciadas. Ou seja, o capital transforma a natureza do trabalho. O trabalho natural e livre é agora mercadoria que transforma a natureza em mercadoria, ambos pertencentes ao capital. A relação não é mais analisada na unidade homem-natureza, mas no conflito capital *versus* trabalho, que, historicamente, rompe com a dialética homem-natureza, pois a natureza passa a ser vista como exterior ao homem. Nesse sentido, Smith (1984) compreende a natureza como um conceito extremamente complexo e muitas vezes contraditório. Isso porque, segundo o autor,

A natureza é material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim. Em nosso elenco e concepções da natureza, todos esses significados sobrevivem hoje, mas mesmo em sua complexidade eles são organizados em um dualismo essencial que domina a concepção de natureza (SMITH, 1984, p.28).

De acordo com o autor, existem várias concepções de natureza, e, por mais contraditórias que possam ser, são frequentemente confundidas, uma vez que foi o capitalismo industrial que trouxe à luz os significados acumulados da natureza, de modo que eles possam ser moldados e transformados em concepções da natureza apropriadas à época atual. Na primeira parte do seu livro *Desenvolvimento Desigual*, Smith (1984) resgata vários desses conceitos e concepções de natureza como o de Kant, ao distinguir a natureza entre diferentes naturezas, especialmente entre uma natureza interior e uma exterior, originando as raízes históricas da dualidade do conceito de natureza.

Conforme Mészáros (2006), sob o domínio do capital a atividade produtiva da relação homem-natureza é automediadora num duplo sentido: primeiro, porque é a natureza que se

media consigo mesma e com o homem; e segundo, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem localizado numa parte específica da natureza. Dessa forma, o autor afirma que, na atividade produtiva do primeiro momento, em seus aspectos ontológicos duais, a natureza media a si mesma; no segundo momento, sob seus aspectos ontológicos, em que a atividade produtiva é atividade social, o homem é quem media a si mesmo com o outro.

Ao refletir sobre as mediações de primeira e segunda ordens, concordando com Mészáros, Menezes (2007) afirma que a subsunção das mediações primárias às mediações secundárias são tão essenciais para o capital que, sem ela, seria impossível o seu processo de acumulação e reprodução, pois a natureza, o homem e suas necessidades, o trabalho e as mercadorias, são as condições essenciais para que o capital possa gerar mais valores, mais dinheiro e mais lucro para si (MENEZES, 2007).

As mediações de primeira ordem são tão importantes ao capital quanto ao fato de elas não poderem ser reconhecidas pelo sujeito que trabalha. Já as mediações de segunda ordem são, também, tão necessárias para a manutenção do processo de valorização e acumulação de capital quanto a necessidade de elas terem que ser reconhecidas como as próprias relações naturais do homem. O homem está tão indissociavelmente ligado às suas mediações primárias quanto o capital de suas mediações de segunda ordem. É tão necessário ao capital negar as mediações de primeira ordem do homem para o homem quanto a necessidade das mediações secundárias negar o próprio homem. Assim é que o capital se torna a antítese humana e vira propriamente sua condição desrealizativa (Idem).

Com o desenvolvimento do sistema capitalista no mundo e a generalização do trabalho assalariado, a relação com a natureza é, antes de mais nada, uma relação de valor de troca: não se elimina completamente o valor de uso da natureza. Com o avanço das forças produtivas, necessidades específicas podem ser satisfeitas pelo aumento do valor de uso e específicas mercadorias podem ser produzidas com um crescimento da matéria-prima. A transformação de valor de uso para uma relação de valor de troca é conseguida no capitalismo, pois, com a produção capitalista, a apropriação da natureza é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas de uma necessidade em particular – o lucro. É o lucro que determina o destino da natureza e transforma a relação homem e natureza (SMITH, 1984). Nesse sentido,

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013, p.113).

A natureza e o homem não são mais orientados e controlados pelas condições naturais, homem e natureza. São orientados e controlados pela lógica do mercado, imposta pelo capital no sistema capitalista. Homem e natureza são mercadorias. O homem, a partir de seu trabalho que passa a ser explorado e subsumido pelo capital, passa a transformar a natureza em mercadoria. Não o trabalho natural e livre, mas somente e apenas o trabalho-mercadoria, subordinado ao capital, apropria-se da natureza que não lhe é mais inerte e sim exterior.

O trabalho é mercadoria e nessa condição tem um valor de troca estabelecido pelo mercado. A realização do trabalho se dá a partir da apropriação do objeto da ação do homem na natureza. No momento em que o homem passa a produzir, não para a sua existência, objetos de uso, e sim para o mercado, objetos de troca, o trabalho recebe um novo sentido, ou seja, não é mais a realização do trabalhador, é a realização do mercado e a desrealização do homem, que não se apropria mais do fruto de seu trabalho.

De forma contraditória, o trabalho se desrealiza na realização do capital que se dá na não apropriação do objeto pelo trabalhador, que produz não mais para a sua realização e sim para a realização do lucro. Quando o trabalho passa a ser explorado e o trabalhador não tem mais controle do que e para que produzir, há a desrealização: o sujeito que trabalha não produz para a sua necessidade, o que lhe é útil, e não se apropria do objeto produzido. Com isso,

O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído (ANTUNES, 2008, p. 144-145).

Na leitura marxiana, o trabalho é concebido como fundamental para o processo de humanização, na transformação do ser social, mas a perversidade do sistema capitalista transforma o trabalhador em uma mercadoria, “um ser estranho” ao objeto produzido. Desse modo, quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir; quanto mais valor se cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade. É a desrealização do ser social como resultado da exploração do trabalho na sociedade capitalista (MARX, 1983).

O trabalhador deixa de se reconhecer no objeto produzido, cria-se o fetiche da mercadoria, o que Marx (1983) chama de “estranhamento”. A condição de trabalho estranhado garante a (re)produção do capital. Sendo assim, o trabalhador não reconhece o uso do objeto produzido que deixa de ser humano para ser uma coisa, cujo valor é estabelecido no mercado de acordo com a qualidade e a quantidade da matéria-prima, a utilidade do produto e o trabalho gasto no processo de produção.

O fetichismo da mercadoria, segundo Antunes (2008), é resultante da dimensão do trabalho abstrato que mascara e faz desvanecer a sua dimensão concreta que é o trabalho útil. A mercadoria fetichizada escamoteia as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do trabalho. Dessa forma, “[...] mascaram-se as relações sociais existentes entre os trabalhos individuais e o trabalho total, apresentando-as como relações entre objetos coisificados” (ANTUNES, 2008, p.148). O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A *desvalorização* do mundo humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens (ANTUNES, 2008).

O processo de trabalho deixa de ser natural, isto é, apenas para o uso do próprio trabalhador, e passa a ser um processo entre coisas, pois o capital cria valores de troca. Em outras palavras, ele produziu um objeto destinado à venda e não mais para o uso de suas necessidades, ele produziu uma mercadoria cujo valor será maior que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, assim como dos meios de produção e da força de trabalho, pois não quer produzir apenas um valor de uso ou uma mercadoria, mas a mais-valia (MARX, 1983).

O trabalho passa a ter um valor, passa a ser uma mercadoria que produz mercadoria, ou seja, o capital, que nada mais é que o trabalho acumulado. Nesse momento se cria estratégias e medidas para organizar a produção e explorar a mais-valia, que só é possível através da alienação do trabalho. Nesse sentido, Smith (1984) defende que o capitalismo difere de outras economias de troca por produzir, de um lado, uma classe que domina os meios de produção para toda a sociedade, ainda que não produza trabalho; de outro, uma classe que domina somente sua força de trabalho, que precisa ser vendida para sobreviver.

Conforme Mészáros (2002), na sociedade capitalista os homens são desiguais por natureza, cuja desigualdade está em seu elemento. Nessa direção, a sociedade civil de direito está longe de anular esta desigualdade natural que ela mesma produz sem pensar, e eleva a uma desigualdade de habilidade e riqueza e até mesmo a uma realização moral e intelectual.

A classe trabalhadora, no capitalismo, é privada não somente dos bens que produz, mas de todos os objetos e instrumentos necessários para a produção. Somente com a generalização desta relação, salário-trabalho, é que o valor de troca se torna uma expressão consistente, cuja base é o valor de uma mercadoria, expressa em troca como um valor de troca;

é a medida do tempo de trabalho socialmente necessário requerido para a produção daquela mercadoria. A força de trabalho como mercadoria não é uma exceção: o salário dos trabalhadores é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução de seu trabalho (MÉSZÁROS, 2002)

O modo de produção capitalista se desenvolve de forma desigual e combinada para garantir seu processo acumulativo de capital. Ou seja, trata-se de um sistema cujo objetivo é o lucro e a acumulação de riqueza, e, para que isso seja possível, é imprescindível a existência do trabalhador totalmente desprovido dos meios de reprodução, sendo proprietário, apenas, de si mesmo, da sua força de trabalho, que, mesmo sendo a mais valiosa mercadoria, já que é a única mercadoria capaz de produzir todas as outras mercadorias, ele é obrigado a vender sua força de trabalho para poder sobreviver.

2.2. – Complexidade e Centralidade do Trabalho

É o trabalho o único responsável pela produção de toda riqueza. No significado da categoria trabalho, está implícita a ideia de uma ação desempenhada para alcançar um objeto, uma ação que se estabelece ao se fazer algo para se obter alguma coisa. Quando se fala em trabalho se está referindo a uma ação cuja natureza está implícita, ou seja, a relação homem-natureza, mas para a apropriação da natureza é necessário uma ação sobre esta para poder alcançar algo ou alguma coisa: tal ação é livre. Na sua condição natural, o trabalho é livre. É o trabalho, em sua condição primária, que se apropria da natureza para produzir as condições necessárias para a sobrevivência humana. Dialeticamente, estabelece-se a unidade homem-natureza, para satisfazer as necessidades do homem, como criador de valores-de-uso.

Fundamentado na leitura marxista, Smith (1984) compreende que a dialética da natureza não advém senão da interação metabólica das sociedades humanas com a natureza. A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo entre o instrumento do trabalho e o objeto do trabalho, em que a natureza é o Sujeito-Objeto do trabalho. Assim, a dialética da natureza se dá quando os homens modificam sua própria natureza na medida em que, progressivamente, eliminam a natureza exterior e de sua exterioridade, a medida que mediatizam a natureza através de si próprios, e a medida em que fazem a própria natureza trabalhar para seus próprios objetivos.

O trabalho é categoria fundante do ser social. Centralidade ontológica postulada por Marx e Lukács como essencial para a existência e a permanência do ser social, tem sido metamorfoseado e transformado pelas relações capitalistas de produção. Por conseguinte, o trabalho fundador do ser social e essencial para a reprodução humana é transformado em mercadoria pelo capital que busca de forma incontrolável o lucro.

O trabalho é a mercadoria mais valiosa do capital, é através dele que todas as outras mercadorias são produzidas. Ou seja, toda a riqueza da sociedade é produzida pelo trabalho que existe em função do capital que não pode ser eliminado sob a pena de sucumbir. A categoria trabalho é uma categoria constituída historicamente e é carregada de contradições que se materializam na relação capital-trabalho, em uma unidade dialética. Um está no outro e só existe no outro. Ao eliminar o trabalho, elimina-se também o capital, e consequentemente, a superação da sociedade capitalista. Se o sustentáculo da sociedade capitalista é o trabalho, sem ele não há capital; logo, não há mercadorias, uma vez que a mais valiosa mercadoria é o trabalho. Ele é o único capaz de produzir todas as outras mercadorias. Ele é central e vital para a sociedade capitalista.

A quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria (dimensão quantitativa do trabalho abstrato) determina a magnitude do valor de uma mercadoria. Para Marx (1984), a mudança na composição orgânica do capital está relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas, à alteração tecnológica, condição básica dos capitalistas para preservar os mercados e os lucros. Por outro lado, contraditoriamente, o desenvolvimento das forças produtivas, face às alterações tecnológicas, provoca um crescimento gradativo do capital constante, em relação ao capital variável, e consequentemente há uma queda gradual na taxa de lucro geral.

Esta situação pode ser observada no início do século XX. Para garantir mercado e a elevação da taxa de lucros, foi criado o modelo fordista que tinha como princípio ser um regulador na acumulação de capital, por meio da racionalização do processo produtivo, via produção em massa de modelos automobilísticos de baixo custo de produção, resultando na diminuição dos preços (pela fabricação em série) e consequentemente na maior acessibilidade ao mercado consumidor.

Para Harvey (2009), o sistema fordista se caracterizava pela produção e pelo consumo em massa, a partir de um novo sistema de reprodução da força de trabalho. Segundo o autor, tratava-se de uma nova política de controle e gerenciamento do trabalho, articulada com os princípios tayloristas da decomposição do trabalho, em processos cada vez mais simples, que

implicariam no aumento da produtividade do trabalhador, baseados em estudos rigorosos do tempo e do movimento de realização de uma determinada tarefa: “[...] um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 2009, p.121).

A inovação de Henri Ford buscava diminuir ao máximo o tempo ocioso do trabalho e aumentar o tempo e a disposição do trabalhador para o trabalho, uma vez que a esteira percorria todas as etapas da produção transportando o objeto de trabalho até o trabalhador, desde a primeira transformação da matéria-prima até o produto final. Nessas condições, o trabalhador se torna uma espécie de acessório da máquina, ou pode-se dizer a própria máquina. Uma grande máquina constituída por peças humanas que funciona em tempo integral e de forma automática. O trabalho é realizado de forma intensa e mecânica não possibilitando a interferência da sua mente ou sequer o deslocamento do trabalhador do seu posto de trabalho. Assim, os movimentos e as tarefas realizadas pelo homem eram tão perfeitos que não se distinguiam mais homem e máquina. Desta forma, com o taylorismo e o fordismo, ocorre a produção em massa, a partir da maior intensificação da exploração da mais-valia, que se dá com o aumento de trabalho. Nesse sentido,

O binômio taylorismo/fordismo, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo de praticamente todo século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada (ANTUNES, 2007, p.36).

Antunes (2008) entende o fordismo como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, por meio da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista, e da produção em série fordista, isto é, da existência do trabalho parcelar, da fragmentação das funções, da separação entre elaboração e execução no processo de trabalho. Mas este não era um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade. O autor compreende o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominam na grande indústria capitalista ao longo do século XX. Para este estudioso, o fordismo se configura

[...] fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos construtivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro

taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição consolidada do operário massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 2008, p. 24-25).

O sistema taylorista foi criado a partir das experiências observadas durante o processo de produção de uma fábrica, em que se percebeu que a capacidade produtiva de um trabalhador de experiência média era sempre maior que a sua produção “real” na empresa, devido ao dispêndio de muito tempo entre uma tarefa e outra, na troca e manutenção de ferramentas e no deslocamento dentro da fábrica (PINTO, 2010). Ao refletir sobre como acabar com o desperdício de tempo para que o trabalhador produzisse o máximo e em menor tempo, o sistema taylorista propôs a subdivisão das tarefas, ao máximo possível. No tempo gasto para a realização de cada tarefa, cada movimento passa a ser medido com um cronômetro que determina o tempo “real” necessário para realizar cada operação.

A gerência da fábrica seria responsável por fazer o trabalhador atingir os resultados desejáveis, de forma que cumprisse a quantidade ideal de trabalho diário suficiente para não prejudicar a saúde e que não se desperdiçasse nenhum segundo do tempo de sobretrabalho não pago que lhes seria extraído em cada produto (PINTO, 2010). A otimização da produção se dá com a divisão técnica do trabalho dentro da indústria ou da fábrica com o objetivo de aumentar a produtividade. A organização do trabalho se estabelece a partir da polarização e fragmentação das funções, tanto na esfera da produção quanto na da administração. Para isto basta apenas que o trabalhador ou responsável cumpra sua tarefa completamente, não sendo necessário o acúmulo de habilidades e conhecimentos.

Para Pinto (2010) a divisão e a organização taylorista no interior da fábrica possibilitaram a distribuição dos trabalhadores e de suas ferramentas ao longo de uma linha, ao padronizar o trabalho em atividades cujas operações eram uniformizadas. Nesse sentido, o autor afirma que o sistema taylorista foi incorporado e desenvolvido pelos dispositivos organizacionais e tecnológicos fordistas, na medida em que, no lugar dos homens responsáveis pelo deslocamento dos materiais e objetos de trabalho, máquinas automáticas passaram a se encarregar por tal atividade, suprimindo o trabalho humano numa produção cuja cadência contínua impunha uma concentração dos movimentos dos trabalhadores dentro do raio de ação que efetivamente transforma as matérias-primas em produtos acabados.

Cabe ao trabalhador o ofício de apenas executar a tarefa que lhe foi atribuída, sem sair, no entanto, da sua posição de labor frente à esteira automática. O trabalhador não interfere,

tampouco conhece todo o processo de produção, pois ele se torna máquina fixada diante de outras máquinas, que operam suas funções específicas, pois a atividade se fragmenta em operações cada vez mais simplificadas e as qualidades do trabalhador se resumem apenas à capacidade de executar uma única e exclusiva função da melhor maneira possível. Dessa forma, ele não precisa desenvolver competências e habilidades, muito menos construir qualquer conhecimento educacional.

O sistema taylorista/fordista se caracteriza pelo emprego de muita mão-de-obra e pouca tecnologia. Com efeito, esse sistema não atende às exigências do novo panorama social e econômico, configurado a partir da década de 1970, que exige a aplicação de novas estratégias de organização e produção capazes de agregar tecnologia para garantir uma maior qualidade ao produto e uma maior produtividade para aumentar o lucro das empresas.

Segundo Pinto (2010), a década de 1970 é marcada por várias mudanças nos cenários econômico e social em virtude do aumento do preço do petróleo e das sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar, que impulsionaram a internacionalização da economia e o aumento do volume de investimentos em capitais financeiros, que passaram a especular sobre essas flutuações cambiais através do uso de tecnologia aplicada nos meios de informações e comunicações. Tais transformações levaram ao interesse e à busca por novos modelos e novas propostas de organização e produção, a exemplo da especialização flexível e do toyotismo, que antes eram restritos em determinadas áreas. Sendo assim, entra, então, em vigor, um novo regime de acumulação de capital no cenário internacional, qual seja: a acumulação flexível, que se caracteriza pela desregulamentação e a flexibilização do trabalho com incremento da tecnologia que possibilita uma maior exploração.

As transformações no processo da reprodução do sistema capitalista estabelecem novas relações de trabalho. Desse modo, surge uma nova lógica de produção acumulativa do capital, decorrente do grande salto tecnológico que afetou a forma do ser da classe que vive do trabalho, inserindo-se e desenvolvendo-se relações de trabalho e de produção do capital.

Novos processos de trabalho emergem, em que o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Ensaia-se as modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle da Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado.

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado (ANTUNES, 2008).

O novo regime de acumulação associado a um sistema de regulamentação política e social é bem distinto do padrão fordista. A acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, contrapondo-se ao sistema fordista. Caracteriza-se pelo surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual do capital no tempo e no espaço, mudando as relações de trabalho e de produção (HAVEY, 2009)⁸.

Todas essas alterações econômicas, isto é, a fragilidade do modelo taylorista/fordista diante do avanço tecnológico no sistema produtivo, a aplicação dos modelos de organização toyotista e o regime de acumulação flexível que se instauraram a partir de 1970, foram denominadas de reestruturação produtiva. Com a mundialização do capital⁹, tem-se um novo modo de acumulação e produção do capital, desenvolve-se um complexo de reestruturação produtiva¹⁰, com impactos no mundo do trabalho que desencadeia uma série de transformações sociais, pois envolve uma série de inovações tecnológicas e organizacionais na produção que

⁸ Para o autor o período que marca a transição para o regime de acumulação flexível foi marcado, na verdade, por uma revolução, no que se refere ao papel das mulheres nos mercados de trabalho e no processo de trabalho em um período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições no mercado de trabalho, e a resistência dos padrões organizacionais e das técnicas gerenciais da produção de massa em se converter nas novas técnicas e formas organizacionais de produção. Tal confronto espalhou uma onda de bancarrotas, fechamentos de fábrica, desindustrialização e reestruturação que ameaçou as corporações econômicas mundiais.

⁹ Em *A Mundialização do Capital*, François Chesnais (1996) conceitua mundialização como integração e não apenas como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, mas como uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. Para o autor, a mundialização é o resultado de *dois* movimentos conjuntos, estritamente interligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e o desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980.

¹⁰ Alves, em seu livro *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*, defende que o complexo de reestruturação produtiva envolve todo um sistema de inovações tecnológica-organizacionais no campo da produção social capitalista – por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; as novas modalidades de gestão da produção, tais como os CCQ's e Programas de Qualidade Total; a série de racionalização da produção, tais como os “downsizing” e a reengenharia (muitas racionalizações produtivas decorrem de novos patamares de centralização e concentração do capital, por meio de fusões, aquisições e diversificações corporativas, que implicaram – e ainda implicam – demissões em massa). Além disso, é um importante componente do complexo de reestruturação produtiva, dos vários tipos de descentralização produtiva, tais como a terceirização ou as realocações industriais, que implicam o fechamento das fábricas num local e a abertura em outro, ou ainda a instauração de novas legislações trabalhistas de cariz flexível, que criam nova regulação institucional do trabalho assalariado, adaptando-o às necessidades imperiosas do capital em processo.

resultam no aumento do desemprego e na intensificação das formas precárias de exploração da força de trabalho.

Alves (2000) afirma que o complexo de reestruturação produtiva envolve todo um sistema de inovação tecnológica e organizacional dentro da produção capitalista, integrado às novas modalidades de gestão e racionalização da produção em série, à reengenharia que provocaram a centralização e concentração de capital, à realocação da produção industrial em pequena e média escala, a demissões em massa das que resultaram na fragmentação da classe trabalhadora que constituíram as novas relações de trabalho que se concretiza na terceirização e precarização do trabalho, sustentadas nas novas legislações trabalhistas. Para o autor,

O complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelo surto de concorrência capitalista no mercado mundial, tende cada vez mais a reduzir o proletariado industrial clássico. Procura-se alcançar a competitividade no mercado planetário, não apenas através do crescimento da produtividade do trabalho, por meio da automação de linha produtivas, precedida de re-engenharia e *downsizing*, como pré-condição para instaurar a lógica do toyotismo – ou da *lean production* (o que parece predominar a partir dos anos 90 no cenário mundial), mas principalmente, através da realocação da indústria (ALVES, 1999, p.69).

Dessa forma, inicia-se um processo de crise que se caracteriza com baixos crescimentos de produção e produtividade, levando a baixos salários e ao aumento de desemprego. O capitalismo viu-se frente a um quadro crítico acentuado, uma crise estrutural do capital que se dá com uma decrescente taxa de lucro devido ao esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção frente à retração acentuada do consumo. Na compreensão de Antunes (2007), o entendimento dos elementos fundamentais para constituir essa crise é de grande complexidade, pois se referem não somente à estrutura do capital, mas à crise operária, em um período marcado por intensas transformações de cunho econômico, social, político e ideológico, que refletem no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da classe-que-vive-do-trabalho.

Dessa forma, deu-se início a uma nova crise do capital que atingiu os países capitalistas centrais a partir de 1973, impulsionando, principalmente nos anos de 1980 e 1990, uma série de transformações sócio-históricas que alcançaram as mais diversas esferas do ser social. Surge, então, o que dominamos um novo complexo de reestruturação produtiva, uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma do ser (subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados (ALVES, 2000).

Na leitura marxista, toda crise do capital provoca uma crise de superacumulação, pois, contraditoriamente, acelera a produção, mas não se tem o consumo para manter o ciclo do capital como garantia do lucro. Como afirma Antunes (2007), o momento de crise do padrão de acumulação taylorista/fordista era a expressão de uma crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e trouxe como consequência o processo de reestruturação do capital com o objetivo de recuperar o seu ciclo produtivo para recuperar os seus mecanismos de controle e dominação social.

Thomaz Jr. (2003) argumenta que é nesse cenário de crise que o capital engendrou um conjunto de modificações estruturais que dinamizaram/estimularam o complexo de reestruturação produtiva do capital, cujos impactos atingem o universo do trabalho, tanto no processo de desenvolvimento como no de organização, de forma desigual. Os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, do desemprego e da subproletarização, impõem novos significados e sentidos para o trabalho, tanto no campo quanto na cidade, que instigam para a compreensão desses significados, para o universo simbólico e subjetivo da classe operária ou do trabalho, como também das complexas tramas territoriais que refletem as contradições do conflito capital-trabalho, reveladas na luta de classe.

A reestruturação produtiva difunde sobre a concepção de parceria que se fundamenta em relações de trabalho mais abertas, onde o trabalhador se abre para um vasto campo de participação e colaboração nas tomadas de decisões, que, na realidade, dá-se sob o crivo do aprofundamento da exploração do trabalho, especialmente pelo acúmulo de funções advindas dos ex-trabalhadores (ANTUNES, 2007).

Diante deste contexto, na última década do século XX, firmou-se como predominante o debate do futuro do trabalho e da sua relação com as classes sociais, a noção de que o toyotismo representaria fundamentalmente uma ruptura com o fordismo. As enormes plantas industriais com milhares de operários, gigantesco estoque, que apontavam na ampliação dos mercados pela produção em massa, estariam dando lugar à produção flexível do produto já vendido às fábricas enxutas com poucos operários flexibilizados. De um lado, o trabalho maçante e monótono controlado pelas técnicas tayloristas, o operário massa e a desqualificação profissional. De outro, o trabalho flexível, a requalificação pela fusão do trabalho manual com o intelectual. A linha de montagem teria sido substituída pela planta industrial flexível, regida pelo *just-in-time*. A cadeia de fornecedores do fordismo teria sido substituída por uma integração qualitativamente distinta entre a empresa mãe e suas afiliadas, assim por diante (LESSA, 2012).

Com as transformações nos meios de produção e nas relações de trabalho, o debate sobre o futuro do trabalho firmou-se como predominante face às transformações: a crise do Estado de Bem-Estar¹¹, na década de 1970; a eclosão do “fenômeno japonês”, isto é, do Toyotismo, nas décadas de 1980 e 1990; a reestruturação produtiva do capital; o neoliberalismo, e o pós-modernismo. Estes fatos são inegáveis, como também as transformações que eles trazem nas relações de trabalho e no modo de produção, mas eles não justificam ou sustentam as teses do fim do trabalho na sociedade capitalista¹².

Para Antunes (2005), contra a tese do fim do trabalho, temos o desafio de compreender a nova morfologia ou nova polissemia do trabalho. E, ao fazê-lo, devemos mostrar as complexas relações que emergem no universo laborativo, em particular seus elementos de centralidade, seus laços de sociabilidade, que emergem no mundo do trabalho, mesmo quando ele é marcado por formas dominantes de estranhamento e alienação.

O capital, mesmo sob o enorme impacto das profundas mutações tecnológicas, não pode eliminar cabalmente o trabalho vivo do processo de mercadorias. Ele pode incrementar ao máximo o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumentando, desse modo, a produtividade do trabalho, de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho, em tempo cada vez mais reduzido, uma vez que tempo e espaço se transformam nessa fase dos capitais globais e destrutivos. Uma nova modalidade da forma-valor aparece para mostrar os limites e equívocos daqueles que haviam decretado o fim da teoria do valor-trabalho (ANTUNES, 2005).

O referido autor, no seu livro “Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”, aborda as profundas transformações no mundo do trabalho, em que uma significativa heterogeneização do trabalho se materializa na subproletarização, intensificada na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, marcada por essa nova fase da acumulação capitalista. Para o autor,

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; e de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho

¹¹ É o Estado interventor que promove o desenvolvimento social e econômico.

¹² Lessa (2012) afirma que conhecemos dois adeuses ao proletariado. O primeiro, sob o impacto da ascensão e da crise do Estado de Bem-Estar e do Fordismo”, lança as bases para o advento, em 1980, do Adeus ao proletariado, de André Gorz. O segundo adeus ao proletariado vem à tona nos anos de 1990, sob o impacto da reestruturação produtiva, do neoliberalismo, do pós-modernismo e do fim do bloco soviético.

feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2008, p. 47).

O trabalho não desaparece nessa nova configuração do capitalismo, mas, estrategicamente, o capital o metamorfoseia para recuperar o seu ciclo de reprodução, criando e recriando formas de intensificar a exploração e subordinação do trabalho ao capital. As novas formas de organização do sistema toyotista e a introdução de novas tecnologias contraditoriamente reduzem o trabalho assalariado e aumentam o trabalho precário. Dessa forma,

Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção” dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições de trabalho alienado, e estranhado. O “trabalho polivalente”, multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (ANTUNES, 1999, p.52)

Harvey (2009) assevera que o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação, com a forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro. Os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, com a redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado.

Com isso,

Ao ser incorporado pelas economias periféricas, novamente na forma de “modelo” de desenvolvimento político, econômico e social, tal regime resultou num agravamento das crises econômicas e sociais preexistentes. No Brasil, por exemplo, culminou numa implantação vasta e profunda da doutrina neoliberal no estado na década de 1990, a qual persiste até os dias atuais, impondo: à classe trabalhadora, de um lado, a precarização dos serviços públicos e a flexibilização de seus direitos, mediante o aumento da informalidade e do desemprego estrutural; ao empresariado nacional, de outro, uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, com a manutenção de acordos predatórios fundados em políticas monetaristas, ditadas por organismos de controle financeiro internacionais (PINTO, 2010, p. 52).

Segundo Mandel (1990) toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado que tem como consequência o aumento do desemprego. A crise atual do capitalismo contemporâneo reflete o seu desenvolvimento contraditório e desigual que, historicamente, provocaram a crise estrutural e que se materializa atualmente na crise do capital financeiro.

Dessa forma,

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para fins sociais determinados (SMITH, 1984, p. 221).

O desenvolvimento desigual do capital se estabelece, contraditoriamente, para gerar mais riqueza. Nesse sentido, há a diminuição do trabalho necessário à produção. Com o aumento do desemprego e da degradação do trabalhador, as formas precárias de produção constituem uma das contradições do capital para garantir seu ciclo reprodutivo de acumulação. A crise do capitalismo não afeta a todos igualmente. Toda crise estrutural é uma crise de superprodução, ao contrário das crises cíclicas de escassez natural que ocorria na antiguidade. A lógica é a acumulação desenfreada do lucro que se dá com o aumento da produtividade em detrimento da exploração intensificada do trabalhador, que, por seu turno, não se apropria dos bens produzidos com o seu trabalho e é subordinado cada vez mais às formas precárias de produção. Nessa perspectiva, Mészáros (2002a) reflete sobre a nova fase do imperialismo hegemônico global, definido como uma ordem progressivamente destrutiva da sociabilidade capitalista, que tende a intensificar suas contradições, levando a cabo a existência da própria humanidade. Nas determinações históricas atuais, o modo de produção hegemônico e seu caráter destrutivo têm se intensificado.

As contradições do sistema do capital são possíveis de serem administradas, porém é impossível superá-las definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, o qual necessariamente assume a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho, não importando o grau de elaboração e mistificação com o objetivo de camuflá-la. Entre as principais contradições apontadas pelo autor a serem enfrentadas no tempo presente, estão: a produção e o controle; a produção e o consumo; a produção e a circulação; a competição e o monopólio; o desenvolvimento e o subdesenvolvimento; a produção de crises; a produção e a destruição; a dominação estrutural do capital sobre o trabalho e a sua dependência insuperável do trabalho vivo; a produção de tempo livre (sobretaxa) e a sua paralisante negação como imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário; a expansão do emprego e a geração do desemprego; o impulso

de economia de recursos materiais e humanos combinado ao absurdo do desperdício deles, entre outros (MÉSZÁROS, 2002b).

2.3 - Trabalho Alienado: Determinantes da Relação Capital-Trabalho no Desvelar do Tempo Histórico

A alienação é um fenômeno histórico-social que sempre esteve presente em todos os momentos de desenvolvimento do ser social. A alienação é para Marx (2013) a negação do real. Dessa forma, o trabalhador não se vê no produto de seu trabalho que foi previamente idealizado. É, então, necessário ao capitalismo que, no fim do processo de transformação, o produto feito se transforme em algo estranho e independente ao ser que o produziu, pois, se o produto de seu trabalho não é seu, é de outro.

Como já afirmamos, para os marxistas, a condição histórica do ser homem se dá pelo trabalho na apropriação da natureza para a realização humana. A condição do trabalho se dá na condição humana da ação sobre a natureza e sobre si mesmo no desenvolvimento do próprio corpo. É o trabalho como possibilidade de realização que se dá com a apropriação do objeto produzido e que lhe é útil. Quando a apropriação se dá pelo capital, dá-se a desrealização do trabalho.

O trabalho se desrealiza na realização do capital e se torna externo ao trabalhador que se vê alheio ao seu trabalho, não mais se reconhecendo como criador. A alienação do trabalho está na desrealização do mesmo a partir do momento que a natureza e o trabalho passam a ser dominados pelo capital, pois ocorre um estranhamento, isto é, o não reconhecimento entre trabalho e trabalhador, pois, no sistema capitalista, tudo se transforma em mercadoria com o propósito de produzir capital. Nesse sentido, subvertem-se os valores de uso em valores de troca.

Antunes (2008) afirma que, se podemos considerar o trabalho como momento fundante do ser social, como ponto de partida para a humanização na sociedade capitalista, o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, desconfigurando seu sentido primeiro de produção de coisas úteis ao trabalhador, ou seja, o de satisfazer suas necessidades. O trabalho se transforma e se configura para produzir mercadorias, cuja finalidade é a valorização do capital. A força de trabalho se transforma em uma mercadoria valiosa, pois é ela a única responsável pela produção de todas as outras mercadorias.

Para Marx (2013), o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz. Nesse sentido, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão, o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias ele cria. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadoria, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Marx (2010) chama de estranhamento o fato de o trabalhador não se reconhecer como produtor daquilo que ele mesmo produziu. Esse fetiche é criado no processo de coisificação. Quando o objeto deixa de ser resultado do trabalho para ser coisa, perde a condição de ser produto humano e ganha equivalência, ou seja, ganha um preço, que vai depender da qualidade, da quantidade e do tempo gasto para a produção do produto. São condições para gerar um preço – um equivalente do produto – a qualidade da matéria-prima gasta, a utilidade do produto e o tempo de horas gastas para fazê-lo.

O próprio trabalho se torna mercadoria, objeto estranho ao trabalhador, que não mais se reconhece, pois a propriedade de seu trabalho é do capital. Além disso, quanto mais o sujeito produz mais se torna alheio ao objeto produzido que é apropriado pelo capital. É a máxima contradição capital-trabalho: quanto mais riqueza produz mais miserável se torna o trabalhador. Para Marx (2008), o trabalho produz maravilhas para os ricos e privações para o trabalhador; produz palácios para os ricos e cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e transforma a outra parcela em máquina.

O objeto produzido pelo trabalho, isto é, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser estranho, como uma força independente do produtor. O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física. Esse produto é uma objetificação do trabalho. A execução do trabalho é, simultaneamente, a sua própria objetificação. A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma *perda* e uma *servidão ante o objeto*, e a apropriação como *alienação* (MARX, 2010). Sendo assim,

A efetivação do trabalho aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como

estranhamento quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (MARX, 2010, p.81).

Para Lukács (2013), todo ato de trabalho tem, no momento ideal¹³, na prévia-ideação, o seu ponto de partida, para dar existência ao previamente idealizado. Para transformar uma ideação em objeto concreto, o indivíduo da força de trabalho precisa ter idealizado antes o objeto concreto. O trabalho é a exteriorização do ser, é a objetivação da essência humana, é o esforço material de transformação da natureza para atender às suas necessidades. Mas, para o capital se apropriar do produto do trabalho, o homem precisa não se reconhecer na coisa produzida.

Segundo Marx (2010), o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva. Segundo o autor, o trabalhador não poderia se defrontar, alheio ao produto da sua atividade, se, no ato mesmo da produção, ele não se estranhasse a si mesmo, pois o produto é o resultado da atividade, da produção.

O trabalhador estranha, não se reconhece no processo de trabalho nem na coisa produzida por ele. Desse modo, natureza, trabalho e trabalhador se transformam em mercadoria do e para o capital, que só se realiza com a apropriação do trabalho. O trabalho alienado é a condição de reprodução do capital. Só o trabalho alienado gera capital, então, com o capitalismo, “[...] o trabalhador repudia o trabalho, não se satisfaz, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega” (ANTUNES, 2008, p.145).

A alienação, para Mészáros (2002), ocorre nas mediações de segunda ordem quando as mediações primárias básicas são subordinadas aos interesses do capital, que introduz elementos fetichizados e alienantes do controle social metabólico. Cada uma das formas de alienação de primeira ordem é alterada e subordinada aos imperativos da reprodução do capital. Nesse processo de alienação, o capital degrada o sujeito real da produção, ocorre a separação e a alienação entre o trabalho e os meios de produção, entre aqueles que produzem e aqueles que controlam a produção. Tais condições são necessárias para a reprodução e controle sociometabólico do capital. Sobre essa questão, o autor nos esclarece o seguinte:

A atividade produtiva é, então, atividade alienada quando se afasta de sua função apropriada de mediar humanamente a relação sujeito e objeto, entre homem e natureza, e tende, em vez disso, a levar o indivíduo isolado e reificado a ser reabsorvido pela natureza. Isso pode ocorrer até mesmo em uma fase altamente

¹³ Este momento de ideação é denominado pelo autor de objetivação.

desenvolvida da civilização, se o homem for sujeitado, como diz o jovem Engels, a uma lei natural baseada na inconsciência dos participantes (MÉSZAROS, 2007, p.75).

A alienação se dá sob a forma de trabalho assalariado, na sua condição abstrata que deixa de lado o caráter útil do trabalho, a sua dimensão concreta e resta-lhe apenas o dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. É a dimensão abstrata do trabalho, é o trabalho abstrato, em que desaparecem as diferentes formas de trabalho concreto, que se reduzem a uma única espécie de trabalho, qual seja: o trabalho humano abstrato que produz para o mundo das mercadorias e da valorização do capital (ANTUNES, 2008). Com efeito,

A classe trabalhadora no capitalismo é privada não somente dos bens que produz, mas de todos os objetos e instrumentos necessários para a produção. Somente com a generalização desta relação, salário-trabalho, é que o valor de troca se torna uma expressão consistente, cuja base é o valor de uma mercadoria, expressa na troca como um valor de troca, é a medida do tempo de trabalho socialmente necessário requerido para a produção daquela mercadoria. A força de trabalho como mercadoria não é uma exceção: o salário dos trabalhadores é a medida de tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução de seu trabalho (SMITH, 1984, p.86).

O trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como um objeto estranho, pois a execução do trabalho aparece tanto como uma perversão que o trabalhador se perverte até o ponto de passar fome. A objetificação aparece tanto como uma perda do objeto, que o trabalhador é despojado das coisas mais essenciais, não só da vida, mas também do trabalho. O próprio trabalho transforma-se em um objeto que o sujeito só pode adquirir com tremendo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que, quanto mais objetos o trabalhador produz, menos pode possuir e fica mais dominado pelo seu produto, o capital. (MARX, 2008). Sob o domínio do capital, o trabalhador se desrealiza e não mais se reconhece. Assim,

Sob o comando do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como *sua própria propriedade*. Elas não mais são os pressupostos autoevidentes e socialmente salvaguardados do seu *ser*, nem os pressupostos naturais do seu *eu* como constitutivos da “extensão externa de seu corpo”. Ao contrário, elas agora pertencem a um “ser estranho” reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição material de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. Eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como *consumidores manipulados* de mercadorias. Na verdade, eles se tornam tanto mais cinicamente manipulados – como fictícios “consumidores soberanos” – quanto maior a pressão da taxa decrescente de utilização (MÉSZÁROS, 2011, p. 611).

O trabalhador se relaciona com o *produto de seu trabalho* como com um objeto *estranho*. Pois está claro que, baseado nesta premissa, quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menos ele se pertence a si próprio. Quanto mais de si mesmo o homem atribui a Deus, tanto menos lhe resta. O trabalhador põe a sua vida no objeto. Dessa forma, ela não mais lhe pertence, mas sim ao objeto. Quanto maior for sua atividade, menor será a sua posse. O que está incorporado ao produto de seu trabalho não é mais dele mesmo. Quanto maior for o produto de seu trabalho, mais ele minguará. A *alienação* do trabalhador em seu produto não significa apenas que seu trabalho se converte em objeto, assumindo uma existência *externa*, ainda que exista independentemente *fora dele mesmo*, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil (MARX, 2010).

Ao refletir sobre o trabalho alienado, Marx (2010) verificou que primeiro se aliena a natureza do homem, depois aliena-o de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital, de sua espécie. Ele transforma a vida da espécie em uma forma de vida individual. Em primeiro lugar, ele aliena a vida da espécie e a vida individual, e, posteriormente, transforma a segunda, como uma abstração, em finalidade da primeira, também em sua forma abstrata e alienada. Então, o trabalho alienado converte a vida do homem como membro da espécie, e também como propriedade mental da espécie dele, em uma entidade estranha e em um meio para sua existência individual. E, como consequência de todas as manifestações, aliena o homem de seu próprio corpo, a natureza extrínseca, de sua vida mental e de sua vida humana. Uma consequência direta da alienação do homem em relação ao produto de seu trabalho, à sua atividade vital e à sua vida como membro da espécie, é se tornar alienado dos outros homens. Quando o homem se defronta consigo mesmo, também está se defrontando com os demais.

Bottomore (1998) defende que o homem não apenas se aliena de si mesmo, dos seus próprios produtos, como também se aliena a si próprio da atividade pela qual tais produtos foram criados, da natureza em que vive, e dos outros homens. Todas as formas de alienação representam, em última análise, a mesma coisa, pois são aspectos diferentes, isto é, formas diferentes de alienação, produzidas entre o homem e a sua essência (natureza humana), entre o homem e a sua humanidade.

Quanto mais o homem se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, mais ele se priva dos meios de vida: primeiro, porque o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo,

porque o mundo exterior sensível cessa cada vez mais e deixa de ser meio de vida no sentido imediato, ou seja, meio para a subsistência física do trabalho. Então, o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto. Primeiro, porque ele recebe um objeto do trabalho, isto é, recebe trabalho e, segundo, porque recebe meios de subsistência: inicialmente, para que possa existir como trabalhador e, posteriormente, como sujeito físico (MARX, 2010).

Nesse contexto, o homem se torna alienado da natureza, de si mesmo, da sua espécie e, por fim, de outro homem, pois é somente na forma alienada do trabalho que é possível a acumulação do capital. No sistema capitalista o trabalho se torna uma atividade forçada. A alienação do trabalho ocorre através do trabalho assalariado sob a lógica do dinheiro e do lucro, que levam à sujeição real e total do trabalho ao capital.

A alienação do homem de si próprio no processo de produção o transforma em um animal, uma vez que o trabalhador só se sente como um ser livre e ativo em suas funções animais, como comer, beber e procriar, e, quando muito, em suas funções habitacionais, adornais. Já em suas funções humanas, no entanto, só se sente como um animal. Assim, o animal se torna humano, e o humano se torna animal. Entretanto, comer, beber e procriar são funções tanto humanas como animais, mas, na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana e faz delas finalidades últimas e exclusivas, tornam-se funções animais (MARX, 2010).

Há uma inversão das relações e dos valores, em que as relações humanas surgem enquanto relações entre coisas, e as coisas adquirem relações sociais. O homem deixa de ser sujeito e passa a ser objeto e os objetos passam a ser sujeito no processo de reprodução capitalista. A alienação surge com a ascensão da sociedade de classe, pois as sociedades divididas em classes sociais são fundamentais no trabalho alienado. Isto ocorre devido ao fato de que a atividade vital consciente, a práxis ou trabalho como objetivação, perde seu caráter teleológico e passa a ser apenas um meio para satisfação de outras necessidades (VIANA, 2009).

Marx (2010) analisa o estranhamento do homem no trabalho sob dois aspectos, a saber: primeiro, a relação do trabalhador com o produto do trabalho, enquanto objeto estranho e poderoso sobre ele, dá-se tanto com o objeto produto de seu trabalho como com os objetos da natureza como um mundo alheio; segundo, a relação do trabalho, enquanto ato da produção, dá-se de forma estranha, pois o trabalhador se relaciona com a sua própria atividade como uma atividade estranha, não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a

procriação como castração, pois o que é a vida senão atividade, atividade essa que não pertence ao trabalhador. Enfim, o estranhamento-de-si é superior ao estranhamento da coisa.

A alienação não se dá apenas no estranhamento do produto, mas em todo o processo de produção. É no decorrer da atividade produtiva que o homem se desrealiza na ação do trabalho, produzindo não para as suas necessidades, mas para o capital. Dessa forma, o homem se aliena, não se reconhece em seu trabalho, tampouco no objeto deste. É na labuta diária que o trabalhador é alienado pela ideologia do não-trabalho, como estratégia do capital para explorar o trabalho. O trabalhador, pela ideologia do não-trabalho, não se reconhece como tal.

CAPÍTULO III

A IDEOLOGIA COMO ESTRATAGEMA DO CAPITAL NA EXPLORAÇÃO E NA EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO

[...] a verdade é que em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até a distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica”.

MÉSZÁROS

CAPÍTULO III

A IDEOLOGIA COMO ESTRATAGEMA DO CAPITAL NA EXPLORAÇÃO E NA EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO

No movimento do tempo histórico, a ideologia, concebida como conjunto de ideias que compõem uma visão de mundo e conduzem os homens a tomarem suas decisões, ocupa papel fundamental na sociedade capitalista. É a ideologia que permite assegurar e manter a exploração econômica e a desigualdade social.

O capital não apenas domina os meios de produção, mas também domina as ideias que são garantidoras das contradições sociais e da reprodução capitalista. A ideologia surge nas contradições sociais e as oculta de forma que a realidade apareça em consonância com os interesses da classe dominante. Na concepção marxista, o conceito de ideologia expressa uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais.

Dentro desse contexto, a ideologia tem o poder de esconder as desigualdades que são inerentes ao processo de reprodução capitalista. Mediando a relação capital-trabalho, a classe dominante produz ou se apropria de ideias e/ou representações pelas quais procuram explicar e manter as relações de exploração e subordinação da força de trabalho. Ao camuflar as relações de exploração, a ideologia se apropria das ideias de liberdade e do discurso do não-trabalho. Essas ideias, por sua vez, aparecem como verdadeiras e justas no discurso do trabalhador que não se reconhece no seu processo de trabalho, nem como sujeito produtor de riqueza.

O discurso da autonomia e da liberdade são postos para escamotear as condições degradantes de trabalho, pois, ao se ver livre, o trabalhador não toma consciência da sua condição de pobreza. É na condição de livre que está implícita a miséria e a degradação do trabalhador, que não pode produzir o necessário para a sua existência, mas, contraditoriamente, produz infinitas mercadorias para ampliar o valor do capital.

Na condição de produtor de mercadorias, o trabalhador gera as riquezas para a sociedade capitalista, ordenada pelo dogma do lucro e pelo Deus do dinheiro. Desse modo, o trabalho gera riqueza para o capital e o capital gera pobreza para os trabalhadores. A reprodução e manutenção dessa relação desigual e combinada só pode se efetivar a partir do consumo do

trabalho alienado, do trabalhador separado da riqueza social e separado de sua história enquanto sujeito produtor de riqueza (MENEZES, 2007).

3.1 – O Poder da Ideologia no Desvelar do Tempo Histórico

A palavra ideologia é comumente utilizada para expressar um conjunto de ideias, muitas vezes de forma pejorativa atribuída como algo individual que se materializa na visão de mundo de cada indivíduo, como se nada tivesse a ver com as relações sociais e históricas do homem. O termo ideologia traz consigo um emaranhado de sentidos e significados que foram utilizados em diferentes momentos históricos para atender às necessidades de uma determinada sociedade.

Terry Eagleton (1997), em seu livro *Ideologia: uma introdução*¹⁴, ao realizar uma análise da trajetória histórica da ideologia, conclui que o surgimento do conceito de ideologia não é um mero capítulo na história das ideias, mas, ao contrário, está intimamente relacionado à luta revolucionária, e figura desde o início, como uma arma teórica da guerra de classes.

Com o desenvolvimento da sociedade e as mudanças que ocorreram no modo de produzir e pensar a sociedade, houve um acúmulo de conhecimento sobre a concepção do conceito de ideologia. Trata-se um conceito carregado de significados, que torna muito complexa a sua utilização nas ciências sociais. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições e paradoxos, de arbitrariedades, de ambiguidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna difícil compreendê-lo nesse labirinto de indagações (LOWY, 2010).

Para compreender a sociedade de classe e seu legado de contradições, é necessário entender não apenas o conceito de ideologia, mas refletir sobre sua função histórica, social e política na manutenção das desigualdades e da exploração do trabalho pelo capital. Na leitura marxista, a ideologia é extremamente necessária na sociedade capitalista contemporânea para assegurar e manter as relações de exploração.

¹⁴ EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**; Tradução Silvana Vieira E Luís Carlos. Borges. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997.

Para Marx e Lukács, o termo ideologia está relacionado à ilusão, à distorção e mistificação da realidade. Nessa concepção, ela é concebida como distorção do real para manter as relações de poder, ou seja, a “[...] ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” (CHAUÍ, 2001, p.21).

Desde seu surgimento na França pelo filósofo Destruitt de Tracy como estudo científico das ideias, mas enquanto subcapítulo da zoologia, o termo ideologia tem se relacionado a ideais. Para Tracy, as ideias resultam da relação dos organismos vivos com a natureza. Por essa razão, ele procurou elaborar uma explicação para os fenômenos sensíveis que interferem na formação das ideias, quais sejam: a vontade, a razão, a percepção e a memória.

Em 1812, Napoleão Bonaparte utilizou o termo ideologia como “ideia falsa” ou “ilusão”, num discurso no Conselho de Estado, ao afirmar que seus adversários eram apenas metafísicos, pois o que pensavam não tinha conexão com que estava acontecendo na realidade, na história. Para Napoleão, ideólogos são metafísicos, especuladores da realidade que invertem as relações entre as ideias e o real.

Marx retoma o conceito napoleônico de ideologia, isto é, enquanto ideia falsa, em que o ideólogo é o sujeito que inverte as relações entre as ideias e o real. São as ideias da classe dominante que dominam e estabelecem as relações sociais, que invertem as relações reais. Concepção idealista na qual a realidade é invertida para garantir os interesses da classe dominante em um determinado período histórico. A classe dominante elabora um sistema de representações e ideias que formam a consciência que os homens têm em determinado momento histórico.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) argumentam que as ideias não possuem uma história própria, autônoma com relação à história da sociedade, que é sua base real. Os autores defendem que, nessa formulação, postular a existência de uma história autônoma das ideias é mais uma dimensão da perspectiva idealista. Nesse sentido, atacam a formulação dos idealistas alemães segundo a qual as ideias são a base da sociedade (*ipsis litteris* a tese de que “na história as ideias sempre dominam”). Além disso, os autores destacam que um dos passos do procedimento dos idealistas é o seguinte:

Deve-se colocar uma ordem nessa dominação das ideias, demonstrar uma conexão mística entre as ideias sucessivamente dominantes, o que pode ser levado a efeito concebendo-as como ‘autodeterminações do conceito’ (o que é possível porque essas ideias, por meio de sua base empírica, estão realmente em conexão entre si e porque, concebidas como meras ideias, se tornam auto diferenciações, diferenças estabelecidas pelo pensamento) (Marx e Engels, 2007, p. 50).

Marilena Chauí (2012), em seu livro *O que é Ideologia*, afirma que Marx conservará o significado napoleônico do termo ideologia. Isso porque, para Marx, o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real. Nesse caso, a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das ideias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, daí por diante um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação real com a realidade. Quem volta a empregar o termo com o sentido próximo aos dos ideólogos franceses é o filósofo Auguste Comte, que, por seu turno, apresenta dois significados para o termo. Para esse autor, a ideologia é, por um lado, a atividade filosófico-científica que estuda a formação das ideias a partir da observação das relações entre o homem e o meio ambiente; por outro, ela é concebida como o conjunto de ideias de uma época.

O autor Leandro Konder (2002), em seu livro *A Questão da Ideologia*, faz uma análise de vários pensadores de diversas áreas das ciências sociais sobre a questão da ideologia, e afirma que é recorrente, no pensamento contemporâneo, a relação entre conhecimento e ideologia, e a ideia de que o conhecimento está sujeito às distorções sob a pressão deformadora da ideologia. Ainda que os indivíduos lutem contra essa visão distorcida e ilusória do mundo, lutariam para buscar e afirmar suas verdades como seres sociais atuantes. Ele afirma ainda que a questão da ideologia é decisiva para os problemas humanos, mas que a resolução desses problemas¹⁵ compete à práxis, dependendo de cada época e do seu contexto social.

Ainda segundo Konder (2002), embora, em última análise, a solução de problemas teóricos cruciais dependa da ação prática, convém fazer a ressalva de que a ação prática capaz de resolver esses problemas precisa, ela mesma, da teoria. Quer dizer: precisa de uma teoria melhor, mais abrangente e mais rigorosa do que aquela que tem tido. Essa conclusão não implica menosprezo algum pelo trabalho dos teóricos que se empenharam em decifrar enigmas dos períodos anteriores ao nosso. Ao contrário, o avanço no trabalho teórico a ser empreendido agora pressupõe o exame rigoroso – e por isso mesmo respeitoso – do que já foi feito no plano da teoria.

¹⁵ Enfatiza o autor: embora, em última análise, a solução de problemas teóricos cruciais dependa da ação prática, convém fazer a ressalva de que a ação prática capaz de resolver esses problemas precisa, ela mesma, da teoria. Quer dizer: precisa de uma teoria melhor, mais abrangente e mais rigorosa do que aquela que tem tido. Essa conclusão não implica menosprezo algum pelo trabalho dos teóricos que se empenharam em decifrar enigmas dos períodos anteriores ao nosso. Ao contrário, o avanço no trabalho teórico a ser empreendido agora pressupõe o exame rigoroso – e por isso mesmo respeitoso – do que já foi feito no plano da teoria (Konder, 2002).

Segundo Terry Eagleton (1997), nenhum teórico conseguiu ainda propor uma única definição de ideologia. O referido autor define texto como tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais, que é traçada por divergentes histórias. Para mostrar essa variedade de significados, o autor elenca algumas definições de ideologia, são elas:

- a) processo de produção de significados, signos e valores da vida social;
- b) um corpo de ideias características de um determinado grupo ou classe social;
- c) ideias que ajudam a legitimar um poder político determinante;
- d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político determinante;
- e) comunicação sistemática distorcida;
- f) aquilo que confere certa oposição a um sujeito;
- g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- h) pensamento de identidade;
- i) ilusão socialmente necessária;
- j) a conjuntura de discurso e poder;
- k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- l) conjunto de crenças orientadas para a ação;
- m) confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
- n) oclusão semiótica;
- o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
- p) processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

O autor ainda faz uma reflexão crítica dessa diversidade de significados e afirma que é possível definir a palavra ideologia em seis sentidos. Primeiro, como processo material geral de produção de ideias, crenças e valores da vida social. Esse é um conceito mais geral que engloba um significado mais amplo do termo cultura; segundo, diz respeito às ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específicos, socialmente significativos. O termo ideologia se aproxima da ideia de visão de mundo; o terceiro sentido refere-se à promoção e legitimação de interesses de determinados grupos sociais em face de interesses opostos. A quarta definição enfatiza a promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo-a, porém, às atividades de um poder social determinante; o quinto conceito de ideologia refere-se às ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante, sobretudo, a disposição e a dissimulação; já no sexto significado, a ênfase recai sobre as crenças falsas ou ilusórias,

considerando-as, porém, oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo. Desse modo, o autor conclui que a ideologia deve ser vista como relações vivenciadas e não como representações empíricas. Nesse sentido, ele afirma o seguinte:

Uma transformação de nossas relações vivenciadas com a realidade só poderia ser assegurada mediante uma mudança material dessa mesma realidade. Portanto, negar que a ideologia seja principalmente uma questão de representações empíricas correspondente a uma teoria materialista de como ela opera e de como poderia ser alterada (EAGLETON, 1997, p.40).

Chauí (2012) enfatiza que os homens criam ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social e suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Nas sociedades capitalistas, que são divididas em classes sociais, em que uma classe explora e domina as demais, essas explicações ou ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político.

Segundo Eagleton (1997, p.31),

A ideologia é um conjunto de pontos de vista que eu por acaso defendo, esse “acaso”, porém, é de algum modo, mais do que apenas fortuito, como provavelmente não o é minha preferência quanto a repartir meu cabelo no meio. Com bastante frequência parece ser uma miscelânea de refrões ou provérbios impessoais, desprovidos de tema; no entanto, esses chavões batidos estão profundamente entrelaçados com as raízes de identidade pessoal que nos impele, de tempos em tempos, ao assassinato ou à tortura. Na esfera da ideologia, o particular concreto e a verdade universal deslizam sem parar para dentro e para fora um do outro, evitando a mediação da análise racional.

A ideologia é o meio pelo qual as ideias da classe dominante¹⁶ parecem reais à classe trabalhadora, quando na verdade as ideias lhes são impostas para escamotear as relações de dominação, ou seja, trata-se de uma falsa consciência posta como natural e imutável, embora não seja, mas é necessária a imposição dessa falsa consciência do mundo material, pois só assim o trabalhador não consegue se libertar das suas condições materiais de vida, pois não tem consciência real de sua exploração e subordinação ao sistema capitalista. Segundo Marx, ideologia é uma falsa consciência, consciência do mundo material, tal como uma imagem distorcida.

¹⁶ Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, p. 42) asseveram “[...] que as condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser utilizadas são as condições de dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social, derivado de sua riqueza, tem uma expressão prático-idealista na forma de Estado existente em cada caso; essa é a razão pela qual toda luta revolucionária dirige-se contra uma força, uma classe que até então dominou”.

Nesse sentido, não é apenas uma ideia falsa do real, mas a negação real das relações que são impostas ao indivíduo como realidade material. Para Chauí (2012, p.37) “[...] o real é histórico. Ele não tem história, nem está na história, mas é história”. Não é apenas um conhecimento falso do mundo, mas a leitura da história a partir das determinantes do capital que implica em uma visão de mundo a partir dos valores da classe dominante. Os discursos ideológicos¹⁷ são criados com o objetivo de manter a reprodução desigual e combinada do capital, concebidas como relações de exploração e subordinação dos dominados.

A ideologia é um instrumento utilizado pela classe dominante com o objetivo de ocultar as diferenças sociais. Nessa perspectiva, a ideologia deve transformar as ideias particulares da classe dominante em ideias universais, válidas igualmente para toda a sociedade. E ainda tem o papel de impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concreta. De acordo com Chauí (2012, p. 112-113), “[...] é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem”.

Aceita-se sem questionamentos as ideias, costumes e hábitos da classe dominante, que nos apresentam como verdades. O discurso ideológico penetra todas as classes sociais posto como verdades, com o objetivo de persuadir de forma que se pense que a escolha é livre ao indivíduo. O que se consome no capital dispõe no mercado para ser consumido, seja uma roupa, uma comida ou até mesmo o lazer, mas se tem a ideia de que se escolhe o que consumir, quando na verdade se consome o que está disponível com todas as cargas ideológicas impostas pelo capital.

Essas ideias ou representações se apresentam como verdades que tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia, e é por meio dela que os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas, também é um aspecto fundamental da existência histórica dos homens. É a ação pela qual os homens podem reproduzir as relações sociais existentes ou transformá-las, seja de maneira radical via revolução, ou seja, de maneira parcial via reformas. Desse modo, uma ideologia não possui um

¹⁷ O discurso é a combinação de palavras que, de acordo com Bakhtin, mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Nesse sentido, os discursos estão presentes em todas as esferas da sociedade para reproduzirem as ideias e os ideais da classe dominante, sendo inquestionável a sua análise.

poder absoluto que não possa ser quebrado e destruído. Quando uma classe social¹⁸ compreende sua própria realidade, pode organizar-se para quebrar uma ideologia e transformar a sociedade (CHAUÍ, 2012).

Sendo assim, a ideologia é uma ilusão necessária à dominação de classe sob a outra. A ilusão aqui é entendida não como ficção, fantasia, erro ou falsidade, mas como abstração e inversão da realidade. Se fosse diferente, teríamos a compreensão de que há ideologias falsas e verdadeiras. No entanto, “[...] a aparência social não é algo falso e errado, mas é o modo como o processo social aparece para a consciência direta dos homens” (CHAUÍ, 2012, p.113).

Na sociedade capitalista ocidental, tudo está “impregnado de ideologia”. Quer percebamos ou não, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionar, um determinado conjunto de valores ao qual poderia opor uma oposição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos (MÉSZÁROS, 2004).

Assevera Mézáros (2004) que a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Sendo assim, o autor afirma que a ideologia não pode ser superada nas sociedades de classe, pois sua persistência se dá, justamente, por ela ser construída e constantemente reconstruída como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos, mas não independentes, que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. E ainda,

A ideologia como forma específica de consciência social, é inseparável das sociedades de classe. Ela se constitui como consciência prática inseparável de tais sociedades, vinculada à articulação dos conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais, que se revelam ao longo da história

¹⁸ A autora assim define: As classe sociais não são coisas nem ideias, mas são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instauram formas determinadas da propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão e aquelas formas por meio das instituições sociais e políticas, representam para si mesmos o significado dessas instituições através de sistemas determinados de ideias que exprimem e escondem o significado real de suas relações. As classes sociais são o fazer-se classe dos indivíduos em suas atividades econômica, políticas e culturais (CHAUÍ, 2012,p.61)

e que se entrelaçam de modo conflitante, encontram suas manifestações no plano da consciência social na grande diversidade do discurso ideológico, relativamente autônomo (mas, de forma nenhuma, independente), com seu impacto poderoso mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2008, p.9).

Conforme Mézáros (2008), seria ilusório tentar limitar a explicação de ideologia ao rótulo de falsa consciência, pois o que define a ideologia como ideologia não é seu alegado desafio à razão, nem sua divergência em relação às normas preconcebidas de um discurso científico imaginário, mas sua situação real em determinado tipo de sociedade, sua dimensão histórica cujo objetivo exclusivo é manter os privilégios da classe dominante.

Na leitura de Eagleton (1997), a ideologia não é uma ilusão infundada, mas uma sólida realidade, uma força material ativa que deve ter, pelo menos, suficiente conteúdo cognitivo para ajudar a organizar a vida prática dos seres humanos. Não consiste basicamente em um conjunto de proposições sobre o mundo; e muitas das proposições que ela de fato apresenta são realmente verdadeiras. Nada disso, porém, precisa ser negado por aqueles que sustentam que a ideologia com frequência, ou tipicamente, envolve falsidade, distorção e mistificação. Ainda que a ideologia seja, em grande parte, uma questão de “relações vivenciadas”, essas relações, pelo menos em certas condições sociais, muitas vezes incluíram, ao que parece, afirmações e crenças inverídicas.

Lukács (2013), em sua obra *Para uma Antologia do Ser Social I*, afirma que o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classe. O autor afirma ainda que, no processo histórico-social do ser, as ideologias surgem como estruturas sociais, nas quais grupos distintos e interesses antagônicos atuam e almejam impor esses interesses à sociedade como um todo, como seu interesse geral. Entretanto, esses interesses só podem se tornar um motor da práxis social quando os homens vivenciarem esses interesses como seus próprios e tentarem impô-los dentro das suas relações sociais. Ou seja, as ideologias têm que parecer intrínsecas ao ser e não exteriores a ele e ao seu grupo social. Sobre essa questão, o autor ainda afirma o seguinte:

O sentido concreto de ideologia, portanto, é mais amplo do que o do conceito estrito de ideologia. Ele significa apenas – de modo aparentemente tautológico – que, no âmbito do ser social, nada pode ocorrer cujo nascimento não seja decisivamente determinado por esse mesmo ser social. A simples facticidade se refere à cada tipo de ser, à cada objeto, na medida em que ele pertence à esfera do ser, de modo algum excluindo, portanto, no caso do homem enquanto ser vivo, a determinidade biológica, a saber, naquelas manifestações vitais, que possuem uma constituição essencialmente biológica. Porém, como vimos, é uma lei do desenvolvimento social que tais determinações jamais possam desaparecer totalmente, mas que elas se tornem cada vez mais decididamente como determinado de modo predominantemente social.

Assim sendo, não há, desde a alimentação e a sexualidade até a exteriorização mais abstrata de uma ideia, nenhum componente do ser social cujo ser-propriadamente-assim concreto não seja essencialmente codeterminado pelas circunstâncias sociais de seu nascimento. É isso e só isso que significa a mais determinação geral da ideologia (LUKÁCS, 2013, p. 468-469).

Concordando, Chauí (2012) afirma que, a partir de uma leitura do materialismo histórico, não é possível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra e também umas das formas da luta de classes. A ideologia é um meio de dominação, em que uma classe domina a outra. Além disso, ela faz com que a dominação não seja percebida pelos dominados, força quase impossível de remover e se deve a alguns aspectos, são eles:

1) o que torna a ideologia possível e quase impossível de remover da sociedade de classes é a suposição de que as ideias existem em si e por si mesmas desde toda a eternidade, é a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, em que o trabalhador é aquele que se destina a realizar o trabalho material, ou seja, é aquele que não pensa, e quem pensa não trabalha;

2) o que torna objetivamente possível a ideologia é o fenômeno da alienação, por meio do qual os homens não se veem no processo de produção, tampouco na coisa produzida, em que as condições reais de sua existência social não aparecem como produzidas por eles, mas atribuem a sua existência a forças alheias e independentes como deuses e forças da natureza, as ideias da realidade. Desse modo, a ideologia será mantida, enquanto as ideias aparecerem invertidas, não permitindo o conhecimento real;

3) o que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. Seu objetivo é fazer com que os homens creiam que as suas condições de vida são assim porque forças alheias assim quiseram, ocultando a ação dos dominantes que aparece como ideias verdadeiras que surgiram de forças da natureza e não foram feitas por ninguém, ideias autônomas que representam realidades autônomas.

Esses aspectos garantem que a ideologia não perderá a sua função nem sua existência, enquanto existir sociedade de classe, pois é seu o principal instrumento de dominação. Contraditoriamente, a ideologia separa e une as classes. Dialeticamente, ela se perpetua de forma desigual e combinada, camuflando a realidade da divisão social em classes econômicas. Nesse sentido, Lukács (2012) argumenta que a ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. No

entanto, o surgimento e a disseminação de ideologias dizem respeito aos interesses de homens singulares que os impõem aos demais homens da sociedade.

Mészáros (2008) afirma que, para o entendimento do que é ideologia e sua natureza, é preciso primeiro que reconheçamos a sua persistência em diversas formações sociais ao longo do tempo histórico; segundo, em quais parâmetros socioeconômicos concretos pode-se conceituar a emergência histórica e o funcionamento da ideologia; em seguida, tenhamos sempre em mente como funciona o discurso ideológico e de quais instrumentos sociais ele se utiliza para tornar exequível seu impacto; e, por fim, temos que identificar que tipo de racionalidade é operante na ideologia, para podermos, de uma lado, resolver as dicotomias, e, do outro, explicarmos tanto as potencialidades quanto as limitações das formas ideológicas de consciência social.

A ideologia pode significar crenças ilusórias ou socialmente desvinculadas que se veem como o fundamento da história que distrai homens e mulheres de suas reais condições sociais, e ainda são determinantes sociais de suas ideias, cujo objetivo é sustentar um poder opressivo político. Além disso, a ideologia pode designar as ideias que expressam os interesses materiais da classe social dominante e que são úteis na promoção de seu domínio (EAGLETON, 1997).

A ideologia é entendida como um conjunto de ideias e valores que garantem a dominação social, mas essas ideias são originadas no e para o ser social, e podem ser representadas como tradições religiosas ou culturais que têm como função explicar o real como natural ao ser, como concepções ou visões falsas de mundo, ou como discursos que distorcem a realidade para convencerem o indivíduo a aceitar sua condição social, pois, só assim, é possível explorar a sua força de trabalho.

3.2 – A Ideologia como Mediadora da Relação Capital-Trabalho

A ideologia dominante medeia todas as relações sociais. É ela que determina os valores, o modo, o como e o para quem produzir. A ideologia é mediadora da relação capital-trabalho com a função de afirmar e garantir os interesses do capital no sentido de explorar a força de trabalho para garantir seu processo de reprodução. É necessário que o trabalhador aceite as condições que lhe são impostas, que não perceba a sua condição de subordinação e exploração, e não se oponha ao sistema.

Se o trabalhador se percebesse no real, isto é, na condição de explorado, ele se perceberia como capaz de superar essa condição através da luta de classe. Isso seria a emancipação e a destruição da sociedade capitalista, pois ao destruir o capital se extermina o trabalho assalariado, um não existe sem o outro. Então, ao trabalhador são impostos valores e ideias que não lhe permitam se ver no processo de produção, e ainda não se reconhecer no produto de seu trabalho.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes. Ou seja, a classe que detém a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que é a força material dominante controla e impõe as ideias para a sociedade, uma vez que as ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007).

A ideologia é um conjunto de ideias e representações que contribuem para a reprodução e a manutenção da sociedade capitalista, no sentido de criar a cada tempo histórico seus fetiches e mitos que alienam e ocultam as relações de exploração. O capitalismo aliena os indivíduos com o objetivo de manter seu ciclo reprodutivo. Marx assevera que a classe trabalhadora era impulsionada a se compreender como classe, por outras classes que tinham interesses econômicos, políticos e sociais antagônicos, ou seja, era-lhe imposta uma falsa consciência subentendida como natural, ocultando, assim, uma consciência real. O papel da ideologia mascara a relação social que se estabelece entre capital-trabalho no sentido de reproduzir o discurso da classe dominante como natural. Nesse sentido, a ideologia é concebida como ideias e verdades que são apropriadas pela sociedade como se fossem naturais.

Eagleton (1997) define a ideologia dominante como a ideologia de um bloco social dominante, que é formado de classes e facções cujos interesses nem sempre estão de acordo, e essas concessões e divisões irão refletir na própria ideologia. Ele afirma também que parte do poder da ideologia burguesa está no fato de ela falar a partir de uma multiplicidade de situações, e por ser assim sutilmente difusa não oferece nenhum alvo isolado a seus antagonistas. Dessa maneira, as ideologias oposicionistas geralmente refletem uma aliança provisória entre diversas forças radicais.

O discurso ideológico domina as sociedades capitalistas a tal ponto que pensamos que fomos nós que tivemos as ideias, sem termos a mais leve suspeita que, com a determinação de todos os valores, fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de

valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. Mészáros (2004, p.58) afirma que “[...] o próprio ato de penetrar na estrutura do discurso ideológico dominante inevitavelmente apresenta as seguintes determinações racionais pré-estabelecidas: a) quanto (ou quão pouco) nos é permitido questionar; b) de que ponto de vista; e c) com que finalidade”.

O capitalismo cria os fetiches que atendem às necessidades e exigências do seu tempo histórico, e, quando as palavras com o desvelar do tempo ganham novos significados e ressignificações, surgem novos fetiches que superam os conflitos pré-estabelecidos e criam novos discursos para camuflar a realidade com a imposição da falsa consciência do real, garantindo, assim, a reprodução capitalista. É o movimento da história que se dá na superação das contradições. Nesse sentido,

A história não é uma sucessão de fatos no tempo, não é progresso das ideias, mas o modo como homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural (CHAUI, 2012, p.23).

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada geração explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado, continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior (MARX; ENGELS, 2007). No movimento da história as relações de produção são modificadas para atender às necessidades daquele determinado tempo histórico e suas ideias. O pensar da realidade material também passa por uma mudança epistemológica, pois aquele pensar não domina mais a reprodução capitalista.

A cada fase da história a classe dominante tem que determinar as ideias que serão dominantes para aquela época. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, a consciência e, por isso, pensam na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica. Nesse caso, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo. Como consequência disso, suas ideias tornam-se as dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2007).

A esse respeito, Mészáros (2008) enfatiza que o poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas também porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à preponderância da mistificação. Por meio desta, os receptores potencias podem ser induzidos a endossar, consensualmente, valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais. As ideologias de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária, através da qual as mais importantes classes da sociedade se relacionam e, de certa forma, confrontam-se quando associam sua visão de mundo à ordem social vigente.

O fenômeno da ideologia corresponde a uma necessidade social concreta. Em cada momento histórico, as sociedades precisam ordenar as relações de produção de acordo com os parâmetros compatíveis com a sua reprodução. E, para cumprir essa função social, as ideias são transformadas em ideologias a partir de uma visão de mundo que venha atender às necessidades de produção daquele momento histórico. Sendo assim, todas as formas de ideação, toda a reprodução do espírito humano, podem ser utilizadas como ideologia em determinados momentos históricos (LESSA, 2012).

As ideias dominam a história, sendo assim, as ideias mediam todas as relações sociais no sentido de manter e garantir a reprodução capitalista que está em constante movimento. As diferentes formas de organização e divisão do trabalho só são possíveis porque os indivíduos dominantes criam as ideias e as impõem às demais classes como sendo verdades. A realidade material é imposta como condição, uma condição de vida que mascara as reais relações que se estabelecem entre as várias classes.

O papel da ideologia na relação capital-trabalho é o de ajustar os interesses das diferentes classes no sentido de garantir o poder da ideologia dominante, ou seja, o poder do capital que só é possível com a intervenção das ideologias. Não basta ter o poder material, faz-se necessário ter o poder das ideias para poder controlar e dominar a sociedade de classe. Segundo Mészáros (2008, p.7), esse “[...] é o papel específico da ideologia nesse processo de ajustamento estruturais, pois a reprodução bem-sucedida das condições de dominação não pode ocorrer sem a intervenção ativa de fatores ideológicos poderosos, do lado da manutenção da ordem vigente”.

Para Marx e Engels (2007) a produção de ideias, de representações, da consciência, está desde o princípio entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida material, pois o comportamento material expressa o pensar

e o representar dos homens no seu intercâmbio material e espiritual com a natureza. Os homens são os produtores de suas ideias e representações, mas são as condições de sua classe que lhes permitem apropriar-se e legitimar essas ideias como verdades, pois

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência (...) não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente (...), e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta de seu processo histórico de vida, da mesma forma, como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (MARX; ENGELS, 2007, p.94)

Em cada fase do desenvolvimento do capital modificam-se as relações de produção. O que possibilita e mantém essa mudança são as ideias. Em cada momento da história, são criados fetiches ideológicos que são impostos à sociedade como a única possibilidade de desenvolvimento e crescimento, que são postos como reais com tanta força que se tornam verdades, e conforma o indivíduo em sua posição social. Este, por sua vez, aceita tal imposição como normal. É a ideologia que possibilita o capital explorar e degradar a força de trabalho humana, que camufla as contradições e as desigualdades sociais. Desse modo, o homem produz, mas não se reconhece no processo de produção nem no produto de seu trabalho.

Só tem sentido a ideologia quando expressa de forma consciente ou inconsciente um mascaramento do real, quando a relação tem como objetivo tirar proveito do fato de causar prejuízo a outrem, e esse proveito tem de ser estranho à relação: o sujeito não pode se ver dentro dessa relação social. Essa é a síntese da relação capitalista, em que o que lhe interessa é a exploração. Todas as outras relações só valem se puderem subordiná-las para tirarem o máximo de proveito, se puderem extrair a sua riqueza material, pois a expressão material desse proveito é o dinheiro, o representante dos valores de todas as coisas, pessoas e relações sociais (MARX; ENGELS, 2007).

Nesse sentido, o mascaramento das relações tem seu cerne no processo de desnaturalização do trabalho, quando esse perde seu valor de uso e adquire valor de troca, passando a ser mercadoria, e, como toda mercadoria, passando a ter um preço, um valor que é determinado não pelo uso, mas pelo dinheiro. Essa relação só tem sentido se o trabalhador não se ver nessa relação como explorado, mas sim como uma mercadoria que precisa ser vendida para adquirir outras mercadorias que atendam às suas necessidades. Essas também são mascaradas e impostas pelo capital.

A ideologia burguesa vai naturalizar a realidade social. O indivíduo aceita ser explorado como algo normal, intrínseco à sua condição social. Ela irá produzir ideias que levem os homens a acreditarem que através do seu trabalho poderão enriquecer, que só conseguirão ascensão social aqueles que trabalham, e ainda que todos podem e têm as mesmas oportunidades. Além disso, ela faz com que os homens creiam que seu trabalho tem um valor inferior. Sendo assim, eles não têm outra alternativa a não ser vender a força de trabalho para produzir mercadorias que lhes são estranhas. Toda a relação de produção é mediada por ideologias que camuflam o valor do trabalho, e aliena o trabalhador a ponto de não se reconhecer no processo de produção, tampouco no produto, isto é, na mercadoria.

Conforme Chauí (2012), a ideologia irá produzir ideias que confirmem essa alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens creiam que são desiguais por desejo próprio. Dessa forma, cria-se a falsa ideia de que aqueles que honestamente trabalham enriquecem; os preguiçosos, por seu turno, empobrecem. Ou então faz com que creiam que são desiguais por natureza, mas que a vida social, permitindo a todos o direito de trabalhar, dá-lhes chances iguais de melhorarem suas condições, ocultando, assim, que os que trabalham não são senhores de seu trabalho e que, portanto, suas chances de melhorar não dependem deles, mas de quem possui os meios e as condições do trabalho.

Mészáros (2008) analisa os meios e as condições de trabalho como meios alienados de produção e suas personificações, o dinheiro, a produção para troca e o mercado que compõem as mediações de segunda ordem, sobrepõem-se as atividades produtivas que são essenciais para a reprodução dos indivíduos sociais que estão na mediação de primeira ordem. Apenas um exame crítico radical desse sistema de mediações de segunda ordem historicamente específico poderia mostrar uma saída de seu labirinto conceitual fetichista. No entanto, ao contrário, a aceitação sem crítica deste sistema historicamente contingente, mas efetivamente poderoso, horizonte reprodutivo absoluto da vida humana em geral, torna impossível a compreensão da natureza real da mediação, pois as mediações prevalecentes de segunda ordem anulam a devida consciência das relações primárias de mediação e se apresentam eternamente. Elas produzem realmente uma *inversão* completa da verdadeira relação, resultando na degradação da primeira ordem que é usurpada pelas mediações alienadas de segunda ordem, trazendo consequências potencialmente mais perigosas para a sobrevivência humana.

3.3 - Trabalho e Liberdade: A Alienação do Trabalho pela Ideologia do Não-Trabalho

Como já afirmamos anteriormente, na leitura marxista, trabalho é o processo de que participam homem e natureza. O ser humano com sua própria ação transforma a natureza para atender às suas necessidades, e ainda regula e controla seu intercâmbio com a natureza. Diferente dos outros animais, o intercâmbio é regulado e controlado. O homem, para realizar trabalho, põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, inclusive, e principalmente, as ideias, imprimindo-lhes forma útil à vida humana, pois, ao modificar a natureza externa, modifica a sua própria.

O homem se diferencia dos demais animais por muitas características, mas a primeira, determinante, é a capacidade de trabalho. O trabalho é o centro das condições de vida e consciência humana. Enquanto os outros animais apenas recolhem o que encontram na natureza, o homem, ao produzir as condições de sua existência, a transforma. E é justamente essa capacidade de realizar trabalho, mediante relação homem-natureza, que faz com que o homem seja um ser histórico. Desse modo, cada geração recebe condições de vida e as transmite para as gerações futuras, mas sempre modificadas. O trabalho tem o potencial de transformar a realidade, no entanto, mesmo com esse poder, o homem foge do trabalho, pois não se reconhece no que faz, no que produz e muito menos no mundo que transforma, já que se trata do trabalho alienado (SADER, 1998).

A alienação não se dá apenas pelo estranhamento do produto, mas em todo o processo de produção. É no decorrer da atividade produtiva que o homem se desrealiza na ação do trabalho, produzindo não para suas necessidades, mas para o capital. É na labuta diária que o trabalhador é alienado pela ideologia do não-trabalho como estratégia do capital para explorar o trabalho: o trabalhador, pela ideologia do não-trabalho, não se reconhece como tal.

O discurso do não-trabalho é imposto para assegurar a exploração e o controle de todo o ciclo do e para o capital. Nesse sentido, a ideologia, para Althusser, conforme citado por Bottomore (1998), tem a função de assegurar a dominação de uma classe e controlar as forças produtivas. É através da ideologia que o sistema capitalista consegue a subordinação do trabalho e do trabalhador à lógica do lucro e do dinheiro. O não-trabalho permite que o trabalhador viva a ilusão da liberdade e da autonomia de si e para si, pois o trabalhador não tem patrão, nem horas a cumprir, não tem o seu dono, então não tem trabalho, não é trabalho já que só se realiza sob a sua única e inteira vontade.

Segundo o Art. 5º da Constituição Federal do Brasil (1988), todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. É papel da ideologia transformar as ideias da classe dominante em ideias dominantes¹⁹, pois quem domina são as ideias da classe dominante, que são consideradas verdadeiras e convertidas no senso comum através de seus instrumentos de distribuição, como a igreja, a educação e a mídia, que contribuem para a legitimação das ideias da classe dominante (CHAUI, 2012).

No entanto, não é a origem das ideias que fazem delas um discurso ideológico, mas essas ideias são difundidas como verdades com o propósito de tirar proveito de uma determinada situação ou relação, pois nem todas as ideias se originam na classe dominante e nem todas as ideias da classe dominante são dominantes. Uma classe pode apodera-se de ideias que germinaram em outra classe ou em outro lugar e utilizá-las para seus propósitos. Muitas ideias, por exemplo, surgiram na classe oprimida e foram apropriadas pela classe dominante (EAGLENTON, 1997).

Para Chauí (2012), as ideias são produzidas em três momentos fundamentais: primeiro, no pensamento dos pensadores de uma classe em ascensão, essas ideias aparecerão como se representasse os interesses de toda a sociedade e não apenas dos dominantes; segundo, essas ideias serão distribuídas, ou seja, se tornarão comum à sociedade, e todos deverão aceitá-las como valores e verdades da sociedade, independentemente da classe; e por fim, depois que as ideias são interiorizadas como senso comum, a ideologia mantém-se para defender seus interesses, e caso sejam negados, seus valores permanecem como verdades. Além disso,

[...] mesmo que a classe dominante seja percebida como tal pelos dominados, mesmo que estes percebam que tais interesses que são exclusivamente dela, essa percepção não afeta a aceitação das ideias e valores dos dominantes, pois a tarefa da ideologia consiste justamente em separar os indivíduos dominantes e as ideias dominantes, fazendo com que apareçam independentes uns dos outros (EAGLENTON, 1997, p. 118).

A questão é como as ideias são estrategicamente usadas para camuflar uma realidade de exploração e precarização da força de trabalho com o objetivo de garantir o ciclo reprodutivo do capital. Nesse contexto, surgem várias ideologias que sustentam a reprodução predatória do capital sem que se tenham conflitos, pois a realidade é naturalizada e explicada pelo fetiche do

¹⁹ Para Eaglenton (1997, p. 51), a “[...] ideologia dominante é tipicamente a ideologia de um bloco social dominante, formado de classes e facções cujos interesses nem sempre estão de acordo, e essas concessões e divisões irão refletir na própria ideologia”.

não-trabalho. Se não tem trabalho, não tem capital, não tem senhor, logo, não tem exploração, é uma atividade livre de realização das necessidades humana.

É a desrealização do ser social, que, ao desenvolver um trabalho, desefetiva-se em seu processo de trabalho. É o estranhamento do trabalhador frente ao objeto que produziu e ao próprio ato de realização do trabalho. Isso quer dizer que o trabalhador, no sistema capitalista, desrealiza-se na realização do trabalho: ele não se satisfaz no trabalho, mas se degrada, não se reconhece, mas se nega (MARX, 2004). Nesse sentido, a alienação se dá na negação do próprio trabalho: nega-se a atividade, o ato de produzir. Com efeito, o trabalhador não reconhece a atividade realizada como trabalho.

O fetiche do não-trabalho funciona como estratégia do capital para explorar de forma perversa o trabalhador. É forte e destruidor o discurso do não-trabalho que tem como sustentáculo os fetiches da informalidade, da autonomia e da liberdade que escamoteiam a degradação do trabalho humano. É a forma mais perversa de exploração. O não-trabalho aliena, degrada, precariza e escraviza o trabalhador, e cada vez mais desumaniza o ser social. O trabalhador vive uma ilusão constante de liberdade, que cega e aliena, como se ele pudesse escolher, como se fosse ele quem escolheu a informalidade, quando na realidade essa foi a condição imposta. O trabalhador não é livre para escolher, ele não tem escolha, há uma falsa liberdade que lhe é imposta, pois é necessário ser livre para ser ainda mais explorado.

A liberdade é muito mais que a mera liberdade individual, na qual o indivíduo ficou “livre” de alguma regra ou padrão social que é legitimado pelo poder jurídico e político. Não se limita apenas à afirmação individual por conta de uma ruptura ou desligamento com o coletivo. A realização da liberdade humana significa a superação das contradições que media todas as relações de reprodução do ser, até mesmo a necessidade, pois a liberdade apenas existe em intrínseca relação à esfera da necessidade (LUKÁCS, 2013).

Marx (2004) analisa a liberdade no sentido de estar livre para exercer as capacidades que são essenciais para a sobrevivência humana, isto é, a liberdade para satisfazer as necessidades naturais do ser humano. Então, a satisfação das necessidades humanas é a realização da liberdade humana. No entanto, na sociedade capitalista, as necessidades são impostas, a relação natural do homem com a natureza se complexifica em múltiplas relações que são determinadas não pela necessidade natural, mas pelo lucro. E o discurso da liberdade é posto como garantia da realização plena do trabalho livre. Em síntese,

[...] o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer às necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. E aumentam as necessidades, mas ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade (MARX, 1974, p.42).

Nesse sentido, o trabalhador está livre dos padrões de organização do trabalho formal, mas preso pela necessidade da sobrevivência que submete o trabalhador às situações mais diversas de exploração. Mészáros (2016) afirma que o ser humano como parte da natureza precisa trabalhar para não morrer e, conseqüentemente, nesse tocante, ele está sob o domínio da necessidade. Sendo assim, a liberdade humana não pode ser realizada dando as costas para as realidades dessa situação. O trabalho é imposto ao ser humano pela necessidade natural enquanto condição fundamental de sobrevivência e do próprio desenvolvimento do ser. Este, por sua vez, é livre para realizar atividades que satisfaçam às suas necessidades. O limite da liberdade está na necessidade, e o trabalho é mediador dessa relação. Dessa forma,

[...] liberdade e necessidade, enquanto se contrapõem abstratamente uma à outra, pertencem somente à finitude e só valem no terreno desta. Uma liberdade que não tenha em si necessidade alguma e uma simples necessidade sem liberdade são determinações abstratas e, por isso, não verdadeiras. A liberdade é essencialmente concreta, determinada em si de maneira eterna e, portanto, ao mesmo tempo necessária. Quando se fala de necessidade, costuma-se entender sob esse termo, antes de tudo, só determinação vinda de fora; como, por exemplo, na mecânica finita, um corpo só se move quando é impelido por outro corpo e certamente na direção que lhe foi transmitida por esse choque. No entanto, isso é uma necessidade simplesmente exterior; não a necessidade verdadeiramente interior, pois essa é a liberdade (HEGEL *apud* LUKÁCS, 2013, p.144).

Segundo Marx (1991) não há liberdade absoluta, há uma relação entre necessidade e liberdade, pois seja qual for o modo de produção, o ser social encontra a necessidade posta como determinante de sua existência. Sendo assim, o ser humano é livre para realizar suas atividades vitais, que são essenciais à sua sobrevivência. Com o avanço das atividades capitalistas, essa liberdade pela necessidade é explorada pelo capital, que impõe condições subumanas de trabalho para garantir seu ciclo de reprodução.

A liberdade, assim, deve ser reconhecida e definida como necessidade, enquanto movimento livre da matéria, ou seja, a realização do trabalho. A imediata realização está

submetida a múltiplas mediações, e com frequência mediações heterogêneas. Por outro lado, verifica-se que a figura da liberdade não é mais simplesmente a natureza, mas, na maior parte das vezes o metabolismo da sociedade com a natureza ou até mesmo o processo do próprio ser social (LUKÁCS, 2013).

O homem deve ser pensado e analisado a partir de suas necessidades e poderes que estão sujeitos a constantes modificações que acompanham o próprio desenvolvimento do tempo histórico. Sendo assim, nada é fixo, a não ser sua determinação como ser natural, um ser impregnado de necessidade, e de poderes para satisfazer a tais necessidades. Esse poder é o trabalho, que é a capacidade de transformar a natureza para sobreviver (MÉSZÁROS, 2006).

Com o avanço e desenvolvimento do capitalismo, surgem várias necessidades que vão além de comer, beber, dormir e falar. Para atender a essas necessidades, o homem realiza o trabalho em suas múltiplas determinações com a natureza. Consequentemente, “[...] a liberdade, enquanto característica do homem que vive em sociedade e age socialmente, jamais se encontra sem determinações” (LUKÁCS, 2013, p.138). E essas determinações são estabelecidas pela necessidade de realização e desenvolvimento natural do ser.

Para Mézáros (2016) o problema da liberdade tem de ser analisado a partir de uma relação tripla. Sob a influência da alienação, os problemas fundamentais da liberdade estão comprometidos. Primeiro, o ser humano não está livre da necessidade natural; segundo, da liberdade do poder de influência de outros homens; terceiro, está livre para exercer suas capacidades humanas essenciais, pois se encontra alienado.

Sobre a relação do homem com a natureza, Mézáros (2016) afirma que a relação do ser humano com a natureza é “automediadora” em sentido duplo. Em primeiro lugar, porque é a própria natureza que faz a mediação consigo mesmo no interior do ser humano. Segundo lugar, porque a própria atividade de mediação nada mais é que um atributo do ser humano, situado em uma parte específica da natureza. Assim, na atividade produtiva, sob o primeiro dos seus aspectos ontológicos duais, a própria natureza faz a mediação com a natureza e, sob o segundo aspecto ontológico – pelo fato de a atividade produtiva ser uma atividade intrinsecamente social – o ser humano faz mediação dele mesmo com o ser humano.

E o autor conclui que a questão central está em quanto uma forma dada das relações de propriedade contribui para tornar o ser humano mais livre, primeiro da necessidade natural, segundo do poder de interferência de outros homens, e, por fim, para o exercício de suas propriedades e capacidades essenciais (MÉSZÁROS, 2016).

Se há uma relação dialética entre liberdade e necessidade, é o trabalho o mediador dessa relação. Segundo a análise marxista, não há liberdade absoluta, pois o homem é parte da natureza e não pode sobreviver totalmente livre dela, e como ser social não poderá viver isolado dos demais seres humanos. Dessa forma, a “[...] liberdade absoluta é a negação da liberdade e só pode ser concebida como caos absoluto, pois a liberdade só existe na condição humana e natural, sendo assim, é limitada socialmente pela necessidade natural do ser” (MÉZÁROS, 2016, p. 152-153). Com efeito,

A liberdade não reside na tão sonhada independência em relação às leis da natureza, mas no conhecimento dessas leis e na possibilidade proporcionada por ele de fazer com que elas atuem, conforme um plano, em função de determinados fins. Isso vale tanto com referência às leis da natureza externa quanto àquelas que regulam a existência corporal e espiritual do próprio homem (...) Em consequência, liberdade da vontade nada mais é que a capacidade de decidir com conhecimento de causa (HEGEL *apud* LUKÁCS, 2013, p.145).

Para Mézáros (2016), a questão da alienação é um processo que afeta negativamente a liberdade do ser humano nas relações triplas com a natureza, com os outros seres humanos e consigo mesmo, ou seja, com suas próprias capacidades essenciais. Nessa concepção, a alienação é a negação da liberdade humana em todos os seus aspectos.

O trabalho alienado nega a liberdade. Não há liberdade na sociedade capitalista, haja vista a constituição de formas de trabalho precário que degradam e aprisionam o trabalhador. Por meio dos discursos mais perversos, o capitalismo controla e conforma a sociedade aos seus moldes. A liberdade é uma ideologia usada pelo capital como estratégia para explorar o trabalhador que é alienado pelo discurso da autonomia e do não-trabalho, quando este na verdade é subordinado e explorado pelo capital.

O processo de trabalho sob a égide do capital aliena o trabalhador dos objetos de seu trabalho, de si mesmo e dos demais homens, de tal forma que o homem se autoaliena em seu próprio trabalho, que não é mais trabalho. Não existe mais trabalho, e sim relações de troca livre do trabalho penoso de ter que cumprir uma carga horária, de ter um chefe e um salário. É esse o discurso posto para camuflar a exploração e degradação do trabalhador, que é livre, apenas, para satisfazer suas necessidades primárias, como trabalhar para poder comer, dormir, e procriar.

As ideais capitalistas devem ser dominantes e os trabalhadores as assumem como se fossem suas. Nesse sentido, o discurso dessa suposta autonomia do trabalhador objetiva mascarar as reais dimensões do desemprego e fragmentar a classe trabalhadora, operando o culto do individualismo, pois desqualifica as organizações representativas do trabalho e

fomenta a ordem ideológica dominante e distancia o horizonte revolucionário (TAVARES, 2004).

A autonomia é uma forma de mascaramento das relações de exploração que se dá a partir da extrema alienação quando o trabalhador não se reconhece como trabalhador e a atividade desenvolvida como trabalho. O fetiche do não-trabalho é uma estratégia de controle da força de trabalho, pois, ao não se reconhecerem como trabalhadores, não lutam por melhores condições de trabalho e de salário e a exploração é ainda maior. Nesse sentido, a ideologia do não trabalho se perpetua entre os trabalhadores que são submetidos a condições subumanas para realizar somente e apenas a necessidade de sobrevivência. Assim, o homem mantém-se vivo para ser explorado pelo capital.

O trabalhador está fora do trabalho, ele aparece como sujeito autônomo e se dignifica da sua autonomia, coloca-se como autônomo para não se reconhecer como trabalhador explorado pelo capital, mas na verdade é subjugado ao capital que escamoteia o seu processo exploratório, através do discurso da ideologia do não-trabalho. Dessa forma, “[...] oferece-se a possibilidade de trabalhadores serem transformados em patrões, não necessariamente em capitalista” (TAVARES, 2004, p.21).

A autonomia se estabelece no momento em que o trabalhador se sente dono da sua força de trabalho por ser livre para determinar quando e onde trabalhar, pois se sente dono do tempo que é dedicado ao trabalho. Ser livre para decidir como será explorado e em que momento não significa ser dono de si, tampouco trabalhar para si, mas sim para o capital, não significa que ele tem autonomia ou controle de sua força de trabalho, mas que eles são livres para serem trabalhadores explorados pelo capital, pois é o capital que determina o seu trabalho e a intensidade do mesmo ao determinar o ganho por produção, uma vez que se não trabalha, não se reproduz enquanto trabalhador. No entanto todas as relações de exploração são camufladas pelo discurso da autonomia e do não-trabalho, pois se não é trabalho, não tem exploração, e ainda, que é uma situação momentânea até que se queira e/ou encontre trabalho, e o trabalhador é livre para decidir.

A alienação não se dá apenas pelo estranhamento do produto, mas em todo o processo de produção. É no decorrer da atividade produtiva que o homem se desrealiza na ação do trabalho. Produzindo não para suas necessidades, mas para o capital, o homem se aliena, não se reconhece em seu trabalho, nem no objeto dele. É na labuta diária que o trabalhador é alienado pela ideologia do não-trabalho como estratégia do capital para explorar o trabalho. O trabalhador, pela ideologia do não-trabalho, não se reconhece como tal, uma vez que “[...] a

ideologia capitalista procura mostrar que o produto criado é produto do capital e não produto do trabalho, e que para o trabalhador garantir, assim, a sobrevivência, ele precisa, depende do capital” (OLIVEIRA, 2007, p.37).

O trabalhador, ao não se reconhecer no produto de seu trabalho, não tem a consciência real de que toda a riqueza da sociedade é produto do trabalho humano e não do capital; de que o capital se apropria do trabalho e da natureza de forma desigual e contraditória para escamotear as relações de exploração, pois o capital não domina apenas os meios de produção, mas, principalmente, as ideias. Oliveira (2007, p. 37) afirma que “[...] a riqueza que o capital acumula não aparece como se fosse retirada do trabalhador, e sim como produto do capital”. São as ideias impostas como verdades que permitem ao capital se apropriar e acumular a riqueza que é socialmente produzida.

Assim, não há emancipação dentro do sistema capitalista. O discurso da liberdade e da autonomia é posto pela classe dominante para controlar e criar um fetiche que em vez de libertar aprisiona cada vez mais. São valores que são criados e postos para determinar o modo de vida, de pensar, de agir, sem que se perceba o emaranhado de contradições e de exploração a que está submetido o trabalhador, e assim, garantir a acumulação e reprodução do capital.

A condição de liberdade é posta ao trabalhador que, desprovido de qualquer forma de realização pelo trabalho, é alienado pela possibilidade de escolher o seu trabalho, de determinar a sua jornada de trabalho e local de realização, sem que o mesmo perceba que essa é a única possibilidade de existência no trabalho. O trabalhador é subjugado ao capital que transforma o seu trabalho, assim como as suas condições de trabalho de acordo com seus interesses. A sua condição de liberdade se dá na condição máxima de exploração e aprisionamento do trabalhador às multífaces do capital.

O trabalhador é livre para vender a sua força de trabalho: o discurso da liberdade e da autonomia são postos pela classe dominante para dominar e criar a ilusão de que se é livre, justamente para camuflar as amarras do capital no processo de extração do valor do trabalho. Nesse caso, trata-se de uma liberdade que aprisiona, degrada e precariza o trabalhador, e, por outro lado, que enriquece e enobrece o capitalista.

3.4 - As Multifaces do Capital no Processo de Exploração do Trabalho

O capital²⁰ é um sistema social, e sua expansão se dá a partir da produção e acumulação de mercadorias. Segundo Marx (2008), a riqueza das sociedades capitalistas se dá pela acumulação de mercadorias, que, como coisas, satisfazem as necessidades humanas, seja como meio de subsistência, como objeto de consumo ou como meio de produção. O capital submete o homem à sua lógica produtiva e de acumulação. Assim, “[...] o sistema do capital é *orientado para a expansão e movido pela acumulação*” (Mészáros, 2002, p.92).

O sistema do capital deve ter sua estrutura de comando historicamente singular e adequada para as suas importantes funções. Consequentemente, no interesse da realização dos objetivos metabólicos fundamentais adotados, toda a sociedade deve se sujeitar – em todas as suas funções produtivas e distributivas – às exigências mais íntimas do modo de controle do capital estruturalmente limitado (mesmo se dentro de limites significativamente ajustáveis) (MÉSZÁROS, 2002).

Para garantir sua lógica produtiva, o capital precisa se apropriar do trabalho na sua condição de mercadoria, pois a única fonte de produção de riqueza é o trabalho. Seguindo essa máxima, o capital vai explorar a força de trabalho no tempo e no espaço do e para o capital. Nesse sentido, vai criar e recriar formas de exploração e subordinação para extrair o máximo de lucro e garantir a acumulação de riqueza. Conforme Mészáros (2002), o sistema de metabolismo social do capital é resultante de um processo que foi constituído historicamente a

²⁰ Mészáros (2002, p. 96) em seu livro *Além do Capital* faz uma análise diferenciando capital de capitalismo e afirma que “[...] o capital não é simplesmente uma ‘entidade material’ – também não é (...) um ‘mecanismo’ racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro ‘mecanismo de mercado’ (a ser alegremente abraçado pelo ‘socialismo de mercado’) – mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático* e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível”.

partir da divisão hierárquica do trabalho que culminou na exploração do trabalho pelo capital. Dessa forma,

O capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, *antes* mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados (ou, mais tarde, por funcionários públicos do Estado de tipo soviético). As perigosas ilusões de que se pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados surgem quando se deixa levar em conta a natureza real do relacionamento entre controlador e controlado. Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu *primado* sobre o *peçoal* por meio do qual seu *corpo jurídico* pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história (MÉSZAROS, 2002, p. 98).

No sistema capitalista é necessária a separação entre trabalho e capital, ou seja, entre os meios de produção. Com a expansão e desenvolvimento das relações capitalistas, essa separação se intensifica e se reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1984).

A relação capital-trabalho é o centro de toda a dinâmica da (re)produção capitalista, pois o trabalho é essencial em todo o processo de acumulação de riqueza. Segundo Harvey (2011) o capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. E os capitalistas, por sua vez, que são os donos dos meios de produção e do dinheiro, donos do capital, põem esse processo em movimento de diferentes formas, seja emprestando dinheiro em troca de juros para ganhar ainda mais em troca, como fazem os capitalistas financeiros; comprando barato e vendendo caro, como os capitalistas comerciantes. O que define essas relações não é o valor-dinheiro, mas o valor-trabalho que está embutido nas mercadorias, ou seja, no tempo necessário ao trabalhador para produzir a mercadoria. Nesse caso, “(...) um valor de uso ou de bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p.116).

O trabalho que cria valor de uso é o trabalho concreto (trabalho útil). Com efeito, a criação de valores de uso é uma condição necessária à existência de qualquer sociedade. Isso significa que toda sociedade exigirá trabalho concreto de seus membros, mas, na mercadoria, está embutido não apenas o valor de uso, mas também o valor de troca e, para ser trocada, precisa ser comprada. É quando o trabalho concreto é reduzido à condição de trabalho em geral que se tem o trabalho abstrato. Na mercadoria encontramos, pois, simultaneamente, trabalho concreto e trabalho abstrato, mas não se trata, obviamente, de dois trabalhos: trata-se da

apreciação do mesmo trabalho sob ângulos diferentes: do ângulo do valor de uso, trabalho concreto; do ângulo do valor de troca, trabalho abstrato. (NETTO; BRAZ, 2008).

O trabalho é a substância formadora de valor. É o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinada mercadoria em condições normais que determina a grandeza do valor: uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria, quando o produto do trabalho é apropriado pelo produtor para satisfazer sua própria necessidade, que é valor de uso, não mercadoria. Para se tornar mercadoria, além do valor de uso, ele tem de produzir o valor de uso para os outros sujeitos sociais (MARX, 2013).

Nessa perspectiva, Marx (2013) diferencia a categoria valor em duas dimensões da realização do trabalho: o valor de uso como valor de utilidade de uma coisa, que se efetiva no consumo ou uso da coisa produzida pelo trabalhador, em que a relação é qualitativa; e o valor de troca como o valor estabelecido pela quantidade de trabalho embutido no produto independentemente do uso. É o trabalho que constitui a substância do valor das mercadorias que é a força de trabalho humana.

Marx (2013) analisa que os valores de todas as mercadorias são materializados na forma de dinheiro. Sobre isso, o autor esclarece que “[..] o dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-lo em mercadorias. O desenvolvimento histórico da troca desdobra a oposição latente, na natureza das mercadorias, entre valor-de-uso e valor. A necessidade, para o intercâmbio de exteriorizar essa oposição, exige forma independente para o valor da mercadoria e persiste até que, finalmente, é satisfeita com a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se transforma em dinheiro.

O capital se apropria da força de trabalho, que se torna útil por possuir o valor de troca, tornando-se uma mercadoria capaz de produzir outras mercadorias, e, como tal, ela pode ser vendida e comprada no mercado. É a submissão do trabalho ao capital, que se dá pela transformação do trabalho concreto, que se materializa em trabalho abstrato. Primeiro, se tem o trabalho útil que se realiza no intercâmbio do homem com a natureza para produzir o necessário para a sobrevivência do trabalhador: é o trabalho em sua dimensão concreta, que, ao ser apropriado pelo trabalhador, perde a sua dimensão concreta e aparece na dimensão abstrata cujo objetivo é a produção de mercadorias e a acumulação do capital. Segundo Marx (2011, p. 408-409), “[...] para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas só o trabalho,

apropriado pela mediação da troca, a troca de mercadorias a partir da compra e venda da força de trabalho”. O referido autor ainda afirma o seguinte:

Para o próprio trabalhador, o trabalho só tem valor de uso na medida em que é valor de troca, não porque produz valor de troca. Para o capital, o trabalho só tem valor de troca na medida em que é valor de uso. O trabalhador é valor de uso, diferente do seu valor de troca, não para o próprio trabalhador, mas somente para o capital. O trabalhador troca, portanto, o trabalho como valor de troca simples, predeterminado, determinado por um processo passado – ele troca o trabalho mesmo como trabalho objetivado; somente na medida em que o trabalho já objetiva um determinado quantum de trabalho que, por conseguinte, seu equivalente é um equivalente medido, dado; o capital compra trabalho vivo, como força produtiva universal da riqueza a atividade que aumenta riqueza (MARX, 2011, p.240).

Sob a égide do capital, a relação homem *versus* natureza passa a ser determinada pela produção incontável de mercadorias: não mais se produz para atender às necessidades, mas para atender ao mercado. Dessa forma, o trabalho como condição de uso se materializa enquanto valor de troca. Segundo Harvey (2013), a força de trabalho é uma mercadoria peculiar, pois tem a capacidade de criar valor. É o tempo de trabalho incorporado nas mercadorias, e são os trabalhadores que vendem sua força de trabalho ao capitalista. Este, por sua vez, usa essa força de trabalho para organizar a produção de mais-valor.

Segundo Carvalho (2008), na sociedade capitalista, o valor de uso não se materializa mais na realização do homem com a natureza, ou seja, não se encontra mais em um estado puro e natural. Por conseguinte, o homem não se apropria do objeto de seu trabalho, não se reconhece no objeto, tampouco nos meios de produção. O trabalho enquanto valor de uso torna-se agora valor de troca para garantir a produção de lucro e riqueza para o capitalista, e, por outro lado, para garantir a satisfação das necessidades do trabalhador.

Lessa (2007) assevera que o valor de uso é produzido pelo processo de trabalho concreto sob a égide do capitalismo, que não tem como fonte a satisfação das necessidades humanas, seja material ou espiritual, mas sim a produção de lucro para o capitalista, que só é possível através de qualquer atividade que produza mais-valia, isto é, o trabalho não pago ao trabalhador.

A base de toda sociedade capitalista é a produção de mais-valia. Sendo assim, a força de trabalho só tem importância para o capitalista se ela produzir mais-valia, que é a parte de trabalho não-pago apropriada pelo capitalista. A mais-valia se materializa no prolongamento da jornada do trabalho: o trabalhador produz o equivalente necessário para pagar a sua força de trabalho (salário) e a outra parte é apropriada pelo capital. Netto e Braz (2008) afirmam que esse trabalho excedente é a mais-valia que o capitalista toma para si. Durante a jornada de

trabalho se produz o mais-valor, que é aquele necessário à produção e à reprodução capitalista e o valor que é expresso na forma de salário. O salário é o valor pago ao trabalhador pela sua força de trabalho e a mais-valia é o excedente que o capitalista extrai, sua fonte de lucro.

Só é possível a reprodução do capital devido à mais-valia. O trabalhador, ao realizar trabalho, agrega valor ao produto, ou seja, um mais-valor, que antes não existia, mas a mais-valia pertence ao capitalista que compra a força de trabalho e é o dono dos meios de produção necessários à construção das mercadorias. O mais-valor, que é agregado ao produto, é, na verdade, o valor da força de trabalho não paga ao trabalhador, é a riqueza acumulada da sociedade capitalista.

Na concepção marxiana, o centro da sociedade capitalista é o mercado e a sua principal mercadoria é o trabalho, que é subordinado aos interesses do capital. É o valor de troca que determina o mercado capitalista, em que, a todo produto do mercado, atribui-se um valor. Nesse sentido, as necessidades humanas são subordinadas ao capital e à produção do valor de troca, que é controlada e subordinada aos interesses do capital, que explora o trabalho para extrair mais-valor.

Como a circulação de mercadorias é a condição para a sociedade capitalista e o dinheiro é a forma de representação da mercadoria, esta representa o trabalho social. O ciclo do capital se inicia com a circulação simples de mercadorias M-D-M, que Marx (2008) concebe como a conversão de mercadorias em dinheiro para se reconverter em mercadorias. Dito de outra maneira, trata-se da venda de mercadorias para a compra de mais mercadorias. E uma segunda forma de circulação é D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e a reconversão da mercadoria em dinheiro, comprar para vender; o dinheiro se transforma em capital, reiniciando o ciclo da produção.

Dessa forma, em ambos os ciclos, tem-se os mesmos elementos, dinheiro e mercadoria, e os mesmos sujeitos históricos, comprador e vendedor. Nesse caso, o que diferencia uma circulação da outra é a inversão de valores: no primeiro processo, o ciclo começa com a venda e termina com a compra. A mercadoria media toda a relação, cujo objetivo é o consumo, estabelecendo-se o valor de uso: a mercadoria sai do ciclo de circulação e entra no de consumo para satisfazer às necessidades de seu produtor. O segundo processo de circulação começa com a compra e termina com a venda: é o dinheiro o mediador de toda a relação, dinheiro esse que é transformado em mais dinheiro acrescido, ou seja, em capital. Nesse circuito se tem a extração do mais-valor que se estabelece pelo valor-de-troca das mercadorias para produzir mais mercadorias. Quanto a isso, Marx (2008, p. 180) nos esclarece:

O circuito M-D-M tem por ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que sai da circulação e entra na esfera do consumo. Seu objetivo final, portanto, é consumo, satisfação das necessidades; em uma palavra, valor-de-uso. O circuito D-M-D, ao contrário, tem por ponto de partida o dinheiro e retorna ao mesmo ponto. Por isso, é o próprio valor de troca o motivo que o impulsiona, o objetivo que o determina.

Na simples circulação é a mercadoria que inicia e encerra o ciclo. Já no processo D-M-D é o dinheiro que inicia e encerra o ciclo para iniciar um outro, pois não cessa com o consumo: a produção se dá para a acumulação de capital. A forma completa desse processo é definida por Marx (2008) como D-M-D' em que $D' = D + \Delta$, em que D' é igual à soma do dinheiro lançado no início da circulação acrescido. Esse acréscimo é a mais-valia, é o capital, que se reproduz infinitamente.

O Capital não tem limites. O dinheiro acrescido encerra um ciclo para, imediatamente, iniciar um outro e assim se reproduzir e expandir seu valor que se dá em consequência da extração do trabalho que não é pago ao trabalhador em sua magnitude. Então, a fórmula simples de produção não interessa ao capital, nem o lucro isolado, mas todo o processo inesgotável de produzir e reproduzir capital. No entanto, para produzir capital, o possuidor do dinheiro, o capitalista, tem de comprar a força de trabalho. Ou seja,

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor do dinheiro tem de encontrar trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender (MARX, 2008, p. 199).

Esse é o primeiro passo do processo de circulação do capital, quando o dinheiro é convertido em meios de produção e força de trabalho que serão transformados em capital, que, por seu turno, é a esfera da circulação. A esfera seguinte é a produção que consiste na transformação dos meios de produção em mercadoria, cujo valor é superior ao valor inicial, pois o valor é acrescido de mais-valia. O próximo passo é lançar essas mercadorias na esfera da circulação para ser vendida, e assim convertida em valor-dinheiro que será convertido em capital, repetindo continuamente o ciclo que constitui a circulação geral do capital.

Na análise de Marx (2008), o processo cíclico do capital realiza-se em três estádios que se sucedem da seguinte maneira: primeiro, o capitalista aparece como comprador no mercado de mercadoria e no mercado de trabalho; seu dinheiro converte-se em mercadoria ou efetua o ato da circulação D-M; segundo, ocorre como o consumo produtivo, das mercadorias compradas pelo capitalista, seu capital percorre todo o processo de produção; e terceiro, quando

o capitalista volta ao mercado como vendedor; sua mercadoria converte-se em dinheiro, isto é, efetua o ato da circulação M-D.

Dentro desse ciclo o capital se traveste e se reveste de várias formas para obter a acumulação cada vez mais ampliada de lucro. Como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente. Enquanto existir capital, vai existir trabalho explorado. Dessa forma,

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Na sociedade capitalista, os homens são desiguais por natureza. Para Mézáros (2002), a exploração do trabalho é natural ao capital, uma vez que é necessária a desvalorização do trabalho para valorizar cada vez mais o capital. A miséria do trabalhador é a riqueza do capitalista.

CAPÍTULO IV

NAS TESSITURAS DO CAPITAL: OS FETICHES DA RELAÇÃO CAPITAL- TRABALHO NO PROCESSO DE BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU

*Esta dolorosa, esta espantosa expropriação do povo
trabalhador, eis a origem, eis a gênese do capital.*

(KARL MARX)

CAPÍTULO IV

NAS TESSITURAS DO CAPITAL: OS FETICHES DA RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO NO PROCESSO DE BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU

O fim da produção capitalista é o acúmulo de mais-valia, razão pela qual o capital é um sistema sociometabólico que, na sua base constitutiva, está a produção de mercadorias. Como a força de trabalho é a única mercadoria, quando consumida produz valor: o capital se apropria e subordina o trabalho a seus mecanismos de produção, é o trabalho realizado socialmente a fonte de toda a riqueza do capital. Com o desenvolvimento das forças produtivas se intensifica a produtividade e as possibilidades de extrair mais-valia por meio da exploração e subordinação do trabalho ao capital. Como o capital se desenvolve por meio da criação de contradições, quanto mais cria valor mais miséria resulta para o trabalhador.

O capital se apropria de atividades tradicionais, como o beneficiamento da castanha de caju no agreste sergipano, para ampliar a extração de mais-valia, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação da exploração da força de trabalho, que se configura no trabalho informal precarizado que se mantém com o discurso da autonomia e da liberdade, mascarando a subsunção total do trabalho ao capital.

Os fetiches ideológicos mediam toda a relação capital-trabalho no sentido de alienar o trabalhador na sua condição de pobreza e miséria, para não se reconhecer como produtor de riqueza e de trabalho. O discurso do não-valor e do não-trabalho sustentado na ideologia da liberdade e da autonomia cega e aliena o trabalhador que é livre apenas para ser explorado. Como o capital se desenvolve sustentado em contradições, e todas as relações de trabalho estão subordinadas aos interesses do sistema capitalista, as cooperativas surgem como oposição dos trabalhadores às condições de exploração e de miséria. Entretanto, sob a égide do capital, a cooperativa, assim como todas as formas de trabalho, é apropriada e subordinada à produção capitalista. A cooperativa é mais uma forma encontrada pelo capital de extrair sobretrabalho por meio da mais-valia absoluta, com a ampliação e a intensidade da jornada de trabalho, e, além disso, sem encargos do trabalho formal.

O capital cria e recria novas/velhas formas de trabalho informal e precarizado para extrair a mais-valia dos sujeitos beneficiadores da castanha de caju, que sem alternativa de sobrevivência, submetem-se às condições precárias de trabalho. Nesse sentido, com a

precarização e desregulamentação do trabalho, temos a realização do ciclo do capital. Inseridos na divisão internacional do trabalho, esses trabalhadores informais contribuem para a circulação e consumo de mercadorias.

4.1 – Trabalho Informal como Estratagema do Capital para Explorar o Trabalho Alienado

O capital, desde sua gênese, tem caráter destrutivo em relação à natureza e ao trabalho, cujo objetivo é a produção de mais-valia. Para Max (2013, p. 57), “[...] a produção capitalista é a produção não apenas de mercadoria, mas essencialmente a produção de mais-valor”. Para o autor a produção capitalista não objetiva a valorização do trabalho, mas a valorização do capital. Implica afirmar que com o desenrolar do tempo histórico as formas de produção capitalista se desenvolveram no sentido de extrair cada vez mais valor e intensificar as formas de exploração de trabalho. As forças produtivas se desenvolveram e intensificaram a produtividade e as possibilidades de extrair mais valor, mas, como o capital se desenvolve por meio da criação de contradições, quanto mais se cria valor para o capital mais miséria se produz para o trabalhador.

A única fonte de riqueza do capital é a mais-valia, que, como mencionado anteriormente, é o tempo de trabalho não pago ao trabalhador. O capital tenta reduzir ao máximo o uso do trabalho com o emprego de técnicas e tecnologias nos meios de produção, mas, contraditoriamente, para garantir o seu metabolismo social, o capital vai criar e recriar formas diversificadas para explorar a força de trabalho. Essas novas formas de trabalho se configuram nas mais perversas e diferenciadas formas de precarização do trabalho com a expansão da informalidade²¹.

A informalidade é o reflexo visível das transformações que ocorreram no mundo do trabalho com a crise do capital, que, ao produzir mais mercadorias, por meio do aumento da produtividade e a diminuição do número de trabalhadores, contraditoriamente diminui o consumo e aumenta o desemprego. Em resposta à crise do capital, impôs-se uma reestruturação

²¹ A OIT (Organização Internacional do Trabalho) avalia como empreendimentos informais todas as unidades produtivas pertencentes a empregadores com até cinco empregados e aos trabalhadores por conta própria, independentemente de possuírem constituição jurídica. Esse conceito de informalidade nos negócios visa a refletir o conjunto de unidades produtoras de bens e serviços, caracterizadas por iguais modos de organização e de funcionamento, tenham ou não registros em órgãos públicos. Essas unidades produtivas, ainda que juridicamente formais, apresentam outras características de informalidade, como baixa escala de produção, baixo nível de organização e sem nenhuma separação entre o capital e o trabalho.

produtiva do capital, com a flexibilização da economia que impulsiona a flexibilização dos processos produtivos que sustentam as diversas formas de exploração do trabalho.

Segundo Cacciamali (1983), as atividades informais limitavam-se a ocupar os interstícios deixados pelas atividades capitalistas. As principais características desse setor são: primeiro, o trabalhador vivia de sua força de trabalho e, em alguns casos, utilizava-se do trabalho familiar ou, mais raramente, subcontratava ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; segundo, tinha como objetivo a obtenção de uma renda para consumo individual e familiar, visando manter também sua atividade econômica (essa forma de trabalho não propiciava acumulação ao produtor direto); e terceiro, o proprietário mantinha o domínio sobre a totalidade das etapas que compunham aquela produção (CACCIAMALI, 1983). Dessa maneira, as formas de trabalho que eram consideradas informais e não possibilitavam acumular capital apenas garantiam a sobrevivência do trabalhador e sua família apropriados pelo sistema capitalista.

Nesse contexto, são incentivadas formas de atividades que, no passado, eram tidas como atrasadas e pré-capitalistas e que seriam superadas pelo desenvolvimento do capitalismo, como as cooperativas, as atividades domiciliares, os vendedores ambulantes e os trabalhadores autônomos, que no passado, eram alternativas de sobrevivência em que o trabalhador produzia mercadorias para adquirir novas mercadorias necessárias à sua sobrevivência, que se restringia à fórmula M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria). Agora, cumprem a função de baixar o custo da produção e aumentar o valor do capital que se apropria do produto do trabalhador para garantir seu ciclo D-M-D' (dinheiro-mercadoria-dinheiro mais-valor). Dessa maneira, as formas de trabalho ditas autônomas são incentivadas pelo discurso da flexibilidade que transfere ao trabalhador a responsabilidade de criar seu próprio trabalho para o capital explorar o sobretrabalho. Sendo assim, o trabalhador não mais vai ao mercado, ele é o mercado que é apropriado de forma desigual pelo capital, que, pelo fetiche do não-valor, a fim de camuflar as relações de exploração, apropria-se da força de trabalho embutida nas mercadorias.

A reestruturação produtiva, para ampliar e intensificar a produção, alterou as relações e o sentido do trabalho na sociedade capitalista. As mudanças no mundo do trabalho se configuraram nas mais distintas formas de exploração da força de trabalho. Antunes (2008) evidencia que a reestruturação produtiva que ocorreu no Brasil a partir da década de 1980 e se intensificou a partir da década de 1990 se caracterizou pelas mudanças no mundo do trabalho. Por um lado, manteve a contração do trabalho estável e regulado, herdeiro da fase taylorista e fordista e, de outro, pela ampliação, em escala global, das formas desregulamentadas de

trabalho precarizado, do “trabalho atípico”, de que são exemplos a infinitude de trabalhos terceirizados, *part-time*, subcontratados, “quarteirizados” etc. Ou ainda daquelas formas de trabalho que frequentemente mascaram a superexploração e mesmo autoexploração, como o “empreendedorismo”, as falsas “cooperativas”, os trabalhos “voluntários” (ANTUNES, 2008).

De acordo com Tavares (2004), a informalidade e a precarização sob a lógica da produção capitalista, a autonomia e a ação espontânea, que são atribuídas às mais diversas formas de trabalho ditas independentes, como as cooperativas, as empresas familiares e o trabalho domiciliar, são mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais, pois tais atividades de sobrevivência são geradoras de renda que permitem o consumo e cumprem o papel de mascarar o nível de desemprego.

Nesse sentido, estas modalidades de trabalho tornam-se elementos constitutivos e crescentes da ampliação do capital frente à eclosão do desemprego estrutural que faz emergir novos e velhos mecanismos de intensificação da autoexploração do trabalho. Na precarização e desregulamentação do trabalho, temos a realização do ciclo do capital que se efetiva na acumulação infinita de mais-valia. Segundo Santos (2010, p.17), “[...] na atual fase de acumulação do capital, as transformações ocorridas no mundo do trabalho afetam, simultaneamente, sua organização e as relações sociais nas quais ela se insere, refletindo fortemente na relação entre trabalho formal e informal. Além disso,

O impulso da lei do valor ora convoca, ora libera os trabalhadores, ora os assalaria, ora usa a sua força de trabalho na clandestinidade, dando-lhes em troca situações ilusórias, como a idéia de autonomia que se apóia na dualidade econômica, argumento que não se funda na prática social, com o que fica demonstrado o equívoco que é discutir o “setor informal” enquanto um conceito fechado que não dá conta da realidade. O trabalho informal ou os “empregos informais” constituem o que estamos chamando de nova informalidade (TAVARES, 2004, p 41).

No Brasil, pode-se dizer que o entendimento popular de “trabalho formal” e “informal” deriva de um termo jurídico. “Informais” são os empregados que não trabalham com carteira assinada; e os “formais”, por sua vez, são os que trabalham com carteira assinada (ANTUNES, 2002). Cacciamali (1983) analisa a informalidade a partir de duas categorias de trabalhadores, são elas: a dos trabalhadores assalariados sem registro de trabalho, que são contratados de forma ilegal e não têm nenhum direito assegurado; e a dos trabalhadores por conta própria, que atuam na área de prestação de serviço e contam com o trabalho familiar ou com o de ajudantes assalariados, visando à obtenção de uma renda para o sustento de sua família.

Daí surge uma infinidade de situações e condições de trabalho que mascaram a exploração do trabalhador valendo-se do discurso da informalidade e da autonomia. A informalidade tem predominado na sociedade capitalista em diversas formas, tais como: as atividades autônomas que são realizadas por conta própria pelo trabalhador, as cooperativas de trabalho, o trabalho terceirizado ou subcontratado, as atividades domiciliares etc. Essas modalidades de trabalho são alternativas de sobrevivência que se caracterizam pelo conjunto de trabalhadores temporários que exercem atividades mediante ocupações autônomas sem carteira assinada, baixos salários, salários por produção, sem garantia dos direitos trabalhistas.

Dessa maneira, para entender o mundo do trabalho e a sua nova morfologia, faz-se necessário buscar compreender as transformações que vêm ocorrendo nas relações de trabalho, como a intensificação da informalidade com o aumento do desemprego, do subemprego, das atividades terceirizadas e da precarização das condições de trabalho. Em decorrência dessas transformações, o termo informal nem sempre dá conta de seu conceito que é cada vez mais abrangente. Malaguti (2000) sugere que tomemos o termo informalidade para explicar essa nova morfologia do mundo do trabalho. Por ser mais amplo o conceito de informalidade, ele engloba o conceito de setor informal, abrangendo situações diversas que não poderiam ser apreendidas por meio de conceitos fechados ou setoriais. O autor ressalta ainda que os setores formal e informal são indissociáveis, e justifica que nas situações formais mais transparentes contêm informalidades. Além disso, a autor também aponta casos em que as relações de assalariamento são baseadas em contrato de trabalho regulamentado, em que os funcionários trabalham sem condições de segurança, fazendo horas extras sem recebê-las, desenvolvendo atividades informais no mesmo expediente de trabalho formalizado; em que os sujeitos trabalham nas horas de folga, práticas atribuídas à informalidade, mas que ocorrem também nos setores da formalidade (MALAGUTI, 2000)

Considerando que o setor informal e o setor formal são contradições inerentes ao próprio capital, haja vista o desenvolvimento e o mantimento de seu ciclo reprodutivo, o sistema capitalista cria e recria novas e velhas formas de exploração do trabalho. Nessa perspectiva, para compreender o complexo mundo da informalidade, tem de se compreender todas as amarras e contradições do capital na formalidade, pois o que se tem é o entrelaçamento de atividades formais e informais cujo objetivo é acumular riqueza para o capital e miséria para o trabalhador. O trabalhador informal só existe porque foi subtraído do setor formal e condicionado a viver em condições precárias, pois essa é a única alternativa de sobrevivência que o capital lhe impõe.

Nessa infinidade de relações que se apresentam no setor informal, Maria Aparecida Alves e Maria Augusta Tavares (2006) afirmam que o conceito de informalidade abrange uma grande diversidade de situações que inclui tanto atividades informais tradicionais quanto as novas formas de trabalho precário. As autoras apontam algumas modalidades: a primeira dessas formas de modalidades é a dos trabalhadores informais que insere as atividades que requerem baixa capitalização, são os trabalhadores que vivem de sua força de trabalho, podendo utilizar o auxílio do trabalho familiar. Dentro dessa categoria, estão inclusos os trabalhadores menos instáveis que são aqueles que possuem o mínimo de conhecimento profissional e os meios de produção, que desenvolvem suas atividades na prestação de serviços, como os de pedreiro, os de jardinagem etc.

Nesta primeira modalidade, há que incluir também os chamados trabalhadores instáveis que, recrutados temporariamente, e com frequência remunerados por peça ou serviço realizado, eles realizam trabalhos eventuais, como os carroceiros e trabalhadores de rua e serviço em geral, podendo inclusive ser os subempregados dos trabalhadores informais mais estáveis. Nesta modalidade ainda insere os trabalhadores informais tradicionais, os trabalhadores ocasionais ou temporários, que realizam atividades informais quando se encontram desempregados, mas que visam retornar ao trabalho assalariado. São trabalhadores que ora estão desempregados, ora são absorvidos pelas formas de trabalho precário, vivendo uma situação que, inicialmente, era provisória e se transformou em permanente. Há casos que combinam o trabalho regular com o ocasional, praticando os chamados bicos, nas horas de folga. Nesses casos obtém-se um baixo rendimento com essas atividades, como os vendedores de diversos produtos (limpeza, cosméticos, roupas), digitador, salgadeiras, faxineiras e confecção de artesanato. Ainda neste espectro de atividades informais tradicionais encontram-se as pequenas oficinas de reparação e concertos, estruturadas e mantidas pela clientela do bairro ou relações pessoais (ALVES; TAVARES, 2006).

Uma segunda modalidade apresentada pelas autoras se refere aos trabalhadores assalariados sem registro, em consequência da crescente precarização do trabalho, que reflete na condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira assinada, que não recebem os benefícios destinados à sua categoria. A última categoria elucidada pelas autoras é a dos trabalhadores por conta própria, que se refere às atividades artesanais, nos pequenos comércios e nos pequenos ofícios, isto é, trata-se das atividades simples de produção de mercadorias. Essa prática de trabalhadores por conta própria não é nova. No entanto, ela foi

apropriada e recriada pelas empresas capitalistas para garantir a extração do trabalho (ALVES; TAVARES, 2006)

Sendo assim, o estudo das atividades formais deve ser articulado ao processo dinâmico e contraditório de acumulação do capital, que envolve trabalhadores desde os informais tradicionais até os pequenos proprietários por conta própria, que atuam em várias áreas da economia. Essas atividades não apenas ocupam os interstícios deixados pelo grande capital, mas também estão inseridas nas formas de exploração do modo de produção capitalista, especialmente por sua capacidade de adaptar às várias modalidades de exploração criadas pelo capital (ALVES; TAVARES, 2006).

O que move o capital é a extração e o acúmulo da mais-valia. Ele se apropria da força de trabalho e da natureza das mais diversas formas para garantir a acumulação de riqueza. Dessa maneira, há diferentes formas de inserção do trabalho informal no modo de produção capitalista e essas transformações estão ligadas à reestruturação produtiva que, em resposta à crise estrutural, o capital vai criar e recriar novas e velhas formas de exploração da força de trabalho. Sobre essa questão, Antunes (2005) defende a tese de que o capital necessita “cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das mais diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista”.

O setor informal passa a ser parte constitutiva do capital, pois cria ocupações a baixo custo e não se materializa apenas nas atividades ditas atrasadas cujo objetivo é a sobrevivência do trabalhador, em um complexo de atividades cujo objetivo é a acumulação da mais-valia. Nesse sentido, há uma intensa inter-relação entre setor formal e informal, entre novas e velhas formas de produção capitalistas e não capitalistas. Segundo Tavares (2004), há uma nova informalidade que se traduz na ocorrência de relações informais no interior do núcleo formal, e que, portanto, diferencia-se do que conhecemos como setor informal. Desse modo, estabelece-se uma relação capital-trabalho que disfarça a extração do sobretrabalho nas atividades informais e nas dimensões do desemprego, fenômeno que contribui para a expansão da informalidade.

Pelo exposto, pode-se definir que o trabalho informal representa o conjunto das atividades econômicas em que não há uma separação nítida entre capital e trabalho, e que também não está orientada para a acumulação, mas para a reprodução do produtor e de seu núcleo familiar. No entanto, o capital se apropria estrategicamente dessas atividades para garantir o acúmulo da mais-valia. Tavares (2004) afirma que o trabalho informal, portanto,

constitui uma estratégia funcional ao capital, especialmente nesta era da acumulação flexível, em que a diversidade de status de assalariados permite, com maior liberdade, uma exploração mais intensa dessa forma de trabalho, pela articulação sistemática da mais valia absoluta com a mais valia relativa²².

Dessa forma, toda relação entre capital e trabalho na qual a compra e venda da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a relação formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadoria, é trabalho informal (TAVARES, 2004).

Diante disso, pode-se inserir a atividade de beneficiamento da castanha de caju como uma atividade informal, visto que as relações de trabalho são mascaradas, como não-trabalho, e o produto, a castanha, aparece como central. O que se tem não é uma simples compra e venda de mercadoria, mas um complexo de relações e inter-relações entre os sujeitos que trabalham e os que exploram essa força de trabalho de forma camuflada. Há uma mescla do processo tradicional com as novas formas da informalidade, como as cooperativas e o trabalho precário.

O processo de beneficiamento da castanha conta com o predomínio de trabalhadores informais que não têm nenhum registro formal, não têm acesso há nenhum benefício de seguridade social, e ainda em sua maioria são submetidos às formas precárias de produção. Nesse sentido, compreende-se que a atividade de beneficiamento da castanha de caju, que tradicionalmente se caracteriza pelo processo de assar, quebrar e pelar a castanha, cujo objetivo era a subsistência do trabalhador e de sua família, é apropriada estrategicamente pelo capital e se insere como atividade informal que sustenta toda uma cadeia produtiva de exploração e expropriação da força de trabalho em escala mundial.

4.1. 1 – A informalidade na formalidade do cooperativismo

A cooperativa ou cooperativismo²³ surgiu entre o final do século XVIII e início do século XIX, quando houve um agravamento do conflito entre capital e trabalho, refletindo as

²² Na leitura marxista o conceito de mais-valia é utilizado para definir o processo de exploração da força de trabalho pelo capital para se apropriar da força de trabalho excedente que toma a forma de lucro. A mais-valia absoluta ocorreria em função da ampliação da jornada de trabalho sem alterar o quantitativo de trabalho e a mais-valia relativa estaria ligada ao processo de avanço tecnológico para aumentar a produção.

²³ A cooperativa ou cooperativismo não pode ser confundido com a concepção ontológica de cooperação que é o ato de cooperar ou colaborar com outras pessoas em qualquer sistema econômico. Segundo Costa (2007), [...] não

condições de pobreza e miséria da classe trabalhadora. Foi um movimento do operariado moderno contra o capitalismo industrial. Os trabalhadores se uniam em cooperativas para lutarem pelo bem comum de todos, como estratégia de luta contra o modelo de desenvolvimento e exploração naquele período histórico, sendo a alternativa ao capitalismo a partir da união de pessoas em torno do bem comum que é a igualdade social e não o lucro objetivado pelas empresas capitalistas.

Santos (2000) define a cooperativa como a união de pessoas voltadas para um objetivo comum, sem visar lucro. O cooperativismo, como seu próprio nome sugere, tem como sua maior finalidade libertar o homem do seu individualismo e ignorância através da cooperação entre os seus associados, satisfazendo assim as suas necessidades. Defende a reforma pacífica e gradual da coletividade e a solução dos problemas comuns através da união, auxílio mútuo e integração entre as pessoas. Além disso, busca a correção de desníveis e injustiças sociais com a repartição equitativa e harmoniosa de bens e valores.

A cooperativa tem como objetivo potencializar os cooperados em relação àquilo que individualmente eles não conseguiriam ou teriam enormes dificuldades. Para Singer (2002) o cooperativismo nasceu como uma forma de organização social que se contrapunha à desigualdade crescente produzida pelo sistema capitalista, através da polarização entre ganhadores e perdedores de um regime competitivo. Nesta nova forma de organização, predomina a igualdade entre todos os membros e a solidariedade.

Neste sentido, o sistema de cooperação tem como princípio evitar o isolamento potencial dos indivíduos sociais, utilizando a participação de várias forças e capacidades, para que possa ter um resultado final importante que individualmente seria impossível. O sistema cooperativo possui toda a estrutura funcional para que os princípios de cooperação sejam realmente aplicados com seus cooperados. Mas, no entanto, o sistema funciona puramente como uma empresa capitalista (FARIAS, 2009).

O sistema de cooperativas surge como uma alternativa eficaz para a geração de renda e de trabalho para os trabalhadores que se encontram excluídos do mercado de trabalho formal. Entretanto, sob a égide do capital, a cooperativa, como qualquer outra forma de trabalho seja

se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois, enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX.

formal, informal, terceirizado, domiciliar, temporário ou precarizado, está subordinada à dinâmica e aos interesses do sistema capitalista. O capital como sistema sociometabólico se faz presente em todas as relações sociais, de forma camuflada ou não. Todas as relações de trabalho estão subordinadas ao imperativo da produção capitalista, é a lei do valor, de produzir e acumular de forma incessante capital que rege e domina a sociedade capitalista.

A cooperativa é uma forma de mascaramento da informalidade sob a égide da legalidade para o capital se reproduzir. A ideologia do não-patrão e do trabalho associado para o bem comum é apropriada pelo discurso como possibilidade de superação. No entanto, não é possível, pois os trabalhadores se organizam por meio de alternativas do capital. Respondendo dessa forma aos interesses do capital, as cooperativas, para se inserirem no mercado, precisam se assemelhar às empresas capitalistas. Nesse sentido, “[...] vistas no interior da totalidade capitalista, elas demonstram que os princípios da propriedade privada, da divisão social do trabalho e da compra e venda da força de trabalho permanecem inalterados” (TAVARES, 2004).

Dessa forma, na década de 1990, com o acirramento da crise estrutural do capital e a elevação do índice de desemprego face a reestruturação produtiva, houve a intensificação e o crescimento das cooperativas sob o controle e a direção do capital. Nessa perspectiva, Souza (2006) afirma que a lógica da flexibilidade e suas estratégias de exploração do sobretrabalho implicam em uma forma reatualizada de cooperação do trabalho e, aliado a isto, a reafirmação imponente do trabalho coletivo para a acumulação do capital na atualidade. A flexibilização possibilita que o suposto trabalho informal e autônomo estabeleça conexões fundamentais com o processo de valorização do valor (SOUZA, 2006).

Segundo Lima (2007), o “novo cooperativismo” responde às novas demandas das sociedades capitalistas em transformação, como o crescimento do desemprego e a necessidade de se encontrarem formas alternativas de ocupação e geração de renda, contando com o apoio do Estado, subsidiando ou estimulando a implementação das cooperativas, e das empresas interessadas em explorar a força de trabalho dessas organizações produtivas que demonstram consonância com a dinâmica atual de flexibilidade e precarização das condições de trabalho.

Nesse sentido, mesmo quando a cooperativa é constituída pela associação espontânea, conforma um mecanismo de exploração criado pelos trabalhadores para ser utilizada pelo capital. Desse modo, as cooperativas formadas por trabalhadores que pretendem ter como base a propriedade comum das condições de produção, ou no caso das prestadoras de serviços, idênticas oportunidades para garantir os meios de sobrevivência, sem estarem submetidas ao

comando do capital, acabam se organizando para ser exploradas em condições mais precárias que a dos trabalhadores, diretamente reunidas pela cooperação capitalista (TAVARES, 2004).

Antunes (2005) defende que estamos vivenciando a erosão do trabalho contratado e estável dominante no século XX e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” e “trabalho atípico”. O exemplo das cooperativas, na concepção desse autor, é o mais eloquente, porque as cooperativas patronais, ou de fachadas, têm, então, sentido contrário ao projeto original das cooperativas de trabalhadores, uma vez que elas são verdadeiros empreendimentos para destruírem direitos e aumentarem ainda mais as condições de precarização da classe trabalhadora (ANTUNES, 2007).

O capital como sistema sociometabólico incorpora tudo o que oferece possibilidade de lucro, e para atingir sua máxima acumulativa se vale das mais diversificadas formas de trabalho. Nesse sentido, mesmo quando a cooperativa é constituída por uma associação livre dos trabalhadores, mesmo sem intenção de gerar lucro, mas o bem comum de todos os cooperados, torna-se um mecanismo de exploração da força de trabalho.

A cooperativa se torna um meio de recrutar trabalhadores sem no entanto lhes garantir os direitos trabalhistas. Nesse sentido, Tavares (2004) esclarece que a Lei nº 8,949/94 trata da não-existência de vínculos empregatícios entre cooperativa, cooperados e empresa tomadora de seus serviços através de cooperativa. Nesse sentido, os cooperados, mesmo que fique evidente a sua participação no trabalho coletivo, não podem recorrer à justiça para reclamar os direitos de um empregado. Permitindo, assim, a exploração do trabalho ao menor custo possível e aumentando a intensidade da acumulação do mais-valor.

Conforme Menezes (2007 b) o artigo 20 da Lei 5.764/71 declara livre o ingresso nas cooperativas a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade. A previsão legal, portanto, é apenas no sentido de que a cooperativa seria criada para prestar serviços de interesse dos associados e nada se fala acerca de serviços prestados por estes a terceiros, mediante intermediação da cooperativa. Mas, em 1994, na trilha progressiva da flexibilização dos direitos trabalhistas, foi dada nova redação ao art. 442 da CLT, que vedava a terceirização de serviços. A nova redação, ditada pela Lei 9.849/94, preceitua, no parágrafo único adicionado, que “[...] qualquer que seja o ramo da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entres estes e seus tomadores de serviço daquela”. Verifica-se, sem dificuldade, que o objetivo da legislação foi, claramente, o de viabilizar a terceirização, assegurando à cooperativa e aos tomadores de serviço a ausência de qualquer responsabilidade

perante o trabalhador, ou seja, este é afastado da tutela celetista. Para culminar o conjunto de artifícios, nos casos mencionados, é considerado autônomo o trabalhador associado à cooperativa que, nesta qualidade, presta serviços a terceiro, como disposto no Regulamento de Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo decreto 2.173, de 05/03/97 (MENEZES, 2007, p.206-207).

Dessa forma, afirma Tavares, que a Justiça do Trabalho deveria se chamar Justiça do Trabalho Abstrato, pois se a prioridade fosse o trabalhador, mesmo nos marcos do capitalismo, o mínimo a lhe ser garantido seria a manutenção do contrato de trabalho com a respectiva proteção social. Entretanto, por mais que se ressaltem as relações horizontais fomentadas pelo cooperativismo, na prática, o que vemos são organizações fraudulentas cujo propósito é tão-somente explorar trabalho, sem custos sociais, e amparadas por uma legislação que cria essa possibilidade para o capital, num momento que prevalece o caráter defensivo da classe trabalhadora e dos organismos que a representa (TAVARES, 2004).

É o Estado que media sob o jugo jurídico o funcionamento das cooperativas que são subordinadas às determinações do capital. Seguindo nessa premissa, a autora afirma que as regras jurídicas para o funcionamento da cooperativa, como para qualquer outra forma de trabalho, são mediadoras da relação capital-trabalho. Seja qual for a forma pela qual os trabalhadores se reúnam para se reproduzirem enquanto força de trabalho, acima deles estará o capital. Embora o discurso cooperativista aponte timidamente para o primado do trabalho, este só pode ser trabalho abstrato, subordinado aos objetivos do capital, e não há como fugir dessa determinação porque o capitalismo não coexistia com outra forma da organização com a qual tivesse que compartilhar poder (Idem, p.74).

Assim sendo, observa-se que o crescimento da cooperativa é mais uma forma encontrada pelo sistema capitalista de transferir a responsabilidade do emprego para o trabalhador, além de negar os direitos trabalhistas e mascarar as altas jornadas de trabalho. Os trabalhadores são seus próprios patrões. É a autoexploração do trabalho em formas precárias de produção, sob o aparato jurídico formal, que sustenta o capital regulando o sistema de cooperativa que só sobrevive se estiver a serviço do capital. O capital se desenvolve a partir de contradições, nesse sentido, ele se apropria de todas as formas de trabalho que são alheias ao sistema, ora controlando e ora articulando, mantendo, assim, a base da produção capitalista, que é o desenvolvimento desigual e combinado de todas as relações sociais.

4.1.2 – A ideologia da cooperativa como forma de negação e exploração do trabalho

O discurso do bem comum e da associação autônoma do cooperativismo tem se intensificado. As pessoas se unem para lutar contra o desemprego e a exploração do capital, sem, no entanto, reconhecer que no cerne de toda forma de trabalho o capital se insere para explorar o lucro, como modelo de organização baseado em relações associativas em que os trabalhadores se unem em prol da coletividade e da democracia. Contraditoriamente, a cooperativa explora o trabalhador e o insere no mercado capitalista.

Segundo dados do SEBRAE (2017), existem aproximadamente 7,5 mil cooperativas registradas na Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), congregando 5,3 milhões de cooperados e 171 mil pessoas empregadas, que são responsáveis por 30% de toda a produção nacional de alimentos e 4,8 das exportações do agronegócio. Diante do exposto, pode-se afirmar que há um crescimento das cooperativas e da importância delas na economia mundial, demonstrando a compatibilidade desse processo com a lógica capitalista. Segundo o SEBRAE (2017), as cooperativas estão organizadas em ramos conforme a área que atuam, mas a que mais cresce é a cooperativa de trabalho (quadro 2).

<i>Ramo</i>	<i>Cooperativa</i>	<i>Característica</i>
Agropecuária	Cooperativa agropecuária	Reúnem produtores rurais ou agropastoris e de pesca, que trabalham de forma solidária na realização das várias etapas da cadeia produtiva
Consumo	Cooperativas de Consumo	Caracterizam-se pela compra em comum de artigos de consumo para seus cooperantes, buscando diminuir o custo desses produtos. Na prática funcionam como supermercados
Crédito	Cooperativas de Crédito (Financeiras)	São sociedades de pessoas destinadas a proporcionar assistência financeira a seus cooperados
Educação	Cooperativas Educacionais	Pais e alunos se uniram para enfrentar a falta de estrutura do ensino público e o alto custo das mensalidades das escolas particulares
Social	Cooperativas Especiais (Cooperativas Sociais)	São as cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas, objetivando a organização e gestão de serviços sócio sanitários e educativos
Habitação	Cooperativas de Habitação	São cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social
Infraestrutura	Cooperativas de Infraestrutura	Cooperativas cuja finalidade é atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura
Mineração	Cooperativas de Mineração	Cooperativas com finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais
Produção	Cooperativas de Produção	Cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias

Saúde	Cooperativas de Saúde	Cooperativas que se dedicam à recuperação e preservação da saúde humana
Transporte	Cooperativas de Transporte	Cooperativas de prestação de serviços de transporte de cargas ou passageiros em suas várias modalidades
Turismo e lazer	Cooperativas de Turismo e Lazer	Cooperativas que têm por finalidade prestar serviços e/ou atender direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços turísticos, lazer, entretenimento, esportes, artísticos, eventos e de hotelaria
Trabalho	Cooperativas de Trabalho	Cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e serviços

Quadro 2: Classificação e organização das cooperativas segundo o ramo das atividades

FONTE: SEBRAE NACIONAL, 2017.

Org.: COSTA, Katinei Santos, 2018.

Esse crescimento resulta do papel que a cooperativa tem exercido na sociedade capitalista, auxiliando o capital a atingir os maiores índices de lucro a baixo custo. O trabalhador é alienado pelo discurso da autogestão, e se torna patrão de si mesmo, sem, no entanto, ver-se na sua condição de explorado. Sendo assim, ele explora a si mesmo e aos outros trabalhadores. As cooperativas mantêm as bases da produção capitalista e contribuem para intensificar a desigualdade social, por meio da organização da produção e mascaramento do desemprego e da precarização do trabalho.

Nesse sentido, organizada por trabalhadores que são submetidos ao trabalho parcelar, domiciliar, recebendo por produção e sem nenhum vínculo empregatício, os cooperados são submetidos à máxima exploração. Nenhuma forma de produção que entre em competitividade com o capital se sustenta. A cooperativa serve ao capital como fetiche da liberdade e da autonomia, que aprisiona e empobrece o trabalhador. Dessa forma, é inegável a importância da cooperativa no processo de acumulação capitalista atual, pois, ao mesmo tempo que liberta o trabalhador do patrão e da jornada de trabalho, aprisiona-o ao endividamento do financiamento e ao trabalho por produção.

A cooperativa tem sido uma estratégia utilizada para organizar a produção e legalizar a informalidade, sem, no entanto, ameaçar a acumulação capitalista e, sim, promover a valorização do capital. Esse modelo se inscreve nas mais diversas atividades que possam auferir lucro. Nesse contexto, a atividade de beneficiamento da castanha de caju é apropriada pelo capital das mais diversas formas, criando e recriando, (des) organizando as relações e os meios de produção. Por um lado, investe nas minifábricas, insere tecnologia, cria os Arranjos Produtivos, associações e cooperativas, por outro, mantém o trabalho domiciliar, artesanal e precário.

O beneficiamento da castanha de caju, enquanto atividade econômica de subsistência, é praticada no agreste sergipano há mais de 50 anos, com o objetivo de garantir a sobrevivência familiar e não o lucro. A atividade era passada de geração em geração e consistia em uma atividade complementar. Com o crescimento da importância do produto no mercado mundial, houve o aumento da produção e do beneficiamento da castanha no Nordeste Brasileiro, e, para atender à demanda e às exigências do mercado, fez-se necessário organizar e controlar a produção, que, no primeiro momento, deu-se com a formação da Associação de Beneficiadores e Vendedores da Castanha de Caju do Povoado Carrilho, no município de Itabaiana.

Para atender a tais exigências e adquirir recursos para melhorar o processo de beneficiamento da castanha, e assim, atender às exigências do mercado, surgiu, no ano 2000, a Associação de Beneficiadores e Vendedores da Castanha de Caju do Povoado Carrilho, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e de comércio da castanha. A associação reuniu todos os trabalhadores e comerciantes da localidade a fim de adquirir maior representatividade e assim chamar atenção do Estado e de instituições financiadoras para instalarem políticas públicas nas áreas de beneficiamento (COSTA, 2011).

A associação, que tinha como objetivo reunir os trabalhadores para juntos lutarem pela melhoria das condições de trabalho e de vida, a princípio não deu certo, mas trouxe, naquele momento, a possibilidade de aumentar o valor agregado ao produto e aumentar a produtividade. Mediante o projeto Santa Maria, a referida associação foi elaborada, organizada e acompanhada pela PRONESE (Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe) e financiada pelo Banco Mundial. A Unidade de Beneficiamento da Castanha de Caju foi inaugurada em 2004, mas só chegou a funcionar anos depois, com a inserção de algumas novas técnicas e equipamentos no processo de beneficiamento da castanha de caju, como a estufa para secar a castanha, bem como com a produção da castanha doce e salgada.

Sem recursos e apoio para continuar o projeto, muitos associados se afastaram. Anos depois, surgiu uma nova possibilidade de melhoria das condições de vida para os trabalhadores, quando, em maio de 2013, foi criada a Cooperativa dos Beneficiadores da Castanha – COOBEC, com o apoio do PRONESE, BNDES, INSTITUTO VOTORANTIM e Programa Redes (figura 19). A cooperativa conta hoje com 14 cooperados que trabalham juntos em prol do bem comum de todos.



Figura 19 – Placa da Central de Beneficiamento da Castanha de Caju. Povoado Carrilho – Itabaiana – Se. Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

A cooperativa mudou a estrutura e o modo de produção na comunidade do povoado Carrilho (figura 20). Uma das mudanças observadas foi a dependência do atravessador para fornecer a castanha *in natura* e comprar depois a castanha beneficiada para fornecer no mercado tanto formal quanto informal. Com a cooperativa a castanha *in natura* é adquirida diretamente com os produtores, nos estados da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí, diminuindo o custo da matéria-prima, sendo vendida diretamente nos mercados formal e informal, para supermercados, lojas, fábricas e indústrias, aumentando o ganho da produção.



Figura 20 – Cooperativa de Beneficiamento da Castanha de Caju. Povoado Carrilho, Itabaiana – SE.
Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

A inserção dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) é uma mudança relevante no modo de beneficiamento da castanha de caju, que contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e diminuir o risco de acidentes de trabalho. Os trabalhadores usam fones de ouvidos para anular o barulho das máquinas, máscaras para não inalar a fumaça, luvas para proteger as mãos e evitar o contato com o azeite e roupas longas para proteger o corpo do azeite. No entanto, observa-se (figura 21) que nem todos os trabalhadores utilizam os equipamentos. Eles alegam que os equipamentos atrapalham o melhor desempenho nas atividades.



Figura 21 – Bancada para quebra da castanha -Cooperativa de Beneficiamento da Castanha de Caju. Povoado Carrilho – Itabaiana -SE.
Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Ao contrário do que acontece no beneficiamento feito de forma artesanal, em que o trabalhador fica exposto à fumaça, ao intenso calor do fogo, sentado no chão batido e sem nenhum tipo de proteção, com a cooperativa ocorre algumas mudanças no modo e nos instrumentos de produção. Todas as etapas do beneficiamento são realizadas em bancadas e mesas, em que os trabalhadores manuseiam os instrumentos sentados e com segurança. Sobre essa mudança, um dos entrevistados diz o seguinte: [...] *melhorou a postura, antes tinha muitas dores nas costas, quando deitava tinha dificuldade de levantar com as costas envergadas de ficar sentada no chão* (Entrevistado CM, Povoado Carrilho – Itabaiana - SE, 2016). Outra mudança é o forno semi-industrial em que a castanha é assada sem o trabalhador manter o contato direto com o fogo, e que possui filtros contra a liberação de gases poluentes na natureza (figura 22).



Figura 22– Forno semi-industrial – Cooperativa de Beneficiamento da Castanha de Caju, Povoado Carrilho – Itabaiana – SE.
Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

A máquina manual de quebrar castanha também é um dos instrumentos inseridos no processo de beneficiamento na cooperativa. Nessa máquina, as castanhas são quebradas uma a uma em uma bancada para depois passarem pelo processo de despeliculagem (que consiste no processo de limpeza da castanha, a retirada da casca e da pele). Depois desse processo, elas são empacotadas e embaladas para serem levadas ao mercado (figura 23).



Figura 23 – Máquina manual de quebrar castanha – Cooperativa de Beneficiamento da Castanha de Caju. Povoado Carrilho – Itabaiana – SE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016

A castanha de caju passa a ser processada seguindo padrões de qualidade exigidos pelo mercado, para melhorar as condições de higiene, por meio da utilização de técnicas para aumentar a qualidade e a produtividade. No entanto, quando são questionados sobre quais foram as mudanças que a cooperativa trouxe para a vida e para o trabalho, 90% dos cooperados responderam que foram os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), bem como o horário de trabalho²⁴; apenas 10% afirmaram que a principal mudança foi em termos salariais e que todos os ganhos são divididos de forma igualitária. Mensalmente, é realizada uma reunião onde há a prestação de contas e as decisões são tomadas no coletivo.

A diária do trabalhador da castanha começa por volta das 00:00h (meia noite) e não tem tempo limite para encerrar, pois a diária se limita à produção, quando acaba a mercadoria, e é o empregador que determina a quantidade de castanha que vai ser beneficiada diariamente. Eles trabalham quatro dias por semana. No município de Campo do Brito, o trabalho se dá de segunda a quinta-feira, pois na sexta-feira ocorre a feira local. Para alguns esse é “o dia de

²⁴ A diária do trabalhador da castanha começa por volta das 00:00h (meia noite) e não tem tempo limite para encerrar, pois a diária se limita a produção, quando acaba a mercadoria, e é o empregador que determina a quantidade de castanha que vai ser beneficiada diariamente. Eles trabalham quatro dias por semana. No município de Campo do Brito de segunda a quinta-feira, pois na sexta-feira ocorre a feira local. Para alguns, esse é “o dia de descanso” ou “o dia da ressaca”, mas a maioria dos trabalhadores se dedica a outras atividades para aumentar a renda da família, já no município de Itabaiana é a segunda-feira o dia de descanso, sendo que alguns trabalhadores não trabalham na castanha, nem no sábado, nem na quarta-feira que são os dias da feira local, pois muitos também são feirantes ou trabalham na feira.

descanso” ou “o dia da ressaca”, mas a maioria dos trabalhadores se dedica a outras atividades para aumentar a renda da família. Já no município de Itabaiana é a segunda-feira o dia de descanso. Alguns trabalhadores desse município não trabalham na castanha, nem no sábado, nem na quarta-feira, que são os dias da feira local, pois muitos também são feirantes ou realizam outra atividade na feira.

Com a cooperativa, a jornada de trabalho vai das 5:00h às 11:00h, no turno da manhã, e das 13:00h às 17:00h no turno da tarde, o que equivale a 10 horas de trabalho. No entanto eles têm que atingir uma meta diária de produção. Por esse motivo, pode-se observar que a mudança se dá no horário de iniciar a produção. Os trabalhadores que não foram inseridos iniciam o processo de assar a castanha ainda na madrugada, entre 1:00h e 2:00h, e encerram assim que atingem a meta diária ou quando termina a matéria-prima. Em média, são 14 horas de jornada de trabalho, dependendo do volume de castanha *in natura* e do número de trabalhadores envolvidos no processo.

Quando perguntado a opinião deles sobre a cooperativa, as respostas são sempre positivas e carregadas de ideologias, como:

É um presente de Deus por nós, é uma bênção, desde estou aqui na cooperativa e só saio quando ela acabar ou eu morrer (Entrevistado BH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2016).

A cooperativa melhorou minha vida, é a salvação para muitos que se cooperou aqui, melhor do que trabalhar lá fora sem segurança, arriscando, aqui a gente tem tudo para trabalhar e ainda as coisas de proteção que melhorou a saúde dos trabalhadores (Entrevistado SH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2017).

Foi muito bom, uma coisa de Deus essa cooperativa. Com esse dinheiro consigo pagar minhas contas, se trabalhar mais ganha mais, pois tem um bônus, minha família vive melhor (Entrevistado TH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2016).

Mudou muito a forma de trabalhar, o desgaste físico é menor, até a forma de sentar para trabalhar, o ganho maior é a saúde (Entrevistado WH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2016).

Do total de entrevistados, apenas 2% apontaram algum aspecto negativo, mas não como crítica ou expressando um conhecimento das reais condições de exploração a que o trabalhador é submetido para servir ao capital, mas sim como uma sugestão de melhoria coletiva. Quanto a isso, vejamos algumas das respostas dos entrevistados:

A gente dorme mais, só precisa melhorar um pouquinho o salário, mas não pode pagar, o que pode pagar a gente tá pagando, mais vai melhorar mais (Entrevistado JH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2016).

É um processo difícil, por enquanto as mudanças são poucas, mas espero que melhore mais (Entrevistado GH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2016).

Melhorou o trabalho, mas falta aumentar mais um pouco o salário, mas ainda não pode. (Entrevistado IH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2016).

A primeira fala do entrevistado JH chama a atenção pela carga ideológica que está inserida no cotidiano dos cooperados, que se veem como donos dos meios de produção, sendo assim patrão de si mesmo, como se realmente eles pudessem determinar e gerir seu salário, quando na realidade é o capital que controla e determina os ganhos e os preços da castanha no mercado. A cooperativa se insere no mercado para poder competir com as grandes empresas, e com isso se assemelha cada vez mais a uma empresa capitalista. No entanto, ela não tem autonomia para gerir seu capital, pois é apropriado pelos capitalistas e não pelos cooperados.

Diante do exposto, podemos afirmar que, mesmo a cooperativa estando organizada pelos cooperados, com base nos princípios da igualdade e do bem comum de todos, onde todos tem o direito de votar e decidir pelo melhor para todos, na realidade em nada modifica a sua condição de explorado. Os cooperados são trabalhadores alienados pelo discurso da classe dominante que se perpetua no sentido de camuflar a realidade social. É inegável que a cooperativa trouxe mudanças na organização da produção e do trabalho, como também melhorias, devido à inserção tecnológica na produção, mas não para todos: muitos trabalhadores são excluídos e permanecem produzindo nos fundos das casas ou nos terrenos.

Além disso, não são os cooperados que definem o preço da mercadoria, mas o mercado; não é a organização do trabalho que estabelece o valor do produto, mas o capital. Os cooperados são submetidos ao trabalho por produção, sem nenhuma garantia trabalhista, pois só recebe se trabalhar. Sendo assim, o pagamento é feito mediante a produção: “[...] *se trabalha mais, ganha mais, no final do dia pesa a quantidade e no final do mês soma e faz o pagamento de acordo com o que trabalhou*” (Entrevistado MH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2016).

O pagamento é realizado conforme a produção, e de acordo com a função do trabalhador. O assador recebe o maior salário, e os ganhos não são divididos de forma igualitária como prega o discurso, pois não se tem ganho nem lucro, quem ganha é o sistema capitalista mediante acumulação do valor extraído. Quando perguntado se possuem carteira de trabalho assinada, todos responderam que são cooperados e que, por isso, não a têm assinada: “*não tenho patrão sou cooperado*”. É o discurso ideológico do capital que camufla a exploração da força do trabalho nas cooperativas, pois os trabalhadores não se veem como trabalhadores, mas como autônomos, donos de si e dos meios de produção, quando na verdade eles são despossuídos dos meios de produção que só existem na coletividade para servirem ao capital; são possuidores apenas da sua força de trabalho.

Como instrumento de exploração do capital, as contradições são inerentes à cooperativa que exclui a maioria dos trabalhadores, pois não tem estrutura e condições para agregar todos os membros da família e nem todos os trabalhadores da comunidade. Como é um

trabalho realizado pela família, os demais permanecem realizando o trabalho nas casas de castanha, por conta própria, para atravessadores ou de forma associada com outros trabalhadores que se unem para comprar a castanha *in natura* e, ao término do beneficiamento, vendem e dividem o ganho. No entanto, em alguns casos são os próprios trabalhadores que não querem participar da cooperativa. Quando perguntados por que não estão na cooperativa, alguns responderam:

Porque acho melhor trabalhar para mim mesmo, ganho mais, já tem comprador certo, não tenho hora para cumprir, na cooperativa tem horário, ganha menos e trabalha mais (Entrevistado XH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2017).

Já tentei na cooperativa, mas não deu certo, você trabalha e não tem nada, aqui trabalho para os outros e quando dá trabalho para mim (Entrevistado QH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2017).

Não muda nada com a cooperativa, vem trabalhar no mesmo horário que a gente, as luvas e a máscara a gente usa também, é melhor ficar aqui nas casinhas (Entrevistado LH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2017).

Dessa forma, a cooperativa é uma estratégia organizada pelo capital para explorar a força de trabalho. Ela se torna, mesmo sem intenção, um mecanismo criado pelos trabalhadores para o capital explorá-los. É o capital que determina o preço da castanha no mercado e impõe o preço da força de trabalho: “[...] o preço é tabelado para a comunidade e na cooperativa é o mesmo jeito: quem quebra ganha R\$40,00 (quarenta reais) por dia, R\$70,00 (setenta reais) para assar, e para pelar recebe R\$2,00 (dois reais) por Kg de castanha pelado”. Quando perguntado quem determina esses valores, uma entrevistada respondeu: “[...] o preço é esse e a gente não sabe quem disse o preço, só sabe que é o mesmo preço para todo mundo, e passa ano e não aumenta” (Entrevistado YH, Povoado Carrilho – Itabaiana, SE, 2016).

A cooperativa é subordinada às ordens e ditames do capital que, contraditoriamente, produz o desemprego e o trabalho precarizado na mesma dimensão. Nesse sentido, o capital se insere de forma contraditória nas relações de produção de subsistência, como na atividade de beneficiamento da castanha de caju, para extrair a mais-valia dos trabalhadores excluídos das relações de produção capitalista, que são submetidos às diversas formas de trabalho.

O engodo da igualdade se constrói na desigualdade, e o novo e velho interagem para produzir mais-valia às custas do suor dos trabalhadores beneficiadores da castanha de caju. Nesse sentido, o capital, contraditoriamente, com o discurso da formalidade, vai camuflar a informalidade para adequar as velhas formas de trabalho às novas exigências da acumulação capitalista, sem, no entanto, eliminar as velhas formas de exploração (figura 24).



Figura 24 – Casa de Beneficiamento da Castanha de Caju. Povoado Carrilho, Itabaiana -SE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Os sujeitos envolvidos no processo de beneficiamento da castanha refletem as contradições do capital no mundo do trabalho, que se desvela em um universo de desempregados que se assujeitam ao capital para garantirem a sobrevivência precária da força de trabalho: são os expropriados do trabalho que buscam alternativas de trabalho. Entretanto, os sujeitos envolvidos no processo de beneficiamento da castanha não se veem como trabalhadores.

4.2 – Os Fetiches do Mundo do Trabalho Alienado no Processo de Beneficiamento da Castanha de Caju

Na leitura marxista o fetiche é fundamental para garantir o ciclo de reprodução do capital, uma vez que confere às relações de exploração um caráter natural que camufla as contradições sociais e a necessidade dos homens é submetida às vontades e desejos da mercadoria. Marx (2003) defende que a forma das mercadorias como uma relação social assume o aspecto fantasmagórico de uma relação de coisas dotadas de vida própria que consiste numa ilusão que naturaliza um ambiente social específico, revelando sua aparência de igual e ocultando sua essência de desigualdade (MARX, 2003). Nesse sentido, o autor afirma o seguinte:

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho (MARX, 2003, p. 94).

A mercadoria dentro do sistema capitalista tem a função de ocultar as relações sociais de exploração do trabalho que são garantidoras de toda a riqueza que é socialmente produzida e apropriada pelo capital. No cerne de toda sociedade capitalista, está o lucro que se materializa com a troca da mercadoria por dinheiro para gerar ainda mais dinheiro, que só é possível porque, além do valor de uso, está inserido na mercadoria o valor de troca.

O capital constrói ideias que camuflam a realidade e as relações de exploração a que são submetidos os trabalhadores. Os fetiches são criados para ocultar uma realidade, no sentido de alienar o trabalhador a aceitar sua condição dentro da divisão social de classes. Na leitura marxista, o fetiche da mercadoria se estabelece pelo caráter que a mercadoria possui na sociedade capitalista, no sentido de ocultar a exploração das relações de trabalho. A alienação surge com a ascensão da sociedade de classes, que, por sua vez, são fundamentadas no trabalho alienado. Sendo assim,

[...] o trabalho alienado é aquele no qual o produtor não se pode reconhecer no produto de seu trabalho porque as condições desse trabalho, suas finalidades reais e seu valor não dependem do próprio trabalhador, mas do proprietário das condições de trabalho (CHAUÍ, 2012, p.63)

Nessa perspectiva, são criados e recriados os fetiches que mediam as relações de exploração do trabalho no processo de beneficiamento da castanha de caju, que garante a produção da riqueza do empresário e a miséria do trabalhador. Os fetiches são ilusões criadas para mistificar a realidade de exploração a que estão submetidos os trabalhadores. Harvey (1999) exemplifica essa intensificação na construção de imagens de mundo (imagens e signos) como um mecanismo de manipulação de desejos e gostos, os quais têm grande importância para a dinâmica de crescimento do capitalismo.

A teoria do fetichismo segundo Marx (2003) consiste no mecanismo de ocultar a realidade que aparece como uma relação entre coisas, quando, na verdade, é uma relação entre pessoas, e é o produto que exerce controle sobre o produtor. Os fetiches surgem dentro desse contexto como objetos do discurso dominante para mascarar as relações de exploração, e controlam todo o processo produtivo. A atividade de beneficiamento da castanha de caju se

insere no modo de produção capitalista como fonte de riqueza para o capital e miséria para o trabalhador que é submetido às diversificadas formas de exploração da força do trabalho.

As relações de exploração a que são submetidos os trabalhadores da castanha aparecem como se fossem naturais e uma escolha livre deles. Com efeito, eles não se veem como “forçados” no sentido de que é a única oportunidade que lhe é imposta pelo sistema de produção. A não compreensão de sua condição de explorado e da dimensão da riqueza material da castanha de caju confere ao processo de beneficiamento a característica de trabalho alienado, em que o homem transforma o seu trabalho em meio de subsistência sob as mais diversas formas de exploração.

O trabalho perde a sua condição natural de trabalho livre e vital para a existência humana e torna-se um trabalho forçado, que aliena e degrada o trabalhador sob o jugo da ideologia do não-trabalho, uma vez que o trabalhador, em sua condição de miserabilidade, não vê a atividade da castanha de caju inserida na dinâmica de reprodução do sistema capitalista, como se fosse uma atividade independente, e ainda sem valor. A ideologia do não-trabalho se materializa no discurso da autonomia e da liberdade, alienando o trabalhador que não compreende que é uma liberdade que aprisiona e uma autonomia que degrada a sua força de trabalho. A liberdade se dá na sua condição de sujeito explorado sob as condições mais arcaicas e precárias de produção que destrói sua existência.

4.2.1 - Autonomia e liberdade: o discurso perverso do capital na negação do trabalho

A liberdade é o ato de consciência que consiste numa decisão concreta entre diferentes possibilidades concretas (LUCKÁCS, 2013). Em outras palavras, é liberdade de escolha dentre várias possibilidades, ou ainda o desejo de alterar a realidade a partir dessas escolhas. Nesse sentido, Mészáros (2004), fundamentado na concepção marxiana, afirma que a libertação é um ato histórico, não é um ato mental. Isto porque os grandes obstáculos que devem ser superados para possibilitar, em termos históricos reais, a desejada autonomia dos indivíduos sociais não estão no reino das ideias autogeradoras, mas no plano das estruturas reprodutivas mais vitais da sociedade.

Se a liberdade consiste em um ato de escolha e de mudança social no exercício das funções humanas, e a autonomia seria o poder de decisão e intervenção no desenvolvimento dessas funções, pode-se afirmar que a liberdade e a autonomia é uma ilusão na sociedade

capitalista. Como exercer a liberdade de escolha se as atividades e as condições de produção são impostas, e se escolhe não porque é livre para escolher, mas sim porque é a possibilidade que lhe foi imposta como possibilidade de sobrevivência.

A condição da liberdade não está no plano das ideias, mas de uma estrutura sociometabólica de produção de riqueza que aprisiona o trabalhador aos seus interesses. Nesse sentido, a liberdade e a autonomia consistem em uma estratégia do capital em camuflar a realidade e manter as amarras do trabalho precário. A liberdade e a autonomia são um fetiche que não se concretiza, pois não é possível ser livre em uma sociedade que se sustenta na exploração da força de trabalho. Para Mészáros (2004), a autonomia e o poder de autossustentação das formas ideológicas costumam ser apresentados de maneira muito exagerada, às vezes chegando a fazer supor sua completa independência das determinações materiais subjacentes.

As ideais capitalistas devem ser dominantes e os trabalhadores as assumem como se fossem suas. O discurso da liberdade e da autonomia é difundido pelo capital como estratégia de exploração no beneficiamento da castanha de caju no agreste sergipano, que cega e aliena o trabalhador, uma vez que, para satisfazer suas necessidades essenciais como comer, beber e dormir, ele precisa realizar trabalho. Nessa condição, a autonomia de decidir como e quando vai trabalhar é uma ilusão que oculta as relações de exploração e degradação do sujeito que trabalha na castanha.

E, quando o trabalhador alienado pelo discurso da classe dominante diz “*Aqui não tem patrão, trabalho quando quero*” (Entrevistado C), ele oculta na sua fala o fato de seu patrão ser o capital. Por isso este é onipresente, não determina quando o sujeito deve trabalhar, uma vez que não precisa, pois impõe todas as condições para que não se tenha outra possibilidade de sobrevivência. O discurso do não-trabalho é imposto para assegurar a exploração e o controle de todo o ciclo do e para o capital. Nesse sentido a ideologia tem a função de assegurar a dominação de uma classe e controlar as forças produtivas. É através da ideologia que o sistema capitalista consegue a subordinação do trabalho e do trabalhador à lógica do lucro e do dinheiro.

O não-trabalho permite que o trabalhador viva a ilusão da liberdade e da autonomia de si e para si, pois o trabalhador não tem patrão, nem horas a cumprir, não tem o seu dono. Dessa forma, “não tem trabalho”, “não é trabalho” já que só se realiza sob a sua única e inteira vontade, como afirma um dos entrevistados: “[...] *a gente decide a hora e quando vem trabalhar, venho cedo porque sou assador e é melhor porque o tempo é fresco na madrugada e quando esquent*

já terminei” (Trabalho de campo 2016, Entrevistado L). O trabalhador não compreende que ele vai cedo não porque quer, mas porque é a única possibilidade que lhe é imposta.

Assevera Tavares (2004) que o tempo de trabalho perpassa toda a discussão, embora concretamente o que mais se evidencia é a externalização do trabalho, que sai do interior da empresa para outro espaço, que pode ser a cooperativa, a associação, a empresa familiar ou o domicílio do trabalhador ou trabalhadora, fato que torna a subordinação menos visível do que nos empregos formais. Essa externalização, traduzida como autonomia pelos apologistas do capital, cria a ilusão de que o trabalho deixou de ser subordinado simplesmente porque o trabalhador não sofre, às vezes, uma vigilância direta do empregador, como ocorre quando o trabalho é executado segundo uma obrigação por resultados, sob rigoroso controle e sob maior exploração. Trata-se tão somente de uma falsa autonomia, marcada pelo desassalariamento e pela precariedade, na qual o tempo de trabalho continua a ser uma categoria dominante (TAVARES, 2004).

A autonomia se estabelece no momento em que o trabalhador se sente dono da sua força de trabalho por ser livre para determinar quando e onde trabalhar, pois se sente dono do tempo que é dedicado ao trabalho. Entretanto, ser livre para decidir como e quando será explorado não significa ser dono de si, tampouco trabalhar para si, mas sim para o capital. Isso não significa que ele tem autonomia ou controle de sua força de trabalho, mas que ele é livre para ser trabalhador explorado pelo capital, pois é o capital que determina o seu trabalho e a intensidade do mesmo ao determinar o ganho por produção, uma vez que se não trabalha não se reproduz enquanto trabalhador.

A autonomia é uma forma de mascaramento das relações de exploração que se dá a partir da extrema alienação quando o trabalhador não se reconhece como trabalhador e a atividade desenvolvida como trabalho. O fetiche do não-trabalho é uma estratégia de controle da força de trabalho, pois, ao não se reconhecer como trabalhador, não se luta por melhores condições de trabalho e de salário e, conseqüentemente, a exploração torna-se ainda maior. Nesse sentido, a ideologia do não-trabalho se perpetua entre os trabalhadores que são submetidos a condições sub-humanas de trabalho, a fim de fazê-los realizar somente o necessário para a sobrevivência. Assim, mantêm-se vivos para serem explorados pelo capital.

4.2.2 - A ideologia do não-trabalho: roupagens da precarização do trabalho

A ideologia é considerada o principal obstáculo da consciência para a autonomia e a emancipação. Deste ponto de vista, ela torna-se sinônimo da “falsa-consciência” autoenganadora, ou até mesmo mentira pura e simples, por meio das quais a “verdade” é ocultada por sete véus, sendo o acesso a seus segredos permitindo apenas a “especialistas” privilegiados que sabem como decifrar o difícil significado dos sinais reveladores, enquanto as massas enganadas são deixadas ao próprio destino, condenadas a permanecer prisioneiras da ideologia (MÉSZÁROS, 2004).

A ideologia é o discurso da classe dominante que impõe suas ideias como verdades com o objetivo de escamotear a realidade social. Na leitura marxista, como vimos anteriormente, ideologia é um conjunto de ideias ou representações elaboradas pela sociedade burguesa com a finalidade de manter os interesses da classe dominante, fazendo com que a realidade social apareça como justa e verdadeira.

A ideologia é um instrumento de dominação de uma determinada classe em relação às demais, que age a partir das ideias que são criadas para justificar e mascarar as desigualdades sociais. A classe que dispõe dos meios de produção material é também a possuidora das ideias dominantes, pois, para manter o poder e o controle social, é preciso ser não apenas detentor dos meios materiais de produção, mas também dos meios intelectuais. Nesse sentido, Marx (2003) afirma que a ideologia são ideias da classe dominante que aparecem como verdades para as demais classes, configurando-se como uma falsa consciência, uma representação invertida da realidade, que tem sua base ontológica na divisão social do trabalho e em diferentes classes sociais. Sendo assim,

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. A partir deste momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência das práxis existentes, representar algo sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’ (MARX; ENGELS, 2007, p. 35-36).

Como a essência do ser social é o trabalho e a riqueza da sociedade capitalista também é o trabalho, há uma separação entre o trabalho material e o intelectual. Segundo Chauí (2012), a divisão social do trabalho não consiste na simples divisão de tarefas, mas na manifestação de algo fundamental na existência histórica de diferentes formas de propriedade privada, isto é, na

divisão entre as condições e instrumentos ou meios de trabalho e o próprio trabalho, incidindo por sua vez, na desigual distribuição do produto do trabalho. Ou seja, a divisão social do trabalho engendra e é engendrada pela desigualdade social ou pela forma da propriedade (CHAUI, 2012).

Dessa forma, é na sociedade capitalista que se tem o ápice da divisão social do trabalho quando separa o trabalhador dos seus meios de produção, e quando o trabalho e seu produto se tornam mercadoria para o capital. O trabalhador não produz mais para sua subsistência, mas para a reprodução da riqueza capitalista, que Marx (2003) denomina de trabalho alienado, em que o produtor não se reconhece nem no produto de seu trabalho, nem no processo de trabalho. Esse processo se materializa no fetichismo da mercadoria como se as atividades de realização do trabalho fossem independentes do ser, e não fossem a essência de toda a riqueza que é socialmente produzida, mas distribuída de forma contraditória e desigual.

Como o desenvolvimento da sociedade capitalista se dá de forma desigual e contraditória, a ideologia tem papel fundamental para camuflar as relações sociais de acordo com a necessidade de determinado momento histórico. Dessa forma, a ideologia do não-trabalho, criada pelos trabalhadores explorados no beneficiamento da castanha de caju no município de Campo do Brito – SE, é apropriada pela classe dominante para camuflar as relações de exploração e precarização do trabalho no agreste sergipano.

A prática de beneficiar a castanha de caju era desenvolvida pela família e vizinhos nas pequenas propriedades rurais para a subsistência, por ser um alimento saboroso e usado em várias receitas da culinária. Tradicionalmente, a castanha de caju tinha papel de destaque na culinária nordestina. Entretanto, era uma atividade sem valor de troca, e sim de uso. Com a valorização do produto no mercado, a atividade é apropriada para produzir valor, sem, no entanto, agregar trabalho. Nesse sentido, não é trabalho, o trabalhador não se vê como trabalhador, tampouco vê a atividade que realiza como trabalho.

Os sujeitos envolvidos no processo de beneficiamento da castanha refletem as contradições do capital no mundo do trabalho, que se desvela em um universo de desempregados e que se assujeitam ao capital para garantir a sobrevivência precária. O trabalho realizado no processo de beneficiamento da castanha é, para os trabalhadores um, “bico”, uma alternativa para ganhar dinheiro e suprir a ausência do trabalho. Eles dizem que quebram a castanha, mas não que trabalham a beneficiando. Quando perguntados sobre que profissão ou trabalho estão exercendo no momento, eles responderam:

[...] quebro castanha porque não tenho outra oportunidade, já trabalhei na roça e de doméstica, mas hoje não tem emprego, a crise chegou até na roça, então fico na castanha e arrumo o que comer.... (Entrevistado EM, Povoado Poço Comprido, Campo do Brito – SE, 2016).

Não estou trabalhando, eu quebro castanha (Entrevistado AM, Povoado Murginga – Campo do Brito, SE, 2016).

Já trabalhei muito na roça e de pedreiro, hoje quebro castanha e ganho um pouquinho que dá para comer. (Entrevistado RM, Povoado Poço Comprido – Campo do Brito, SE, 2017)

Eu vendo na feira e no dia que não tem feira quebro castanha. (Entrevistado OM, Povoado Murginga – Campo do Brito, SE, 2016)

Estou desempregada, no momento venho pelar castanha até encontrar um emprego, para não ficar parada (Entrevistado NM, Povoado Murginga – Campo do Brito, SE, 2016).

Podemos observar, nas falas dos trabalhadores, a alienação que se dá pelo não reconhecimento da atividade que realiza como trabalho. E esse não reconhecimento é produto do próprio processo histórico de desenvolvimento da atividade de beneficiamento da castanha de caju, como atividade tradicional de subsistência sem fins lucrativos para o sistema capitalista. Nesse contexto, a classe dominante, detentora dos meios de produção, apropria-se da castanha enquanto matéria-prima e do trabalho para produzir mais-valia, sem alterar as relações e o modo de produção que sustentam a ideologia do não-trabalho, mecanismo de controle e manutenção da exploração da força de trabalho no processo de beneficiamento da castanha de caju.



Figura 25 – Casa de Beneficiamento da Castanha de Caju. Povoado Lagoa – Campo do Brito-SE
Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Nesse sentido, não importa a origem das ideias nem se são verdadeiras ou não, mas se as ideias se perpetuam de forma ideológica para legitimar uma relação de produção. Eagleton (1997) afirma que nem todas as ideias que se originam da classe dominante são necessariamente ideológicas. Isso porque pode ocorrer o inverso, isto é, a classe dominante pode se apropriar de uma ideia que se originou de outra classe e utilizá-la para seus propósitos. A ideologia do não-trabalho, a ideia de que ao beneficiar a castanha não se está realizando trabalho, mas uma atividade temporária para suprir a ausência do emprego, foi mistificada pelos próprios trabalhadores e apropriada pelos capitalistas que exploram a força de trabalho.

Podemos observar também que os trabalhadores resistem em aceitar a atividade como trabalho que garante a sobrevivência da família. Por isso, vivem alienados pelo discurso da flexibilidade, de que é uma situação temporária, de que logo conseguirão um emprego. Nesse sentido, quando um dos entrevistados foi questionado sobre como são estabelecidas as relações de trabalho, ele respondeu: [...] *não tem nenhum acordo, e nem precisa de acordo, não trabalho aqui, venho quando quero e dá certo porque estou sem trabalho (Entrevistado XM, Povoado Poço Comprido – Campo do Brito, SE, 2017)*. Sobre a mesma questão, outros trabalhadores responderam o seguinte:

Aqui o acordo é na conversa, chego e pergunto se tem castanha, se tiver fico e se não tiver vou para outra casinha, não precisa de acordo, quem manda é a gente, se quiser trabalhar, trabalha, e se tiver castanha quebra, e assim vai até encontrar um trabalho, pior é não ter o que comer (Entrevistado RM, Povoado Poço Comprido - Campo do Brito, SE, 2017).

Não precisa de acordo, acordo é nas empresas, para que assinar um papel e ficar preso, assim, venho quando quero e quando arrumar um emprego não preciso de permissão de ninguém, aí sim vou trabalhar e viver bem (Entrevistado RH, Povoado Poço Comprido - Campo do Brito, SE, 2017).

Aceitar a atividade de beneficiamento da castanha como trabalho é aceitar a condição do desemprego, a condição de trabalhador excluído do setor formal, é também compreender as contradições das relações que envolvem os sujeitos que exploram e os que são explorados pelo sistema capitalista. No entanto, não interessa ao capital que o trabalhador veja as desigualdades e se reconheça nelas, e ainda que é ele quem produz a riqueza, mas vive na miséria.

Conforme o exposto, o trabalhador da castanha de caju não reconhece a atividade que produz como trabalho, e nessa condição não reconhece a riqueza do seu trabalho, mas sim a riqueza do capital, como se esta fosse alheia ao trabalho, como se a riqueza fosse produto do capital e não do trabalho. O capital se apropria da ideologia do não-trabalho para explorar de forma perversa a força de trabalho, pois, se não é trabalho, não se tem vínculo, nem direitos e

nem mercadoria, são sujeitos assujeitados pelo capital à exploração e à precarização. Desse modo, o

[...] sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados (ANTUNES, 2001, p.16).

Mészáros (2006)²⁵, ao discutir o desemprego e a precarização no livro *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, afirma que nenhum setor do trabalho está imune à miséria desumana do desemprego e do “trabalho temporário”, que é chamado, em algumas línguas, de “precarização”, apesar de na maioria dos casos, seu significado ser tendenciosamente deturpado como “emprego flexível”. Com o desenvolvimento do sistema capitalista, há uma crescente tendência ao desemprego e à precarização do trabalho que se materializam nos instrumentos e nas condições de trabalho.

Conceição (2005, p. 2) afirma que tudo é permissível ao capital para atingir seus fins como “[...] a expropriação e a miséria dos trabalhadores”, que caracterizam o trabalho precário. Este, por sua vez, de forma contraditória, insere o trabalhador no trabalho sem inseri-lo no mercado de trabalho, pois a precarização é uma estratégia do capital para aumentar o seu lucro. A produção ocorre sob condições precárias e o trabalhador produz a baixos custos. Com a precarização do trabalho, o capital mascara o desemprego e atinge a máxima da exploração do trabalho: altas jornadas de trabalho são submetidas, além da exposição a condições e instrumentos precários de produção.

Sendo assim, “[...] a precarização social contemporânea do trabalho torna-se o centro das transformações produtivas do capitalismo em suas várias dimensões” (ANTUNES; DRUCK, 2014, p.16). O capital se favorece do discurso do não-trabalho para alienar e submeter o trabalhador da castanha de caju às formas mais degradantes de exploração da força de trabalho. Com efeito,

Estas modalidades de trabalho — configurando as mais distintas e diferenciadas formas de precarização do trabalho e de expansão da informalidade — vêm ampliando as formas geradoras do *valor*, ainda que sob a *aparência* do *não valor*, utilizando-se

²⁵ O autor é contundente ao afirmar que atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante. Nessa nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de interdeterminações, por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra, em que políticos liberais de alguns países privilegiados afirmavam a possibilidade do pleno emprego em uma sociedade livre.

de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de *autoexploração* do trabalho) (ANTUNES, 2011, p.407).

Redesenhando novas e velhas formas de subsunção do trabalho ao capital, é possível analisar que a lógica de produção torna o trabalho cada vez mais precário para obtenção do lucro e garantia da lógica de acumulação e expansão capitalista (COSTA; CONCEIÇÃO, 2010). Seguindo essa lógica, o uso predatório da força de trabalho no processo de beneficiamento da castanha caju se constitui em uma atividade sustentada na superexploração do trabalho no agreste sergipano.

A precarização do trabalho consiste em uma perversa estratégia do capital para reduzir os custos da produção e o aumento da exploração do trabalho, pois as mudanças nas formas de exploração não alteram o conteúdo da produção, ou seja, o produto do trabalho, “[...] ao contrário, o trabalhador desempenha a mesma função para o capital, embora em condições precárias e sem nenhuma proteção social” (TAVARES, 2004, p.23).

O capital se favorece do trabalhador excluído do trabalho formal que sem alternativa de sobrevivência se submete às condições precárias de produção nas casas de castanhas que são barracas revestidas de lonas e plásticos sob o chão batido, que reúnem os trabalhadores já no período da madrugada para iniciarem o trabalho precário de beneficiamento da castanha de caju. Para atingir o máximo de lucratividade, o capital precisa reduzir os custos com a produção, e o trabalho precário é uma estratégia do capital para aumentar o lucro. O capital reduz ao máximo os custos com a produção para aumentar ao máximo o lucro cumprindo altas jornadas de trabalho, em condições precárias de trabalho e higiene, com baixa remuneração.

Os trabalhadores da castanha são subordinados ao capital que os expropria do trabalho e contraditoriamente se apropria do sobretrabalho a partir de longas jornadas de trabalho (em média 12 horas diárias de trabalho), que se iniciam à noite por volta da meia-noite e seguem até o final da tarde. Segundo os trabalhadores, “[...] *na castanha não tem hora de começar e nem de terminar, o serviço acaba quando a castanha acaba...*” (Entrevistado VM, Povoado Poço Comprido - Campo do Brito, SE, 2017). Nesse sentido, as longas jornadas a que é submetido o trabalhador é justificada por ele mesmo, “[...] *pois quanto mais se trabalha se ganha e de madrugada é bom porque ainda tá fresco e o fogo esquentava muito as casinhas, aí com o só fica muito quente*” (Entrevistado ZH, Povoado Poço Comprido - Campo do Brito, SE, 2017).

Dessa forma, os trabalhadores submetidos às condições e instrumentos precários de produção não se reconhecem como trabalhadores, mas sentem o sofrimento da precariedade a que são submetidos, como relata um dos entrevistados: “[...] *trabalho aqui porque não tem*

outro jeito, mas é uma exploração” (Entrevistado RM, Povoado Lagoa - Campo do Brito, SE, 2017). Quando questionado se sabe quem explora a sua força de trabalho, ele entende que o chefe da casa de castanha, que, na realidade, é outro trabalhador explorado, diferencia-se na cadeia produtiva por ganhar mais, embora seja do mesmo modo explorado.

Outra forma de exploração e extração do sobretrabalho é o trabalho em domicílio em que a compra e venda da força de trabalho se realizam de forma precária. Para Soares (2008), o trabalho em domicílio se caracteriza pelo prolongamento da jornada de trabalho, pela precariedade do local da realização da atividade. Não tem horário definido para iniciar e finalizar a atividade, geralmente incorpora o trabalho familiar sem renumeração ou com baixa renumeração. Nesse contexto,

A transferência de parte da produção realizada fora das fábricas, mediante trabalho domiciliar, além de se constituir numa invasão ao ambiente familiar do trabalhador, propicia a prática do trabalho não pago, que incorpora toda a família, não deixando lugar para outras dimensões humanas na vida do trabalhador (TAVARES, 2004, p. 171).

No processo de beneficiamento da castanha de caju, a etapa de despeliculagem, que é a pela e a limpeza da castanha, é realizada nos domicílios: a castanha é assada e quebrada nas casas de castanha e depois levada às residências. O contratante, que na maioria das vezes é outro trabalhador explorado ou um capitalista, contrata o serviço de um trabalhador, que realiza sozinho ou com a ajuda da família, em altas jornadas de trabalho, a atividade em locais improvisados (figura 26).



Figura 26 – Trabalho em domicílio. Povoado Carrilho, Itabaiana- SE.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Org.: COSTA, Katinei Santos.

Nesse sentido, Tavares (2004) afirma que o trabalho domiciliar assume um caráter familiar que cria condições de exploração impossíveis de serem realizadas no setor formal. O trabalho é realizado em casas simples que não dispõem de muitos espaços, e a proximidade faz com que todos os membros da família aprendam e desenvolvam a atividade. Todos são envolvidos no processo que geralmente é realizado à noite, ou nos finais de semana, propiciando também a prática do trabalho infantil (TAVARES, 2004).

O capital explora o sobretrabalho até o esgotamento físico do trabalhador e dos membros da família. A atividade de beneficiamento da castanha de caju desenvolve vários problemas de saúde no trabalhador, já que, em todas as etapas do beneficiamento da castanha, ele é submetido a condições subumanas que degradam a sua saúde física e psicológica. Sem nenhum tipo de proteção são expostos ao sol, à chuva, ao frio e à fumaça que provocam vários tipos de doenças como relatou uma das trabalhadoras:

[...]é um trabalho difícil, no verão é calor e no inverno é frio, ainda tem a fumaça que entra nos pulmões e acaba com a saúde, vivo no remédio, mas não posso deixar a castanha, se não vou comer o que?" (Entrevistado YM, Povoado Lagoa - Campo do Brito, SE, 2017)

Os movimentos repetitivos em condições adversas de tempo provocam problemas psicológicos como tiques nervosos e insônia. O azeite presente na castanha também provoca

danos à saúde, principalmente na pele, pois a maioria dos trabalhadores não utiliza nenhum tipo de proteção nos pés e nas mãos, que entram em contato direto com o azeite, provocando queimaduras na pele, e em casos mais graves, ocorrendo a perda das digitais dos dedos, como se pode verificar logo abaixo (figura 27).



Figura 27 – Mãos do trabalhador precarizado no beneficiamento da castanha de caju. Povoado Murginga – Campo do Brito – SE.
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.
Org.: COSTA, Katinei Santos.

A superexploração e precarização da força de trabalho são necessárias para aumentar o domínio e o controle do capital que se apropria do produto e do trabalho exteriorizado de forma tão perversa que impede o trabalhador de se realizar. Este, por sua vez, apenas sobrevive de forma precarizada. É a sobrevivência que garante ao capital o domínio da força de trabalho em todo o processo de beneficiamento da castanha de caju, de tal maneira que o trabalhador não se reconhece, tampouco tem consciência real do valor produzido pelo seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A libertação é um ato histórico, não é um ato mental.

Karl Marx

O trabalho é a categoria fundante do ser social. A essência do homem está no trabalho como criador de valores de uso para atender às necessidades de sobrevivência da vida humana. Independentemente do tipo de sociedade e do tempo histórico, é o trabalho o mediador da inter-relação entre homem e natureza. O cerne do homem social é o trabalho que transforma a natureza nos bens necessários à sua existência e o diferencia dos demais seres naturais.

Como o trabalho é a fonte de toda a riqueza, o capital se apropria do trabalho no sentido de expropriar o trabalhador dos meios de produção e transformar sua força de trabalho em mercadoria capaz de produzir outras mercadorias. O trabalho é subordinado aos interesses do capital que, no seu processo histórico e incontrolável de desenvolvimento, cria e recria novas formas de exploração da força de trabalho que não se realiza mais no trabalho, mas sim na produção de mercadorias, cujo objetivo é promover a desrealização do ser social e a realização do capital.

Como força sociometabólica, o capital, para se reproduzir, impõe ao trabalhador as condições e os instrumentos de trabalho em cada fase de seu desenvolvimento histórico, para expropriar ao máximo a sua força de trabalho na produção de mercadorias. Para Marx (2010, p. 80), “[...] o trabalho não produz somente mercadoria, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, isto é, na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. Ao produzir mercadorias o trabalhador está produzindo a si mesmo como ser alienado, que não se reconhece como trabalhador e não concebe o produto que ele produz como resultado de seu processo de trabalho.

A alienação e o estranhamento do trabalhador diante de si e do objeto do seu trabalho é a condição inexorável de reprodução do capital que subordina e degrada o trabalhador que, por sua vez, desprovido de qualquer forma de realização, torna-se sujeito alienado da natureza, de si próprio e dos outros homens no processo de produção de mercadorias.

A alienação e o estranhamento do trabalhador, na leitura marxiana, permitiu-nos compreender como os fetiches e as ideologias são construídas em cada momento histórico para

camuflar a realidade no sentido de possibilitar a expansão e a acumulação do capital em detrimento da miserabilidade do trabalhador, sem, entretanto, eliminar o trabalho do processo de reprodução capitalista como alguns autores afirmaram ao ler os desdobramentos da crise e da reestruturação produtiva no mundo do trabalho. Partindo do pressuposto de que sob a ordem do capital o trabalho é trabalho alienado, podemos elucidar que toda a história de valorização do capital ocorreu contraditoriamente em detrimento da desvalorização do trabalho, e é no desenvolvimento de suas atividades produtivas que o homem se desrealiza, na ação do trabalho, produzindo não para suas necessidades, mas para o capital.

Devido ao seu sociometabolismo, o capital tende a cada ciclo de superprodução (superacumulação) e, conseqüentemente, da redução da taxa de lucro, entrar em crise. A atual crise estrutural que passa o capitalismo contemporâneo para a reconstituição do seu processo de acumulação procura novas formas de organização e regulação do trabalho para garantir maiores lucros, e atender às novas exigências do mercado. Nesse contexto, tem buscado no universo do trabalho novas significações de intensificação da sua exploração e expropriação. Dessa forma, tornam-se inevitáveis as transformações nas relações de trabalho que se submetem cada vez mais aos preceitos contraditórios de reprodução do capital.

O capital, para manter e ampliar seu ciclo reprodutivo, metamorfoseia as relações de trabalho, no sentido de criar novas formas para intensificar a exploração e a subordinação do trabalho ao capital. Contraditoriamente, diminui o trabalho assalariado, mas aumenta as formas de trabalho precário, terceirizado e informal. O capital explora e degrada o trabalhador por diferentes formas para atender aos anseios de cada tempo histórico. No processo histórico de desenvolvimento do sistema capitalista, as ideias mediaram e dominaram a relação capital-trabalho de acordo com os interesses da classe dominante. O poder das ideias é fundamental para a manutenção do poder do capital, como estratégia de mascaramento do real para o trabalhador aceitar as condições e os instrumentos de trabalho como algo normal e intrínseco à sua condição social.

No desenvolvimento da nossa pesquisa, a realidade em análise nos permitiu compreender que o capital domina não apenas os meios de produção, mas, principalmente, as ideias. O domínio das ideias permite ao capital ocultar a desigualdade das relações sociais e manter as contradições que alimentam seu ciclo reprodutivo.

A ideologia da classe dominante vai naturalizar as relações de exploração criando e recriando fetiches que confirmam e intensificam a alienação do homem ao trabalho, fazendo-o, por exemplo, crer que é livre, que domina sua força produtiva e que é desigual por natureza. A

ideologia do não-trabalho e da liberdade posta como mediadora das relações de trabalho e capital, estabelecidas no processo de beneficiamento da castanha de caju no agreste sergipano, confirma nossa tese de que a ideologia é uma estratégia do capital para ocultar a realidade, e, assim, explorar e submeter o trabalhador às condições precárias de trabalho e de produção.

A ideologia do não-trabalho é uma ideia que foi construída e apropriada pelo capital como estratégia que nega o trabalho para escamotear a sua subsunção ao capital, que expropria o trabalhador dos seus direitos fundamentais e lhe impõe condições degradantes de trabalho, para garantir a reprodução da riqueza do capital e a miséria do trabalhador no quebra-quebra da castanha.

O trabalhador da castanha não se reconhece na atividade que executa, nega o trabalho e o produto do seu trabalho, e se conforma em sua condição de trabalhador explorado, uma vez que, para ele, se não há realização do trabalho, não há exploração. Os trabalhadores veem as relações de exploração a que estão submetidos como se fossem naturais, quando, na verdade, são a única oportunidade de sobrevivência que lhes é imposta, e não uma escolha livre, uma vez que a liberdade se materializa na necessidade. Com efeito, quanto mais livres se sentem mais aprisionados e subordinados são pelo capital.

As ideias capitalistas são dominantes e os trabalhadores as assumem como se fossem suas. Com o discurso de melhorar as condições de vida e de trabalho dos beneficiadores da castanha é que a formalidade se constrói na informalidade da cooperativa. A Cooperativa de Beneficiadores do Povoado Carrilho – COOBEC foi criada pela associação dos trabalhadores com o apoio de instituições privadas para aumentar o valor agregado da castanha, melhorar as condições de vida dos trabalhadores, que irão gerir e organizar as atividades, para o bem comum de todos.

Entretanto, a cooperativa, assim como todas as formas de organização do trabalho, é apropriada pelo capital e se reproduz em contradições: de um lado, organiza a atividade e insere instrumentos de produção que melhoram as condições de trabalho, mas não garantem a melhoria de vida do trabalhador, que, por seu turno, continua sendo explorado, submetido a altas jornadas de trabalho, a baixos salários, sem nenhuma garantia de trabalho que não seja a condição de cooperado. Sendo assim, “[...] a produtividade crescente do trabalho acompanha [...] o barateamento do trabalhador e, portanto, uma taxa crescente de mais-valor, mesmo quando o salário real aumenta,” este nunca aumenta em proporção da produtividade do trabalho (Marx, 2013, p. 679).

Dessa forma, consideramos os cooperados como trabalhadores alienados cooptados pelo capital, que utilizam a cooperativa como mecanismo de exploração do trabalho, ocultando a informalidade. Não se nega que a cooperativa trouxe mudanças inserindo novas técnicas na produção, com melhoria, principalmente nas condições de saúde, além do aumento do valor agregado com a produção da castanha doce, salgada e caramelizada, mas esse valor é apropriado pelo capital e não pelo trabalhador, que permanece na sua condição de explorado. As mudanças da cooperativa não são para todos, haja vista excluírem a maioria dos trabalhadores que se submete ao trabalho por produção sob os moldes da reprodução capitalista.

Em todas as fases e formas de organização do trabalho no beneficiamento da castanha de caju, pode-se observar a não compreensão dos trabalhadores quanto à sua condição de explorado e à dimensão da riqueza material da castanha de caju, o que confere ao processo de beneficiamento da castanha a característica de trabalho alienado, em que o capital transforma o trabalho em meio de subsistência humana sob as mais diversas formas de exploração.

O trabalho degradante nas casas de castanha adoece e desumaniza o trabalhador, e o trabalho em domicílio explora a força de trabalho familiar sob as diversas formas que o capital assume no beneficiamento da castanha de caju. Como já afirmava Marx (2013, p. 678), “[...] o trabalho domiciliar [...] desempenha na formação do mais-valor e, portanto, do fundo de acumulação do capital, o roubo direto perpetrado contra o fundo do consumo necessário do trabalhador.”

Sob o jugo do discurso da liberdade e da autonomia camufla a subsunção do trabalho ao capital, que explora a mais-valia até o esgotamento físico e psicológico do trabalhador. Nesse caso, “[...] o trabalho adicional, produzido por uma maior distensão da força de trabalho, pode aumentar o mais produto e o mais-valor, a substância da acumulação, sem um aumento proporcional da parte constante do capital” (idem).

A superexploração e a precarização da força de trabalho são necessárias para aumentar o domínio e o controle do capital que se apropria do produto e do trabalho, exteriorizado de forma tão perversa que impede o trabalhador de se realizar. Nesse contexto, ele apenas sobrevive de forma precarizada. É a sobrevivência que garante ao capital o domínio da força de trabalho em todo o processo de beneficiamento da castanha de caju, de tal maneira que o trabalhador não se reconhece como tal, tampouco tem consciência real do valor produzido pelo seu trabalho.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital**, Londrina, Práxis: 1999.

_____. **O Novo e (Precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **.Os Sentidos do Trabalho Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do mundo do Trabalho**. 13ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

_____. **. As configurações do trabalho na sociedade capitalista**. Revista *Katályis* v.12, n.2, p. 131-132, 2009.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CARVALHO, Edimilson. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008

COSTA, Luciano de Souza. **O cooperativismo: uma breve reflexão teórica**. Ciências Sociais em Perspectiva (6) 11: 55-64 2º sem. 2007.

COSTA, Katinei Santos. **No quebra-quebra da castanha: a precarização do trabalho no processo de beneficiamento da castanha de caju no espaço agrário dos municípios de Campo do Brito e Itabaiana / SE no território do agreste sergipano**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Dissertação de Mestrado, 2011.

COSTA, Katinei Santos e CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Precarização do Trabalho e as (RE) Veste do Capital no Processo de Beneficiamento da Castanha de Caju no Espaço Agrário Sergipano**. CEGET, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável.** In: Revista Eisforia. Florianópolis, ano 02, v. 2, n.2, p. 79-91, 2005.

DRUCK, Graça; ANTUNES, Ricardo. **A epidemia da terceirização.** In **Riqueza e miséria do Brasil II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – 2009.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução;** Tradução Silvana Vieira E Luís Carlos. Borges. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997.

ENGELS, F. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem.** In: A Dialética do Trabalho Escritos de Marx e Engels. (Org.) Ricardo Antunes. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São paulo: Boitempo, 2007.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **As Ações das Cooperativas de Produção e suas Contradições no Sistema Capitalista: Um Comparativo com o Sistema Socialista.** In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA: Caminando en una América Latina en Transformación. 12.; 2009. Anais Montevideo, 2009.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Mª Tereza Sousa (org.). **Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural.** João Pessoa: Grafset, 2007.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho Crítica da Razão Econômica.** Tradução Ana Montoia. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os limites do capital.** Trad. De Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

KONDER, Leandro Augusto Marques Coelho. **A questão da ideologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEITE, Lucas Antônio de Souza. **A agroindústria do caju no Brasil: políticas públicas e transformações econômicas.** Fortaleza: Embrapa – CNPAT, 1994.

LEITE, Lucas Antônio de Souza e PESSOA, Pedro Felizardo Adeodato de Paula. **Cultivo do Cajueiro no Nordeste Brasileiro: Agronegócio do Caju.** In. Anais do 12º Agrinordeste, Olinda-PE, 2004.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II.** Trad. Nélío Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielm Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 2010.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal.** A imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória EDUFES, 2000.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista.** Tradução Juarez Guimarães. João Machado Borges. São Paulo: Ensaio Campinas, Editora da Universidade estadual de Campinas, 1990.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política** – Volume 3.t.1. O Processo global da produção capitalista. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kotthe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política** (Tradução a partir da edição francesa) Maria Helena Barreiro Alves; Revisão de tradução Carlos Roberto F. Nogueira – 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Processo de Trabalho e Processo de Valorização.** In: A Dialética do Trabalho Escritos de Marx e Engels. (Org.) Ricardo Antunes. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **O Capital Crítica a Economia Política: Livro I** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital Crítica a Economia Política: Livro I** O processo de produção do capital Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “Supérfluos” a Sujeitos Históricos na Contramão do Capital: A Geografia do (Des) Trabalho.** Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007 (Dissertação de Mestrado em Geografia)

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital – Rumo a uma Teoria da Transição.** 1ª Edição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002a.

_____. **O século XXI: o socialismo ou barbarie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002

_____. **O poder da ideologia; tradução** Paulo César Castanheira. São paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**. Trad. Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Crise estrutural do capital**. Trad. De Francisco Raul Cornejo. 2 ed. São paulo, Boitempo, 2011.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

NETO, Júlio César de Andrade. **Competividade na Pequena Produção Agroindustrial: Estudo na Agroindústria da Castanha de Caju**. Tese de Doutorado, Paraíba, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado – A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadora do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século 20 – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SADER, Emir e GENTILE, Pablo (ORG). **Pós – neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, João Bosco Feitosa. **O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho**. São Paulo: Annablume, 2000

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, capital e a produção do espaço**; Rio de Janeiro: Bertrand, 1984.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, M.A.T. **Trabalho informal e informalidade à subsunção do capital**. Vitória da Conquista: UESB, 2008

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

THOMAZ Júnior, Antônio. **A Geografia do Mundo do Trabalho na Viragem do Século XXI**. Revista Pegada, número 2, Volume 4. Presidente Prudente: CEGeT/UNESP, 2003.

VIANA, Nildo. **O Capitalismo na Era da Acumulação Integral**. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TRABALHO E IDEOLOGIA: O DISCURSO DA AUTONOMIA E DA
 LIBERDADE NO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU**

APÊNDICE A

Questionário – Todos os Trabalhadores

Entrevistado: _____

Povoado: _____ Município: _____ Data: _____

Idade _____ Grau de escolaridade _____

Qual a sua origem? _____

Se não é do Povoado/Município, há quanto tempo está no Povoado? _____

Por que migrou para o Povoado? _____

Reside com a família ou é só? _____

Você constituiu família no Povoado após sua chegada, ou esta migrou com você?

1-Você trabalha no beneficiamento da castanha?

() Sim () Não

Se sim, há quanto tempo?

() menos de 1 ano () de 1 a 5 anos () de 6 a 10 anos

() de 11 a 15 anos () 16 a 20 anos () de 21 a 25 anos

() de 26 anos a 30 anos () mais de 30 anos

Se não, que atividade desenvolve? _____

2-Como você obtém a castanha?

() Compra em lojas comerciais

() Compra de fornecedores

() Compra na própria localidade () Outro

De qual localidade é produzida a castanha para beneficiamento? _____

3- Como é realizada a comercialização da castanha beneficiada?

() Na feira local () Com comerciantes
() Atravessador () Outro _____

Por quê? _____

4- Há divisão das atividades entre os membros da família?

Se SIM, especifique: _____

Homem _____

Mulher _____

Filhos (Criança) _____

Quais suas impressões sobre essa divisão? _____

5- Além do beneficiamento da castanha, que outra(s) atividade(s) você realiza?

() doméstica/assalariada () produtor autônomo familiar
() construção civil () servidor público () comerciante
() aposentado () trabalhador rural () outro _____

POR QUE _____

6- Você sabe qual é o destino final da castanha beneficiada? Se sim, para onde vai a castanha?

() Sim () Não

Observações

A castanha vendida é distribuída

() Internamente – no próprio Município?
() Para outros municípios, quais? _____
() Para outros estados, quais? _____

7- Quantas pessoas em média trabalham na casa da castanha? _____

São todos da família? () Sim () Não

Há trabalho complementar () Sim () Não

Qual a forma de contrato? _____

8-Você recebe algum tipo de incentivo ou financiamento para realizar o beneficiamento da castanha?

() Sim () Não

Se sim, qual? _____

9- Como se estabelecem as relações de trabalho na casa de castanha?

() acordos verbais () contrato () trabalho assalariado

() trabalho familiar () outros _____

10- Possui ou já possuiu propriedade rural?

() Sim (posuo) () Sim (possuí) () Não

Se sim, desenvolve ou desenvolveu alguma outra atividade agrícola?

() Sim, () Não

Se sim, qual? _____

Por que você trabalha no beneficiamento da castanha _____

Nos últimos anos houve alguma alteração nas relações de trabalho, e/ou de formas de beneficiamento da castanha?

() SIM () NÃO. Se SIM, quais: _____

Qual é a atividade que você tem mais preferência? _____

Você é ou foi camponês? _____

Se foi, por que deixou? _____

#No caso de ser mulher perguntar:

Se recebe o mesmo valor do homem _____

Estado civil _____

Se casada, onde trabalha o marido _____

Como a família é sustentada _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TRABALHO E IDEOLOGIA: O DISCURSO DA AUTONOMIA E DA
LIBERDADE NO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU**

APÊNDICE B

Questionário – Atravessador (Pequeno Capitalista)

1 – Quantas pessoas ou famílias em média adquirem com você a castanha *in natura*?

2 – Quantas famílias em média trabalham? E quantas pessoas?

3 – Quando começou a atividade no município?

4 – Onde compra a castanha *in natura*? Qual a quantidade?

6 – Quantas casas de castanhas existem na localidade?

7 – Qual é o destino da castanha beneficiada?

8 – Quem determina o preço da castanha?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TRABALHO E IDEOLOGIA: O DISCURSO DA AUTONOMIA E DA
 LIBERDADE NO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU**

APÊNDICE C

Entrevista – Chefe da Casa de Castanha

1 – Quanto custa a castanha *in natura* (saco, quilo etc.)?

2 – Qual o valor que você recebe pela castanha beneficiada?

3 – Quanto recebe pelo trabalho?

Para assar _____

Quebrar _____

Pelar _____

Observações: _____

—

4 – Quem determina o preço da castanha?

5 – Há variação de preço da castanha? (um período é maior e outro menor)

6 – Se sim, o número de trabalhadores também diminui?

7 – Para onde vai o trabalhador excedente?

8 – Em que período a produção aumenta e em que período a produção diminui?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TRABALHO E IDEOLOGIA: O DISCURSO DA AUTONOMIA E DA
 LIBERDADE NO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU**

APÊNDICE D

Entrevista – Presidente da Cooperativa

Nome da Cooperativa: _____

1. Quando foi fundada a cooperativa? Qual o objetivo?

5. Quem são os financiadores da cooperativa?

6. Qual a produção mensal?

7. Quem compra a castanha beneficiada?

8. Onde adquire a castanha *in natura*?

9. Quem estabelece o preço final da castanha de caju?

10. Qual o valor do quilo da castanha?

Beneficiada: _____

In natura: _____

11. Como se estabelecem os salários? Todos recebem por igual?

12. Como adquiriu os equipamentos da cooperativa?

13. A cooperativa segue algum modelo? Estabelece relação com outras cooperativas?

14. Que mudanças a cooperativa trouxe para a comunidade e para os trabalhadores da castanha?

Observações:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TRABALHO E IDEOLOGIA: O DISCURSO DA AUTONOMIA E DA
 LIBERDADE NO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU**

APÊNDICE E

Questionário – supermercados, vendedores ambulantes e feirantes

() Vendedor ambulante () Supermercados () Feirantes

1 – Como adquire a castanha para a comercialização?

() Beneficiadores () É beneficiador () Comerciantes () Intermediários

2 – Qual a procedência do produto?

Itabaiana _____ Campo do Brito _____ Outros _____

3 – Quem determina o preço do produto?

4 – Por quanto você compra a castanha? E por quanto comercializa?

5 – Em caso de feirante ou ambulante, que outros produtos você comercializa?

6 – Em que período do ano o produto é mais comercializado?

7 – Como é comercializada a castanha?

8 – Quais as variedades da castanha? Qual é o tipo mais comercializado?

9 – Há quanto tempo comercializa castanha de caju?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TRABALHO E IDEOLOGIA: O DISCURSO DA AUTONOMIA E DA
 LIBERDADE NO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU**

APÊNDICE F

Entrevista – Todos

1 – Como se dava o processo de beneficiamento da castanha?

R: _____

2 – Há quanto tempo se deu início a essa atividade no município?

R: _____

3 – O que faziam antes de serem beneficiadores de castanha?

R: _____

4 – Como era feita a comercialização da castanha?

R: _____

5 – Qual é a produção média de castanha semanalmente?

R: _____

6 - Qual o valor da castanha *in natura* (quilo)? Para o trabalhador? E para o atravessador?

R: _____

7 – Quem determina o preço da castanha *in natura* e beneficiada?

R: _____

8 – Por qual valor é comercializada a castanha? Na localidade? No mercado?

R: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TRABALHO E IDEOLOGIA: O DISCURSO DA AUTONOMIA E DA
 LIBERDADE NO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU**

APÊNDICE G

Entrevista – Trabalhadores Cooperados

Entrevistado: _____

Povoado: _____ Município: _____ Data: _____

Idade _____ Grau de escolaridade _____

Qual a sua origem? _____

Se não é do Povoado/Município, há quanto tempo está no Povoado _____

Por que migrou para o Povoado? _____

Reside com a família ou é só? _____

Você constituiu família no Povoado após sua chegada, ou esta migrou com você

Qual sua função? _____

Sexo: () feminino () masculino

Você trabalha no beneficiamento da castanha?

() Sim () Não

Se sim, há quanto tempo?

() menos de 1 ano () de 1 a 5 anos () de 6 a 10 anos

() de 11 a 15 anos () 16 a 20 anos () de 21 a 25 anos

() de 26 anos a 30 anos () mais de 30 anos

1. Quanto recebe? _____

() mensal () semanal () quinzenal

2. Possui carteira assinada?

() sim () Não

Se sim, há quanto tempo: _____

3. O que mudou com a cooperativa?

4. Qual a jornada de trabalho diária?

5. Além do beneficiamento da castanha que outra(s) atividade(s) você realiza?

- () doméstica/assalariada () produtor autônomo familiar
 () construção civil () servidor público () comerciante
 () aposentado () trabalhador rural () outro _____

POR QUE _____

6- Você sabe qual é o destino final da castanha beneficiada? Se sim, para onde vai a castanha?

- () Sim () Não

- A castanha vendida é distribuída

- () Internamente – no próprio Município?
 () Para outros municípios, quais? _____
 () Para outros estados, quais? _____

10- Possui ou já possuiu propriedade rural?

- () Sim (posuo) () Sim (possui) () Não

Se sim, desenvolve ou desenvolveu alguma outra atividade agrícola?

- () Sim, () Não

Se sim, qual? _____

Por que você trabalha no beneficiamento da castanha _____

Nos últimos anos houve alguma alteração nas relações de trabalho, e/ou de formas de beneficiamento da castanha?

- () SIM () NÃO. Se SIM, quais: _____

11. Qual a sua opinião sobre a cooperativa?

#No caso de ser mulher perguntar:

Se recebe o mesmo valor do homem _____

Estado civil _____

Se casada, onde trabalha o marido _____

Como a família é sustentada _____

OBS:
